



## **A Auditoria e a Gestão do Risco**

**Mariana Fernandes Bouça**

**Dissertação de Mestrado**

**Mestrado em Auditoria**

**Porto – 2017**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO  
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



## **A Auditoria e a Gestão do Risco**

**Mariana Fernandes Bouça**

**Dissertação de Mestrado**

**apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para  
a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação da Professora Doutora  
Susana Adelina Moreira Carvalho Bastos**

**Porto – 2017**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO  
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



## **Resumo**

Nos últimos anos, a gestão do risco, tem assumido uma importância cada vez maior para todas as organizações. Todas as atividades realizadas pelas organizações estão expostas a diversos tipos de riscos.

Partindo da definição de gestão do risco, de todas as suas componentes, verificou-se qual a utilidade do ERM e do cubo COSO, na gestão dos riscos, com o auxílio da auditoria interna e externa.

Perceber de que forma este conceito, implementado numa organização, influencia o seu crescimento, analisando-se até que nível é que toda a organização está envolvida e sensibilizada para o processo de gestão do risco, desde a gestão de topo aos colaboradores, e a importância dada à temática. Para que todo este processo seja implementado de forma eficaz e eficiente e monitorizado, é fundamental o envolvimento do auditor interno, sendo complementado com o papel do auditor externo. Contudo, é necessário ter em consideração as limitações existentes, como em qualquer processo.

Desta forma, procedemos à realização de um estudo, através da análise de relatórios disponibilizados pelas empresas, de forma a se estas têm um sistema de gestão do risco implementado e quais os seus responsáveis, de que forma a auditoria se relaciona com este processo, uma vez que o avanço a nível tecnológico de uma organização, pode-se tornar um risco para uma outra organização.

Como este estudo tem por base verificar a importância da auditoria e da gestão de risco, como forma de acrescentar valor às organizações, achamos importante saber qual a opinião dos profissionais relativamente a este assunto. Para isso foi elaborado um questionário.

Tentar compreender, o funcionamento da gestão do risco é um fator crucial para as empresas que se queiram afirmar perante a concorrência e por consequência analisar que a melhor forma de lidar contra possíveis riscos, que se poderão tornar em oportunidades para as organizações.

**Palavras chave:** Gestão do Risco, Risco, Auditoria Interna, Auditoria Externa

## **Abstract**

Over the last years, risk management has assumed a bigger and increasing importance to all organizations. All operations performed by the organizations are exposed to various types of risks.

Starting from the definition of risk management, of all its components, it has been verified (which is) the utility of ERM and the COSO framework in risk management with the aid of internal and external audit.

Understanding how this concept, implemented in an organization, influences its growth, analyzing to what extent all organization is involved and sensitive to the risk management process, from the top-level management to the collaborators, and the importance given to the thematic. In order that this process be implemented in an effective and efficient and monitored, it is essential the involvement of the internal auditor, being complemented with the role of the external auditor. However, it is necessary to have in consideration the existing limitations, as in every other process.

Lastly, it has been made a study to realize until which level the companies have implemented a risk management system, in which way the audit relates with this process, once the technological level of an organization can become a liability for one other organization.

Trying to understand the way risk management works is one crucial factor to the companies that want to assert themselves towards the completion and by result to analyze that the best way to deal with possible liabilities that may in the future become an opportunity to the organizations.

**Keywords:** Risk Management, Risk, Internal Audit, External Audit

## **Dedicatória**

A todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

## **Agradecimentos**

Agradeço à minha professora orientadora, Susana Bastos, que teve paciência e que me ajudou bastante a concluir este trabalho. A ela agradeço o conhecimento que me proporcionou não apenas racional, mas também do carácter e da afetividade no meu percurso de formação, pela forma como se dedicou, não só por me ter ensinando, mas também por me ter feito aprender.

Aos meus pais e irmão que, com muito carinho e apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço que, perante todas as dificuldades me fortaleceram e que para mim foi muito importante.

Aos meus amigos, que com toda a certeza vão continuar na minha vida, pelas alegrias, tristezas e dores partilhadas. Com eles, as pausas entre um parágrafo e outro melhoraram tudo o que tenho conseguido na vida.

Obrigada a todos os que sempre me fizeram entender que o futuro é construído a partir da constante dedicação no presente!

## **Lista de Abreviaturas**

AAA – American Accounting Association

AICPA - American Institute of Certified Public Accountants

COSO - Committee of Sponsoring Organizations

CSC – Código das Sociedades Comerciais

DRA – Diretriz de Revisão/Auditoria

ERM - Enterprise Risk Management

FERMA - Federation of European Risk Management Associations

GAAP – Generally Accounting Principles

IFAC – International Federations of Accountants

IIA – Institute of Internal Auditors

IMA – Institute of Management Accounts

ISA – International Standard on Auditing

ISO – International Organization for Standardization

ISQC – Normas Internacionais sobre Controlo de Qualidade

IT – Interpretações Técnicas

KPI's – Key Performance Indicators

KRIs – Key Result Indicators

NCRF – Norma Contabilística de Relato Financeiro

NTR/A – Normas Técnicas de Revisão / Auditoria

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas



PCGA – Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites

PDCA – Plan-Do-Check-Act

PI's – Performance Indicators

RT – Recomendações Técnicas

SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade

SWOT – Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats

TAAC – Técnicas de Auditoria Apoiadas em Computadores

## Índice Geral

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – A Gestão do Risco .....</b>	<b>5</b>
1. Noção, conceitos e princípios .....	7
1.1. Modelo de Riscos de Negócio.....	8
1.2. Enterprise Risk Management (ERM).....	9
1.3. Committee of Sponsoring Organizations – abordagem ao risco.....	10
1.3.1. Componentes do COSO.....	15
1.3.1.1. Governance e Cultura.....	15
1.3.1.2. Estratégia e o estabelecimento dos objetivos .....	17
1.3.1.3. Desempenho .....	17
1.3.1.4. Análise e revisão .....	21
1.3.1.5. Informação, comunicação e relatórios .....	22
1.3.2. O futuro da framework.....	23
1.4. Papéis e Responsabilidades da Gestão de Riscos .....	24
1.5. Indicadores de Desempenho.....	25
1.6. International Organization for Standardization - ISO 9001:2015 Sistemas de Gestão da Qualidade.....	26
<b>Capítulo II – A Auditoria.....</b>	<b>31</b>
1. Noção, conceitos e princípios .....	33
1.1. Princípios, Normas e Diretivas de Auditoria .....	36
1.2. Métodos e técnicas de auditoria .....	37
1.3. Fases da Auditoria.....	38
1.4. A Auditoria interna e externa e o Risco .....	43
<b>Capítulo III – Metodologias de Investigação .....</b>	<b>49</b>

1. Metodologia de investigação .....	51
2. Procedimentos de recolha de dados .....	52
2.1. Quanto aos objetivos .....	52
2.2. Quanto aos procedimentos adotados .....	53
2.3. Quanto aos procedimentos de análise .....	54
3. Inferência estatística e hipóteses.....	55
3.1. Análise de conteúdo .....	56
3.2. Triangulação de Dados.....	57
4. Problema e Objetivos do Estudo .....	58
5. Formulação das Hipóteses de Estudo e Questionário.....	59
5.1. Hipóteses de estudo.....	59
5.2. Questionário .....	62
5.3. Relação entre as hipóteses e as questões de investigação vs questões do questionário utilizado .....	62
6. Variáveis dependentes e independentes do estudo em concreto .....	65
6.1. Variável dependente.....	66
6.2. Variável independente.....	66
7. População e amostra .....	67
<b>Capítulo IV – Apresentação e Interpretação dos Resultados.....</b>	<b>69</b>
I. Análise Estudo de Caso PSI – 20 .....	71
II. Análise do Questionário .....	80
1. Tratamento de não respostas .....	80
2. Apresentação e discussão dos resultados.....	80
2.1. Análise da Parte I do questionário.....	81
2.2. Análise da Parte II do questionário .....	84

<b>Capítulo V - Considerações finais .....</b>	<b>95</b>
1. Conclusões.....	97
2. Limitações encontradas .....	110
3. Propostas para investigações futuras .....	111
<b>Bibliografia.....</b>	<b>113</b>
<b>Apêndices.....</b>	<b>117</b>
Apêndice 1 - Questionário .....	119
Apêndice 2 – Tabela Ró de Spearman.....	125
Apêndice 3 – Tabela de Pearson.....	132

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Diferenças entre o COSO 1992 e o COSO 2013 .....	12
Tabela 2 - Diferenças entre o auditor interno e o auditor externo .....	44
Tabela 3 - Apresentação das questões de investigação .....	47
Tabela 4 - Pesquisa qualitativa vs. Pesquisa quantitativa.....	55
Tabela 5 - Fases da Análise de Conteúdo.....	57
Tabela 6 - Empresas de Estudo .....	71
Tabela 7 - Questões de Estudo .....	72
Tabela 8 - Alpha de Cronbach Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base no layout do SPSS versão 22, 2017.....	84
Tabela 9 - Estatísticas Descritivas .....	85
Tabela 10 - Estatísticas Descritivas .....	86
Tabela 11 - Estatísticas Descritivas .....	86
Tabela 12 - Estatísticas Descritivas .....	87
Tabela 13 - Tabela ró de spearman.....	89
Tabela 14 - Teste Kolmogorov-Smirnov.....	91
Tabela 15 - Teste Kolmogorov-Smirnov.....	91
Tabela 16 - Teste Kolmogorov-Smirnov distribuição.....	92
Tabela 17 - Hipóteses vs. questões do questionário .....	98

## Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo de Riscos de Negócios.....	8
Figura 2 - Modelo COSO ERM 2017.....	14
Figura 3 - Componentes do COSO ERM 2017 .....	15
Figura 4 -Matriz de Risco.....	19
Figura 5- Tipos de Indicadores de Desempenho .....	25
Figura 6 - Síntese histórica da ISO 9001 .....	27
Figura 7 - Representação da estrutura da norma no ciclo PDCA.....	28
Figura 8 - Pensamento Baseado em risco .....	29
Figura 9 - As Metodologias de Auditoria Evolução Histórica .....	33
Figura 10 - Estrutura Normativa.....	37
Figura 11 - Fases da Auditoria .....	39
Figura 12 - Fases e Processo de Auditoria .....	42
Figura 13 - Triangulação de dados .....	58
Figura 14 - Relação das hipóteses com as questões de investigação.....	60
Figura 15 - Relação das hipóteses com as questões de investigação.....	61
Figura 16 - Relação das hipóteses com as questões de investigação.....	61
Figura 17 - Relação entre as hipóteses e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado .....	63
Figura 18 - Relação entre as hipóteses e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado .....	64
Figura 19 - Relação entre as hipóteses e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado .....	65

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Análise das Questões 1 a 4 Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017 .....	73
Gráfico 2 - Responsável pela implementação do processo de gestão de risco Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017.....	74
Gráfico 3 - Responsável pelo funcionamento do processo de gestão de risco Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017.....	74
Gráfico 4 - Responsável pela monitorização do processo de gestão de risco Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017.....	75
Gráfico 5 - Responsável pela eficiência/eficácia do processo de gestão de risco Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017 .....	76
Gráfico 6 - Responsável pela Identificação/Avaliação de Riscos Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017 .....	76
Gráfico 7 - Responsável pela definição do grau de exposição ao risco Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017 .....	77
Gráfico 8 - Responsável pela emissão de recomendações acerca da gestão de risco Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017 .....	77
Gráfico 9 - Responsável pela emissão de políticas de gestão de risco Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017 .....	78
Gráfico 11 -Existência de formação na Organização relativamente à Gestão de Risco Fonte: Elaborado pela mestranda, 2017.....	78
Gráfico 11 - Responsável pela Formação da Organização quanto à Gestão de Riscos Fonte: Elaborado pela mestranda, 2017.....	78
Gráfico 12 - Principais riscos a que a organização está exposta Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017 .....	79
Gráfico 13 - Existência da ISO 9001 implementada numa área da organização Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017 .....	79
Gráfico 14 - Questão 3: Nacionalidade Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017 .....	81
Gráfico 15 - Questão 1: Género; Questão 2: Faixa Etária Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017 .....	81

Gráfico 16 - Questão 4: Área de Estudo Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017.....	82
Gráfico 17 - Questão 5: Área de Trabalho Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017 .....	82
Gráfico 18 - Relação entre a Área de Trabalho com a Área de Estudo Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017 .....	83
Gráfico 19 - Estatísticas Descritivas, Questão 10 .....	88
Gráfico 20 - Questão 10: Benefícios de um departamento de auditoria interna.....	93



## Introdução



## **Introdução**

Nos últimos anos, a importância da gestão do risco tem crescido de uma forma rápida, uma vez que as organizações, para além de estarem expostas a diversos tipos de risco, quer internos quer externos, o ambiente económico também se encontra particularmente atribulado. Neste contexto, as organizações acabam por se sentir pressionadas a identificar todos os riscos inerentes à sua atividade, quer internos (riscos de processos e risco de informação para a tomada de decisões) quer externos (sociais, financeiros, ambientais, concorrenciais, etc.).

Compreender o funcionamento da gestão do risco é um fator crucial para as empresas que se queiram afirmar perante a concorrência e por consequência lutar contra possíveis ameaças.

Este trabalho está subdividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, a temática abordada prende-se com a Gestão do Risco, sendo apresentados vários conceitos, nomeadamente os diferentes tipos de riscos existentes.

No segundo capítulo, abordamos tema “Auditoria”, iniciando pela sua evolução em Portugal. Explanamos sobre os vários tipos de auditoria existentes sendo que, a auditoria interna e a auditoria externas, sendo de forma mais desenvolvidas finalizando com a relação existentes entre a auditoria interna e a auditoria externa e o risco e a sua gestão.

Por fim, no terceiro capítulo, apresenta-se o estudo empírico realizado, cujo o objetivo é o de avaliar de que forma é que a auditoria e a gestão de risco se relacionam, qual a influencia de uma na outra, pretende-se analisar as empresas cotadas em bolsa, PSI-20 e estudar a opinião e conhecimentos da população em relação a estes temas, através da elaboração de um questionário.



## **Capítulo I – A Gestão do Risco**



## **1. Noção, conceitos e princípios**

“A gestão do risco permite aos administradores tratar com eficácia as incertezas, os riscos e as oportunidades associadas, a fim de melhorar a capacidade de gerar valor.

O valor é maximizado quando a organização estabelece estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio ideal entre as metas de crescimento e de retorno de investimentos e os riscos a elas associados, e para explorar os seus recursos com eficácia e eficiência na busca dos objetivos da organização”. (COSO 2007 , p. 3).

Gerir o risco implica desde logo assumi-lo, efetivando atividades de modo a evitar ou assumir, nunca ignorando que este existe.

“O risco é a possibilidade de ocorrência de um acontecimento que tenha impacto na consecução dos objetivos. O risco é medido em termos de impacto e probabilidade”. (Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, 2009, p. 38).

“Os eventos podem gerar impacto tanto negativo quanto positivo ou ambos. Os que geram impacto negativo representam riscos que podem impedir a criação de valor ou mesmo destruir o valor existente. Os de impacto positivo podem contrabalançar os de impacto negativo ou podem representar oportunidades, que por sua vez representam a possibilidade de um evento ocorrer e influenciar favoravelmente a realização dos objetivos, apoiando a criação ou a preservação de valor. A direção da organização canaliza as oportunidades para os seus processos de elaboração de estratégias ou objetivos, formulando planos que visam ao aproveitamento destes”. (COSO 2007 , p. 4).

## 1.1. Modelo de Riscos de Negócio

Uma vez que todos os negócios estão expostos a diversos tipos de riscos, quer a nível interno quer a nível externo, apresentamos, de seguida, um modelo de riscos de negócio.



Figura 1 - Modelo de Riscos de Negócios

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base em De Loach (Arthur Anderson), 2017



## 1.2. Enterprise Risk Management (ERM)

A *ERM*, tem evoluído, ao longo dos anos, em simultâneo com as alterações das necessidades dos negócios.

De acordo com, Ferreira A. , (2010, p. 19), “os escândalos financeiros das empresas que manipulam as informações financeiras como a “*Enron*”, “*Tyco*”, “*WorldCom*” e outras, afetaram de forma significativa a confiança dos investidores, funcionários e outros “*stakeholders*”, vindo reforçar a necessidade do desenvolvimento de um modelo de Gestão de Risco Empresarial que fornecesse princípios e conceitos chave, uma linguagem comum e que constituísse uma guia para a Gestão de Riscos de Negócio nas organizações”.

De acordo com Moeller, (2007, p. 50:52), ERM é:

- “Um processo, contínuo e transversal a toda a empresa, não deve ser um processo rígido, limitado, e restringido a determinadas regras, mas antes moldável aos fatores internos e externos da organização, por forma a rever e avaliar os potenciais riscos e determinar um curso de ação consoante esses fatores;
- Implementado e gerido por colaboradores dos diferentes níveis da empresa. É um processo que deve ser gerido pelos colaboradores que estão perto da situação de risco, pois são estes que melhor compreendem os fatores que o rodeia e as suas implicações;
- Aplicado através de um conjunto de estratégias a toda a organização. Todas as organizações são constantemente confrontadas com estratégias alternativas para uma variedade de potenciais ações futuros, sendo que o ERM deverá ter um papel ativo na definição dessas estratégias alternativas, pelo que o ERM deverá ser aplicado na entidade, conjugando um conjunto de estratégias de baixo-risco com outras de maior risco;

- Desenhado para identificar potenciais eventos que, a ocorrer, irão afetar a empresa e gerir riscos dentro do apetite ao risco definido. O apetite ao risco é o montante de risco que uma entidade e os seus gestores individuais estão dispostos a aceitar na prossecução dos seus objetivos;
- Capaz de fornecer uma segurança razoável à gestão da empresa e ao Conselho de Administração. O ERM por muito bem implementado que esteja não consegue fornecer à entidade e aos seus gestores uma garantia segura de resultados, dado que um erro humano não intencional, uma ação inesperada de outro, ou mesmo um desastre natural, são eventos não controláveis que podem afetar os resultados. Daí que apesar de o processo de ERM ser eficaz um resultado negativo poderá acontecer. Uma segurança razoável não é uma segurança absoluta”.

O ERM identifica, avalia e gere os riscos que ameaçam toda a estrutura das organizações (objetivos estratégicos e operacionais).

É ainda de salientar que todos os riscos estão interrelacionados, ou seja, uma situação que crie um determinado risco, pode desencadear outros riscos.

As ações a tomar vão depender do nível de risco. Sendo um risco grave, terá que se reforçar a intervenção, sempre com o intuito de alcançar os resultados desejados.

### **1.3. Committee of Sponsoring Organizations – abordagem ao risco**

O “*Committee of Sponsoring Organizatios*”, mais conhecido por COSO, é uma organização privada, criada em 1985. Foi formada com o objetivo de apoiar a “*National Commission on Fraudulent Financial Reporting*”, destinada a prevenir e evitar fraudes nos procedimentos e processos internos da empresa.

Esta comissão nacional foi apoiada por grandes associações profissionais dos Estados Unidos, nomeadamente a American Accounting Association (AAA), a American Institute of Certified Public Accountants (AICPA), a Financial Executives International (FEI), o Institute of Internal

Auditors (IIA), ou a National Association of Accountants (atual Institute of Management Accountants).

Com base no exposto nos relatórios do COSO 2004 e de 2013, vão ser apresentadas as diferenças entre o modelo elaborado inicialmente, em 1992, e o atual modelo, de 2013.

Em 1992, foi publicado a primeira estrutura integrada de controlo interno, com o intuito de avaliar a eficácia dos controlos internos, com principal foco nos objetivos operacionais, *reporting* (demonstrações financeiras) e *compliance* (aderência às leis).

Com o passar do tempo, as empresas globalizaram-se, passou a ser indispensável o acesso a informação a qualquer momento, as operações evoluíram para patamares de elevada quantidade e complexidade, e com o aparecimento do comércio eletrónico, não esquecendo o comércio em paralelo, as fraudes financeiras aumentaram.

Devido aos aspetos enunciados anteriormente, foi necessário refinar e desenvolver conceitos adequados à nova realidade.

Em 2004, foi publicado o COSO ERM que aborda os conceitos da estrutura de 1992, contudo, já incorpora uma abordagem à gestão de riscos.

Em 2013, foi publicada uma estrutura integrada que, sem alterar nos conceitos iniciais, atualiza os modelos de acordo com as necessidades e ambientes de negócios da atualidade.

Contudo, em 2017, a organização COSO, publicou uma nova atualização à estrutura de gestão de risco, uma vez que, na última década o mercado e o ambiente de negócios sofreram profundas modificações. Estas modificações, fizeram com que este paradigma de boas práticas se tenha alinhado com as necessidades atuais das organizações.

Como a organização COSO reconhece, a gestão de riscos tem-se aperfeiçoado nos últimos anos e com o aumento da volatilidade e complexidade das operações (globalizadas ou não) tem colocado desafios às empresas que devem apresentar uma estrutura flexível e mais adaptável a todas as mudanças, de forma a dar sustentabilidade e continuidade, mitigando riscos.

Esta atualização, não altera o conceito de gestão do risco, contudo, expande o alcance e a visão de riscos, destacando a importância dos riscos tanto no processo de estabelecimento de estratégia quanto na condução no desempenho da execução da organização.

Uma das novidades é que a estrutura de gestão de risco não é apresentada em forma de cubo, mas sim, através de figuras que, irão ser apresentadas.

Tema	COSO 1992	COSO 2013	COSO 2017
<b>Objetivo de integridade e consistência das informações</b>	Apenas Demonstrações Financeiras	Todo o tipo de informação, seja financeira ou não	Todo o tipo de informação, seja financeira ou não
<b>Reposicionamento das componentes</b>	A monitorização era a componente mais importante	O ambiente de controlo é a componente mais importante. Impacto forte na cultura da organização, pois requer o envolvimento da ética, das boas práticas de gestão dos controlos internos pela administração	A principal mudança prende-se com o facto da figura do cubo deixar de existir.
<b>Avaliação de riscos</b>	Apenas riscos inerentes aos processos operacionais	Para além do foco nos riscos inerentes, existe preocupação na avaliação dos riscos relacionados com a tecnologia e os riscos de fraude	Expande o alcance e a visão dos riscos, destacando a importância dos riscos tanto no processo de estabelecimento de estratégia quanto na condução no desempenho da execução da organização
<b>Adequação ao modelo</b>	As componentes incorporam fatores. Contudo, não abordavam conceitos	As componentes possuem diretrizes por meio de 17 princípios e <i>focal points</i> , facilitando a adequação	A <i>framework</i> estabelece 20 princípios que representam os conceitos fundamentais associados a cada componente.

Tabela 1 - Diferenças entre o COSO 1992 e o COSO 2013

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base em COSO 2004 e COSO 2013, 2017

Sendo que, o Controlo Interno é fundamental neste processo, passaremos à sua definição.

Uma vez que se tem vindo a falar do COSO, é importante perceber como este organismo define controlo interno.

O COSO (2007, p. 119), define controlo interno como “um processo levado a cabo pelo Conselho de Administração, Direção e outros membros da organização com o objetivo de proporcionar um grau de confiança razoável na concretização dos seguintes objectivos:

- Eficácia e eficiência dos recursos;
- Fiabilidade da informação financeira;
- Cumprimento das leis e normas estabelecidas”.

Contudo, o primeiro organismo a definir controlo interno foi o AICPA em 1934, num estudo desenvolvido, citado por Martins & Moraes, (2007, p. 27), indica que:

“Controlo interno compreende um plano de organização e coordenação de todos os métodos e medidas adaptadas num negócio a fim de garantir a salvaguarda de ativos, verificar a adequação e fiabilidade dos dados contabilísticos, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão às políticas estabelecidas pela gestão”.

De acordo com Peralta, (2014, p. 11), o Controlo Interno é:

“(…) processo realizado pelas pessoas da organização (administração, gestão e restantes colaboradores), concebido para dar garantia razoável de fiabilidade sobre o atingimento de objetivos relacionados com as operações, relato de informação e conformidade.

- Um processo (tarefas e atividades contínuas) – um meio para alcançar um fim, e não um fim em si mesmo;
- Realizado pelas pessoas – não é meramente a existência de políticas, procedimentos, manuais, sistemas e formulários, mas sim envolvendo as pessoas;

- Destinado a dar garantia razoável de fiabilidade – mas não uma garantia total, à administração, acionista e demais *stakeholders*;
- Destinado ao atingimento de objetivos em uma ou mais categorias (não sobrepostas)”.

Esta nova *framework* também estabelece princípios que representam os conceitos fundamentais associados a cada componente. Dado que os princípios são diretamente extraídos dos componentes, as entidades podem conseguir um controlo interno eficaz.

A primeira parte desta nova *framework* oferece uma perspetiva dos conceitos e aplicações atuais do *Enterprise Risk Management*. A segunda parte é o *framework*, organizado em 5 componentes, melhorando estratégias e tomadas de decisão.



Figura 2 - Modelo COSO ERM 2017

Fonte: COSO, (2017)

A figura acima, mostra a importância de existir uma definição de objetivos estratégicos alinhados com a missão, a visão e valores da organização para fortalecimento do seu desempenho.

De acordo com Pardini, (2017), o fortalecimento do desempenho pode ser afetado devido à existência dos seguintes pontos:

- a) “Possibilidade da estratégia não estar alinhada com a missão e visão da organização. Normalmente a gestão de riscos verifica se a empresa conta com objetivos estratégicos ou se os eventos que possam impactar a realização dos objetivos são

conhecidos. A visão agora avaliar se a estratégia esta alinhada com a visão, missão e valores da organização;

b) Outro ponto importante neste quesito é avaliar se a estratégia escolhida é alinhada com o apetite a risco, com os recursos requeridos e com o retorno almejado.”

Caso estes componentes não estejam alinhados, é potencializado o risco da empresa não criar valor às partes relacionadas e poderá comprometer a sua operacionalidade e desgastar o valor existente.

À semelhança do COSO 2013, este novo *framework* está estabelece 20 princípios organizados entre os 5 componentes, estabelecendo entre si uma relação de reciprocidade.



Figura 3 - Componentes do COSO ERM 2017

Fonte: COSO, (2017)

### 1.3.1. Componentes do COSO

Neste ponto do trabalho, vão ser expostas todas as componentes do cubo COSO bem como os 20 princípios associados a cada componente.

#### 1.3.1.1. Governance e Cultura

Com base no COSO (2017, p. 6), a governance estabelece o “*top of the top*”, reforçando assim, a sua importância e estabelecendo a responsabilidade pela supervisão da operação pela gestão

de topo, incluindo a supervisão da gestão de riscos da organização. Por outro lado, a cultura, estabelece os valores éticos, o comportamento desejado e a compreensão dos riscos da entidade.

Com base no COSO (2017, p. 7) os princípios da *governance* e cultura são os seguintes:

1. Exercitar a responsabilidade de supervisão do Conselho sobre os riscos estratégicos e operacionais;
2. Estabelecer estruturas operacionais compatíveis com a estratégia;
3. Definir a cultura desejada;
4. Demonstrar compromisso com os Valores Fundamentais da organização;
5. Atrair, desenvolver e manter indivíduos capazes para a execução de suas obrigações.

É necessário que tanto a organização como todos os colaboradores estejam em sintonia para que os objetivos sejam atingidos da melhor forma.

As organizações enfrentam uma variedade de riscos proveniente quer de fontes internas quer de externas, sendo necessário que sejam claramente delineados os objetivos em face da estratégia organizativa.

Estes objetivos serão fundamentais para a identificação de situações geradoras de risco, que serão analisadas e avaliadas de forma a antecipar o risco detetado para a avaliação de riscos e por conseguinte, para a resposta a riscos.

No que concerne à identificação de situações geradoras de risco, estes são identificados pela administração, que a já terem ocorrido, a afetaram de forma positiva ou negativa, ou seja, se estes representaram oportunidades ou se provocaram algum efeito adverso na organização, interferindo na implementação da estratégia.

Havendo impacto positivo, fontes de oportunidades, sendo que estas devem ser orientadas para todos os processos, objetivos e estratégia da organização. Por outro lado, havendo impacto



negativo, merece especial atenção por parte da administração, uma vez que representam riscos que necessitam de ser avaliados.

#### **1.3.1.2. Estratégia e o estabelecimento dos objetivos**

Com base no COSO (2017, p. 6), a gestão dos riscos, a estratégia e o estabelecimento de objetivos são atividades que devem estar presentes no processo de planejamento estratégico. O apetite pelo risco é estabelecido e alinhado com a estratégia. Os objetivos de negócio colocam a estratégia em prática, enquanto serve de base para identificar, avaliar e tratar os riscos.

Com base no COSO (2017, p. 7) os princípios da avaliação de risco são os seguintes:

6. Analisar o contexto empresarial e de negócio;
7. Definir o apetite ao risco;
8. Avaliar as estratégias alternativas existentes;
9. Formular os objetivos do negócio alinhado a missão, visão e valores.

“O apetite pelo risco refere-se ao nível de riscos, que de forma ampla, uma organização se dispõe a aceitar na procura de valor. O apetite pelo risco reflete na filosofia de gestão de riscos corporativos e, por sua vez, influencia a cultura e o estilo de operação”. (COSO 2007, p. 29)

Ainda com base no COSO (2007), quando é delineada a estratégia, estabelece-se também o “apetite pelo risco” já que, para se desenvolver com sucesso a estratégia inicialmente definida, estes elementos terão que estar congruentes.

#### **1.3.1.3. Desempenho**

Com base no COSO (2017, p. 6), os riscos podem afetar a consecução da estratégia e dos objetivos da organização, sendo necessário identifica-los e avalia-los. Os riscos são priorizados

pela sua magnitude considerando dentro do contexto do apetite ao risco. Desta forma, a organização seleciona as respostas para o risco e cria uma visão de portfólio considerando a quantidade de risco assumida. Os resultados desse processo são relatados para os principais *stakeholders*.

Com base no COSO (2017, p. 7) os princípios das atividades de controle são os seguintes:

10. Identificar o risco;
11. Avaliar a magnitude do Risco;
12. Priorizar Riscos;
13. Definir e implementar as respostas aos riscos;
14. Desenvolver a visão de portfólio para riscos.

O risco que uma organização pode aceitar para a consecução dos seus objetivos poderão ser avaliados de uma forma qualitativa, tendo como classificação, elevado, moderado ou baixo ou então, de uma forma quantitativa que reflete as metas de crescimento e retorno aos riscos.

De acordo com COSO (2007 , p. 54):

“a administração leva em conta tanto o risco inerente quanto o residual. Risco inerente é o risco que uma organização terá de enfrentar na falta de medidas que a administração possa adotar para alterar a probabilidade ou o impacto dos eventos. Risco residual é aquele que ainda permanece após a resposta da administração. A avaliação de riscos é aplicada primeiramente aos riscos inerentes. Após o desenvolvimento das respostas aos riscos, a administração passará a considerar os riscos residuais”.

Esta avaliação é realizada tendo por base o impacto e a probabilidade de uma situação geradora de risco ocorrer, enquanto que o impacto é o efeito provocado pela ocorrência da situação.

De acordo com Hull (1992), citado por Vale, (2011, p. 8), a importância da identificação dos riscos na fase de projeto é essencial. Ressalta ainda “(...) a importância desta identificação durante a fase de operação, de forma a definir planos de manutenção adequados. Em ambos os casos, deve ser desenvolvido um plano de gestão do risco eficaz que assegure a eliminação dos riscos ou a sua redução para níveis aceitáveis”.

De acordo com o exposto por este mesmo autor, o risco (R) pode ser descrito como o produto da probabilidade de ocorrência de um evento (P) pela gravidade das suas consequências (C):

$$Risco = P \times C$$

IMPACTO	Alta	Médio	Alto	Alto
	Média	Baixo	Médio	Alto
	Baixa	Baixo	Baixo	Médio
		Pouco provável	Provável	Muito Provável
PROBABILIDADE				

Figura 4 -Matriz de Risco

Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017

A figura acima, representa uma análise qualitativa dos riscos, é possível indicar que o risco se obtém através da seguinte fórmula:

$$Risco = Probabilidade \times Impacto$$

Na zona a vermelho, é onde se pode encontrar os riscos com maior importância do impacto e probabilidade de ocorrência.

Uma vez detetados os diferentes riscos, é necessário tomar algumas decisões relativamente à forma de tratar os riscos identificados.

De acordo com COSO (2007 , p. 61):

“as respostas aos riscos classificam-se nas seguintes categorias:

- **Evitar** – Descontinuação das atividades que geram riscos. Evitar riscos pode implicar a descontinuação de uma linha de produtos, o declínio da expansão num novo mercado geográfico ou a venda de uma divisão;
- **Reduzir** – São adotadas medidas para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos, ou, até mesmo, ambos. Tipicamente, esse procedimento abrange qualquer uma das centenas de decisões do negócio no dia-a-dia;
- **Compartilhar** – Redução da probabilidade ou do impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma porção do risco. As técnicas comuns compreendem a aquisição de produtos de seguro, a realização de transações de “*hedging*” ou terceirização de uma atividade;
- **Aceitar** – Nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos”.

Neste contexto torna-se necessário definir qual a importância da gestão de risco.

De acordo com o a Federation of European Risk Management Associations (FERMA), (2003, p. 5):

“A gestão de riscos protege e acrescenta valor à organização e aos diversos intervenientes, apoiando da seguinte forma os objetivos da organização:

- criação de uma estrutura na organização que permita que a atividade futura se desenvolva de forma consistente e controlada;
- melhoria da tomada de decisões, do planeamento e da definição de prioridades, através da interpretação abrangente e estruturada da atividade do negócio, da volatilidade dos resultados e das oportunidades/ameaças do projeto;
- contribuição para uma utilização/atribuição mais eficiente do capital e dos recursos dentro da organização;

- redução da volatilidade em áreas de negócio não essenciais;
- proteção e melhoria dos ativos e da imagem da empresa;
- desenvolvimento e apoio à base de conhecimentos das pessoas e da organização;
- otimização da eficiência operacional”.

Por outro lado, o COSO (2004 , p. 3) indica que:

“a Gestão dos Riscos de Negócio tem por finalidade:

- Alinhar o apetite pelo risco com a estratégia adoptada: desenvolvendo mecanismos para gerir os riscos;
- Fortalecer as decisões em resposta aos riscos: possibilita o rigor na identificação e na seleção de alternativas de respostas aos riscos (como evitar, reduzir, partilhar e aceitar os riscos);
- Reduzir as surpresas e prejuízos operacionais: melhor capacidade para identificar eventos em potencial e estabelecer respostas a estes, reduzindo surpresas, custos ou prejuízos associados;
- Identificar e administrar riscos múltiplos: possibilita uma resposta eficaz a impactos inter-relacionados e, também, respostas integradas aos diversos riscos;
- Aproveitar oportunidades: a organização posiciona-se para identificar e aproveitar as oportunidades de forma proactiva;
- Optimizar o capital: a obtenção de informações adequadas a respeito de riscos possibilita à administração conduzir uma avaliação eficaz das necessidades de capital”.

#### **1.3.1.4. Análise e revisão**

Com base no COSO (2017, p. 6), ao analisar o desempenho da entidade, uma organização deve avaliar a efetividade dos componentes do processo de gestão de risco, confirmando se estão em

funcionamento, ao longo do tempo e à luz de mudanças significativas, definindo quais serão as revisões necessárias para o fortalecimento da efetividade deste processo.

Com base no COSO (2017, p. 7) os princípios da informação e comunicação são os seguintes:

15. Avaliar as mudanças significativas;
16. Rever riscos e desempenho;
17. Procura da melhoria na gestão de riscos empresariais.

#### **1.3.1.5. Informação, comunicação e relatórios**

Com base no COSO (2017, p. 6), a gestão de riscos organizacionais requer um processo contínuo de obtenção e compartilhamento de informações necessárias para a gestão das operações, sejam de fontes internas como também, de fontes externas, que flui de cima para baixo e vice-versa, através de todas camadas da organização.

Com base no COSO (2017, p. 7) os princípios do controle interno são os seguintes:

18. Alavancar a informação através da tecnologia;
19. Comunicar informações sobre riscos;
20. Elaborar relatórios sobre risco, cultura e desempenho.

Os sistemas de informação em empresas de menor dimensão, tem tendência a ser menos formais ao contrário das empresas com uma dimensão maior. Neste sentido, dependendo da dimensão de cada empresa, a tecnologia é um aspeto importante na estratégia das organizações. Constituem assim, uma peça fundamental no mundo organizacional.

Não podendo por de lado a questão de que estes podem passar a não ter valor se os dados recolhidos não forem apropriados para a tomada de decisão.

Os meios de comunicação podem assumir várias formas, dependendo do tipo de empresa, muitas utilizam manuais e procedimentos, comunicados internos, mensagens de correio eletrónico, regulamentos e normas, entre outros.

### **1.3.2. O futuro da *framework***

O desafio para as empresas é que continuarão a enfrentar um futuro de grande volatilidade, complexidade e ambiguidade. Desta forma a gestão de risco, um papel crucial no auxílio, da organização, atravessar este período, com o objetivo de gerir ameaças existentes que influenciem o desempenho da organização.

A *framework* desenvolvida pelo COSO não é perfeita e, por isso, apresenta algumas limitações. Desde logo o risco está intrinsecamente relacionado com o futuro, o qual é incerto. Nesta decorrência, a concretização dos objetivos definidos encontra-se para além do controlo da administração o que pode resultar um enviesamento dos resultados obtidos, podendo haver, neste caso, na necessidade de intervir e redefinir os objetivos.

Ao olhar para o futuro, podem ser observadas tendências que poderão afetar este processo de gestão de riscos e, a organização COSO, algumas tendências que devem ser observadas de perto, e são elas:

- Lidar com o aumento e a proliferação de dados;
- Entender o impacto de novas tecnologias como a inteligência artificial e automação;
- Gerir o custo da gestão de riscos, dos processos de *compliance* e da gestão de controlos internos em comparação com o retorno obtido.

#### **1.4. Papéis e Responsabilidades da Gestão de Riscos**

Numa organização deve existir uma política de gestão dos riscos de negócio que, para além de estabelecer qual a atitude e apetência pelo risco, estabelece também quais as responsabilidades relativas a este tema em toda a organização. Ou seja, para que seja eficaz é necessário todo o envolvimento da organização.

Com base no FERMA, (2003, p. 12:13), os departamentos de uma organização têm um papel e responsabilidades importantes na gestão de risco.

O Conselho de Administração é, desde logo, o principal responsável por definir a estratégia da organização e criar todas as condições necessárias para que a gestão de risco funcione de forma eficaz.

As unidades de negócio têm a responsabilidade de gerir diariamente os riscos. Por sua vez, as direções das unidades de negócio têm a responsabilidade de promover a sensibilização sobre a existência de riscos introduzindo os objetivos da gestão de riscos nas suas áreas. Devem, também, abordar o tema de forma regular nas reuniões de direção de modo a refletir sobre a exposição ao risco, definindo, assim, prioridades nas tarefas tendo em conta uma análise eficaz dos riscos. A gestão de riscos deve ser tanto incorporada na fase de conceção dos projetos como ao longo da execução dos mesmos sendo que as direções das unidades de negócio responsáveis por garantir esta gestão.

O número de elementos envolvidos na gestão de risco vai depender da dimensão da organização podendo ir desde um único responsável até um departamento de grande escala. Desta forma a gestão de riscos de negócio deve ter políticas e estratégias definidas - metas e indicadores a atingir -, estabelecendo ao nível da estratégia e da sua operacionalização, deve ser adstrito um responsável que:

- sensibilize a existência de riscos dentro da organização;
- promova formações e informações adequadas;
- coordene várias atividades que ofereçam aconselhamento;
- desenvolva processos de resposta a riscos;
- elabore o relatório sobre risco para o Conselho de Administração.



## 1.5. Indicadores de Desempenho

Após realização de pesquisa sobre este tema, podemos definir indicador de desempenho como uma ferramenta que possibilita o planejamento de ações, tendo em vista a melhoria do desempenho através do acompanhamento das variáveis que a organização considere mais importantes.

Parmenter, (2007, p. 2:9) divide os indicadores de desempenho em três tipos, como se pode observar na figura abaixo.

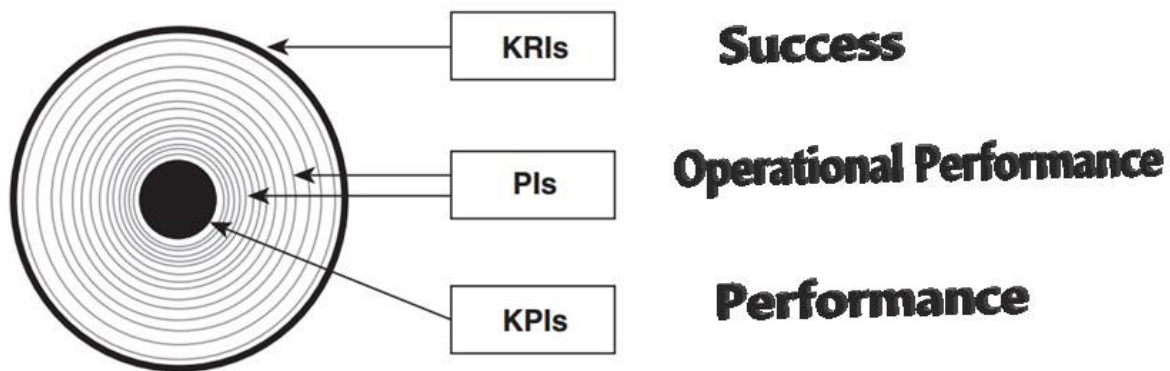


Figura 5- Tipos de Indicadores de Desempenho

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base em Parmenter, (2007, p. 2:9), 2017

Parmenter, (2007), divide então os indicadores em:

- *Key Result Indicators* (KRIs) ou Indicadores - Chave de Resultados: fornecem informações sobre o que foi feito até ao momento num determinado processo, medindo o sucesso atingido;
- *Performance Indicators* (PIs) ou Indicadores de Desempenho: devem dar as informações necessárias de modo a que se consiga determinar qual o caminho que a empresa deve seguir para melhorar o seu desempenho operacional;
- *Key Performance Indicators* (KPIs) ou Indicadores-Chave de Desempenho: informam sobre o que fazer para aumentar rapidamente o desempenho.

A principal diferença entre as classificações dos indicadores, está essencialmente relacionada com a finalidade das informações produzidas.

Elaborando uma pequena análise às organizações, verifica-se que existem indicadores com maior importância.

Uma vez que KPIs se baseiam em riscos que já afetaram a empresa, os KRIs ajudam a acompanhar as potenciais mudanças futuras de riscos ou então riscos que possam surgir. Sendo assim, os KRIs acabam por ter uma maior importância.

De acordo com Parmenter, (2007, p. 2):

“os KRIs são medidas que muitas vezes são confundidas com KPIs incluindo:

- Satisfação do cliente;
- Lucro líquido antes de imposto;
- Rentabilidade dos clientes;
- Satisfação dos funcionários;
- Retorno sobre o capital investido”.

A característica comum destas medidas é que elas são o resultado de muitas ações. Eles dão origem a uma imagem clara sobre se se está no rumo correto. No entanto, eles não dizem o que fazer para melhorar os resultados.

Assim, os KRIs, fornecem informações que são essenciais para a administração.”

Uma vez que as organizações estão preocupadas com os riscos, recorrem a sistemas de controlo para os poderem controlar da forma mais adequada, utilizam indicadores de desempenho para organizar o rumo da organização. Contudo, existem normas internacionais que ajudam a regular e implementar sistemas de gestão de qualidade.

## **1.6. International Organization for Standardization - ISO 9001:2015 Sistemas de Gestão da Qualidade**

As normas ISO são normas internacionais publicadas pela Organização Internacional de Normalização (*International Organization for Standardization*), que é uma federação mundial de organismos nacionais de normalização.

A ISO 9001 é a norma de sistema de gestão mais reconhecida no mundo, sendo que, esta nova versão, foi escrita por forma a manter a sua relevância no mercado e oferecer às organizações, públicas ou privadas, um melhor desempenho e benefícios de negócios.

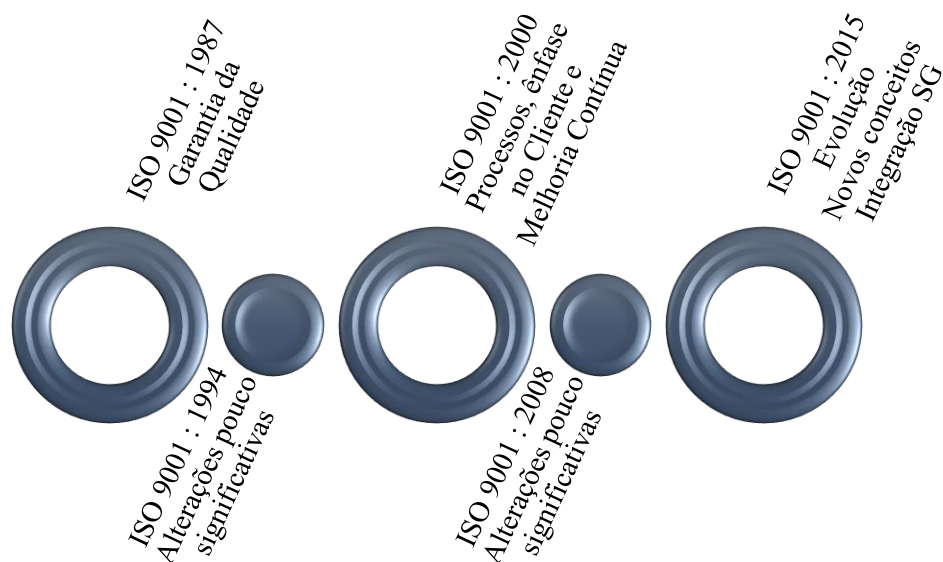


Figura 6 - Síntese histórica da ISO 9001

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base nas ISO 9001, 2017

A evolução permanente do mercado associado ao fenómeno da globalização conduziu as empresas para novos desafios. Assim, estas foram condicionadas na procura de ferramentas de gestão interna que acrescentassem valor à organização, melhorassem o rendimento dos processos, controlassem os custos operacionais e valorizassem os recursos existentes.

O objetivo, de acordo com a Norma 9001:2015 é o de especificar requisitos para um Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) quando uma organização pretende demonstrar a sua capacidade em fornecer produtos e prestar serviços que cumpram determinados requisitos dos clientes, fornecedores, *stakeholders*, visando o aumento da satisfação do cliente.

As principais alterações com esta nova versão da norma passam por compreender a organização e o seu contexto, compreender as necessidades e as expectativas das partes interessadas e realizar ações para tratar riscos e oportunidades. De destacar a ênfase colocada no pensamento baseado no risco, apesar de sempre ter feito parte da norma. Esta norma, encontra-se em linha com outras normas de sistemas de gestão, tornando-se assim, mais fácil, o uso de diversos sistemas de gestão.

A norma encontra-se dividida em dez cláusulas principais, anexo SL, e são eles: Objetivo e campo de aplicação; Referências normativas; Termos e definições; Contexto da organização; Liderança; Planeamento; Suporte; Operacionalização; Avaliação do desempenho; Melhoria.

Cada um destas cláusulas está relacionada com uma fase do ciclo PDCA (Plan-Do-Check-Act). O ciclo PDCA, pode ser aplicado a todos os processos e para o SGQ como um todo.

Na figura seguinte, pretendemos demonstrar a forma como as cláusulas 4 a 10 se relacionam com o ciclo PCDA.

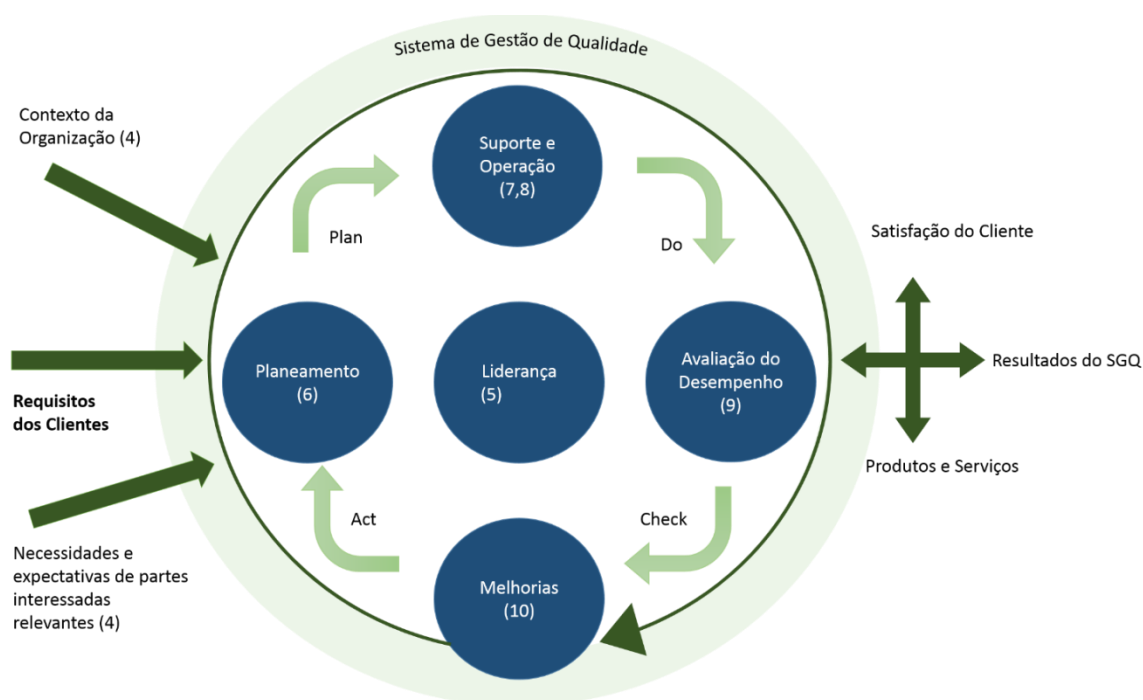


Figura 7 - Representação da estrutura da norma no ciclo PDCA

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base na ISO 9001:2015, 2017

De acordo com a norma, o pensamento baseado no risco é essencial para se obter um Sistema de Gestão da Qualidade eficaz.

Na revisão da ISO 9001, foi introduzida a ideia de “pensamento baseado em risco”. Este novo conceito dá maior credibilidade à norma junto da gestão.

Uma organização deve planear e implementar ações para tratar os riscos e as oportunidades, isto para estar em conformidade com os requisitos da norma. Sendo os riscos e as oportunidades tratados, por consequência, aumenta tudo desta forma, a eficácia do SGQ e, os resultados são melhores e previnem-se efeitos negativos.

As oportunidades podem surgir como resultado de uma situação favorável à obtenção de um resultado pretendido (p.e. atrair clientes, desenvolvimento de novos produtos e serviços, melhorar a produtividade, etc.). O risco é o efeito da incerteza, que poderá ter efeitos positivos ou negativos.

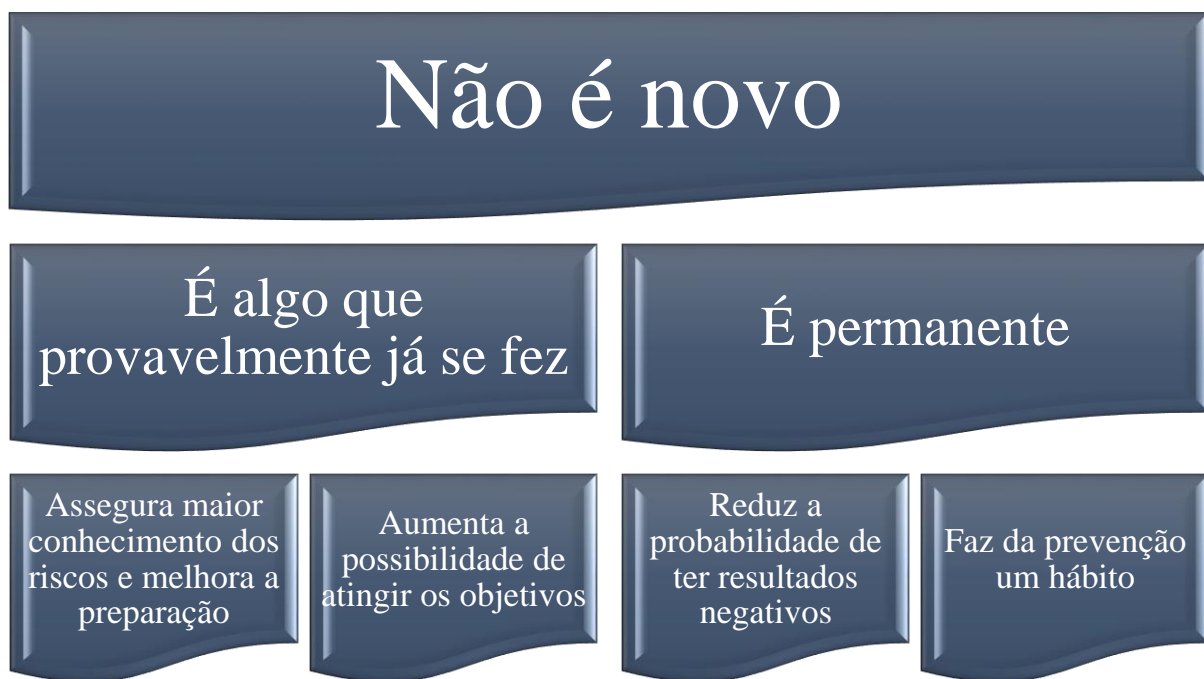


Figura 8 - Pensamento Baseado em risco

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base na ISO 9001:2015

Para que este processo se concretize, devem ser realizadas reuniões entre a liderança e os intervenientes em cada processo do SGQ; análise SWOT; relatórios da avaliação da satisfação de clientes; *brainstorming*; análise da concorrência; avaliação dos processos, entre outros.

A organização deve demonstrar que identifica os riscos e oportunidades e que os considera no planeamento do SGQ, assim, nesta norma, o envolvimento da liderança, da gestão/administração, está claramente definido.

A direção deve:

- demonstrar a sua liderança e compromisso com respeito à qualidade do Sistema de Gestão;
- estabelecer uma política de qualidade que seja adequada ao propósito da organização e seus resultados;
- assegurar que as responsabilidades e autoridades para as funções relevantes sejam definidas e comunicadas dentro da organização.

Para concluir, podemos afirmar que tanto a auditoria, como a gestão de risco e o Sistema de Gestão da Qualidade, tem como objetivo melhorar e proteger processos organizacionais.

A Gestão dos Riscos, tem como objetivo minimizar o impacto nas organizações dos potenciais riscos a que estão sujeitas. Desta forma, está a proteger os processos da organização.

Um dos elementos de um Sistema de Gestão da Qualidade é a melhoria do processo, tal como o de uma auditoria.

## **Capítulo II – A Auditoria**





## 1. Noção, conceitos e princípios

Neste capítulo vai ser abordado o tema da auditoria sendo que, nesta primeira parte vão ser vão ser apresentados alguns conceitos relacionados com a temática e também a evolução do conceito de auditoria, relacionando este com a temática abordada no capítulo anterior – Gestão do Risco.

De acordo com Gonçalves, (2008, p. 25):

“Face às profundas mudanças ocorridas no ambiente de negócios, no modo de funcionamento e de suporte das operações das empresas, nos últimos trinta anos, a auditoria sentiu uma pressão significativa para evoluir e encontrar respostas a um meio empresarial cada vez mais complexo. Actualmente, as empresas constituem organizações de grande dimensão, operando em diversos segmentos de negócio e geográficos, suportadas por complexos sistemas de informação e colaboradores altamente qualificados, pelo que a auditoria teve de acompanhar este processo de evolução rápido e de extrema complexidade.

O seguinte esquema procura evidenciar alguns aspectos marcantes ocorridos nos últimos trinta anos”.

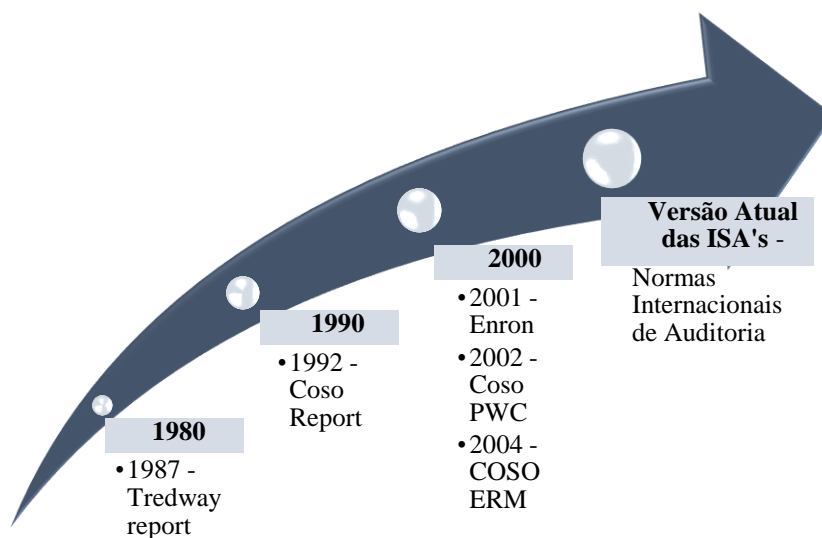


Figura 9 - As Metodologias de Auditoria Evolução Histórica

Fonte:Elaborado pela Mestranda, com base em Gonçalves, (2008, p. 25), 2017

Analisando a figura acima, de acordo com Gonçalves, (2008, p. 25):

“Do ponto de vista conceptual, de acordo com diferentes autores, nas últimas décadas, as principais metodologias adoptadas pelos auditores podem ser designadas do seguinte modo:

- Auditoria baseada nos controlos (Control-based Audit) – ao longo de toda a evolução;
- Auditoria baseada nos processos (Process-based Audit) – entre a década de 80 até ao presente;
- Auditoria baseada no risco (Risk-based Audit) – entre a década de 90 até ao presente; e
- Auditoria e os conceitos de Gestão do Risco Empresarial (Enterprise Risk Management) – desde 2001 até ao presente”.

Pode-se verificar que, até 2004, se verificam três metodologias distintas que, correspondem ao referencial conceptual adotado até meados da década atual.

Gonçalves, (2008, p. 30:31), explica as três fases que existiram até 2004:

“Numa fase inicial, auditoria baseada nos controlos, o que estava em causa consistia, essencialmente, em garantir o cumprimento da legislação e regulamentos aplicáveis: normativos contabilísticos, fiscais e sectoriais;

Numa segunda fase, auditoria baseada nos processos em que, a ênfase era dada aos controlos operacionais relevantes em cada processo crítico de negócio, e

Numa terceira fase, auditoria baseada no risco, o auditor assume a responsabilidade de deter conhecimento da entidade e do seu negócio, assim como, do seu sistema de controlo interno.

Contudo, nesta terceira fase, estamos ainda longe das metodologias mais recentes. De acordo com o conceito da auditoria baseada no risco o auditor, de acordo com o referencial do controlo interno do COSO de 1992, apenas deveria possuir um conhecimento da entidade e do seu negócio assim como do seu sistema de controlo interno de modo a poder planear o seu trabalho, consistindo um aspeto importante, a

atitude do auditor relativamente às fraudes, na medida em que se assumia que o trabalho de auditoria não estaria vocacionado para a identificação de fraudes, devendo o auditor comunicar essas situações caso as mesmas fossem identificadas.

Após 2004, a abordagem da auditoria baseada no risco veio revelar-se, contudo insuficiente no final da década de noventa do último século, tendo o COSO desenvolvido a estrutura conceptual do processo de gestão do risco empresarial (Enterprise Risk Management)”.

De uma forma simplificada, foi nesta altura que se incorporou nas metodologias de auditoria o plano estratégico, ainda que de uma forma incompleta.

Gonçalves, (2008, p. 32) afirma que:

“De acordo com alguns autores, a integração da auditoria com os conceitos desenvolvidos pelo COSO relativos à gestão do risco empresarial levará à auditoria baseada na gestão do risco, tendo a mesma como principal objectivo determinar quais os objectivos primários do negócio da entidade, os riscos associados, métricas definidas e níveis de tolerância, de modo a avaliar o grau de eficácia das actividades de gestão do risco empresarial (ERM) desenvolvidas de forma a garantir a prossecução dos objectivos da entidade, gerindo os riscos a um nível adequado. Estamos perante uma nova abordagem, que visa alinhar os objectivos estratégicos, com os mecanismos de identificação dos riscos, sua avaliação, gestão e acompanhamento quer pelos auditores internos, auditores externos e membros das comissões de auditoria ou órgãos com características semelhantes”.

De acordo com Arens, Elder, & Beasley, (2012, p. 18) “a auditoria é a acumulação e a evolução de evidências sobre a informação para determinar e comunicar o nível de correspondência entre a informação e os critérios estabelecidos. A auditoria deve ser exercida por alguém competente, independente”.

De acordo com o Tribunal de Contas, (1999, p. 23): “auditoria é um exame ou verificação de uma dada matéria, tendente a analisar a conformidade da mesma com determinadas regras,

normas ou objetivos, conduzido por uma pessoa idónea, tecnicamente preparada, realizado com observância de certos princípios, métodos e técnicas geralmente aceites, com vista a possibilitar ao auditor formar uma opinião e emitir um parecer sobre a matéria analisada”.

O auditor “é pessoa encarregada de realizar uma auditoria e de elaborar um relatório escrito sobre essa auditoria”. (Tribunal de Contas, p. 5).

### **1.1.Princípios, Normas e Diretivas de Auditoria**

Na atividade de auditoria, existe um conjunto de princípios, normas e diretivas a serem cumpridos.

Desde logo, merecem especial atenção os “Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites” (PCGA), expressão traduzida de *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP).

Estes princípios são constituídos por um conjunto de normas regras e convenções e devem constar na prática contabilística em geral e na elaboração das demonstrações financeiras em particular.

De acordo com a revista da OROC, (2011, p. 29), Rogério Fernandes Ferreira clarifica:

“As expressões princípios contabilísticos, são princípios, princípios geralmente aceites, são, de modo geral, utilizadas em sentidos que englobam não só propriamente princípios, isto é, conceitos básicos (fundamentos teóricos ou pressupostos) em que devem assentar as relevações contabilísticas, mas também convenções ou regras que tradicionalmente se consideram de adoptar”.

Alguns dos organismos com competência para criação de normas, diretivas e recomendações são:

AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*, que foi o primeiro organismo profissional a publicar normas de auditoria;

IFAC – *International Federation of Accountants*, organismo representativo da profissão contabilística a nível mundial, criado em 1977;

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A estrutura normativa é então composta pelos seguintes elementos:

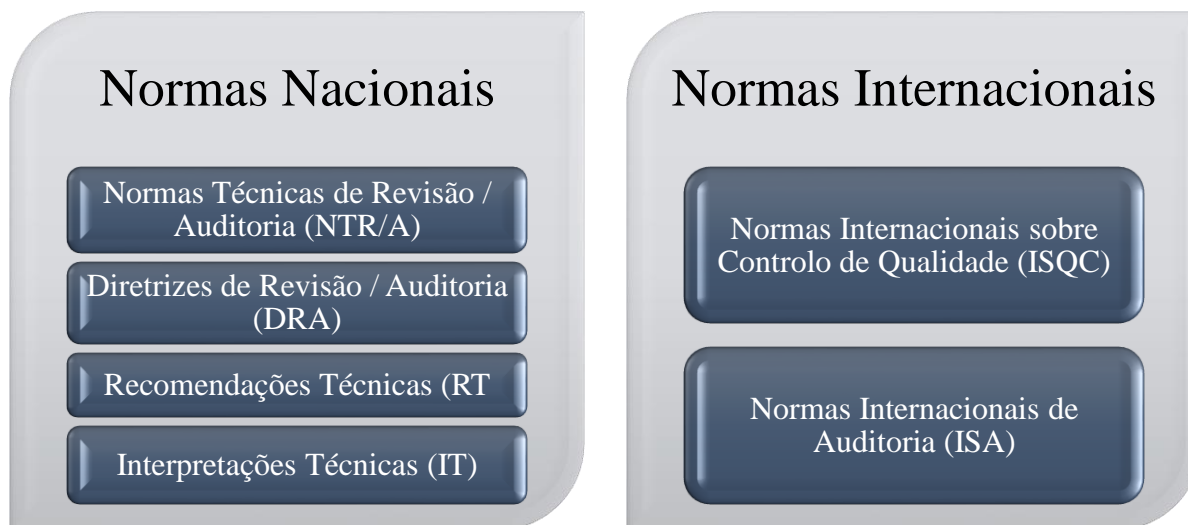


Figura 10 - Estrutura Normativa

Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017

## 1.2.Métodos e técnicas de auditoria

Para a execução do trabalho de um auditor, existem procedimentos que o auxiliam a formar uma opinião e que variam consoante o trabalho a realizar.

“Os métodos são os processos racionais e orientados de acordo com normas específicas que hão-de conduzir o auditor na direcção do resultado desejado. As técnicas são os meios ou instrumentos que o auditor utiliza na realização do seu trabalho e que lhe possibilitam formar uma opinião”. (Tribunal de Contas, 1999, p. 27).

Estes procedimentos podem classificar-se em procedimentos gerais, procedimentos específicos e procedimentos adicionais. Os procedimentos gerais podem ser aplicados em várias fases da auditoria e as suas técnicas de verificação são: a inspeção, a observação,

indagações/entrevista/questionários, confirmação, análise e cálculo. Os procedimentos específicos são aqueles que são aplicados a determinadas áreas e tipos de auditoria, como por exemplo:

- Trabalhos iniciais – saldos de abertura;
- Auditar estimativas contabilísticas;
- Auditar justo valor;
- Partes relacionadas (Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 5);
- Acontecimentos subsequentes (NCRF 24);
- Declarações escritas do órgão de gestão.

Quanto às técnicas de auditoria temos a amostragem e as técnicas de auditoria apoiadas em computador (TAAC).

Todo o tipo de auditoria desenvolve-se em três fases, independentemente dos objetivos e da entidade.

### **1.3.Fases da Auditoria**

De acordo com Arens, Elder, & Beasley, (2012, p. 424:427) existem quatro fases numa auditoria.

- Fase I: Planear e desenhar a abordagem da auditoria;
- Fase II: Realizar testes de controlo e substantivos;
- Fase III: Realizar procedimentos analíticos e testes de detalhe ao Balanço;
- Fase IV: Completar a auditoria e emitir relatório de auditoria.



Figura 11 - Fases da Auditoria

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base na DRA 300 e na ISA 300, 2017

As fases de uma auditoria, são aplicadas tanto a uma auditoria interna como a uma auditoria externa. Simplificando um pouco as fases descritas por Arens, temos a fase de planeamento do trabalho de auditoria, de seguida a execução e por fim a emissão do relatório de auditoria.

De acordo com a Diretriz de Revisão/Auditoria DRA 300, (1999, p. 2), por “Planeamento entende-se o desenvolvimento de uma estratégia geral e de uma metodologia detalhada quanto às esperadas natureza, tempestividade e extensão da revisão/auditoria, de modo que os respetivos trabalhos sejam executados de uma maneira eficiente e tempestiva”.

Baseado no esquema apresentado por Arens, Elder, & Beasley, (2012, p. 425), na fase de planeamento é necessário que se conheça o cliente, o setor do cliente e a indústria, ou seja, conhecer todo o negócio e a sua envolvente. Mediante este conhecimento, é necessário estabelecer o nível de materialidade e avaliar os riscos.

O risco de auditoria (risco de o auditor dar uma opinião errada), é composto pelo produto entre o risco inerente (aquele que surge da entidade), o risco de controlo (depende dos controlos existentes – quanto maior for o controlo menor será o risco de auditoria) e o risco de deteção (risco de erros importantes que não sejam detetados por provas substantivas ou seja, está relacionado com os procedimentos de auditoria).

Relativamente à materialidade, de acordo com a DRA 320 - Materialidade de Revisão/Auditoria,

“A materialidade deve ser considerada pelo revisor/auditor quando:

- a) Determina a natureza, extensão, profundidade e oportunidade dos procedimentos de revisão/auditoria; e
- b) Avalia o efeito das distorções”.

Considera-se assim, de acordo com a DRA 320 - Materialidade de Revisão/Auditoria, que, “um assunto é material se a sua omissão ou distorção puder razoavelmente influenciar as decisões económicas de um utilizador baseadas nas demonstrações financeiras”.

Na fase de execução é necessário garantir que a prova de auditoria é suficiente e apropriada, ou seja, garantir que a quantidade é suficiente e que esta tenha qualidade - relevância e fiabilidade.

A prova de auditoria não é mais do que a recolha de informação pelo auditor para dar suporte às suas conclusões.

No que concerne a este assunto, o juízo profissional do auditor é essencial, pois é ele que vai avaliar a quantidade e a qualidade da prova assim como avaliar se a mesma é suficiente ou não.

Desta forma existem dois tipos de abordagem da auditoria, a abordagem substantiva, a abordagem aos testes de controlo e por fim a combinação destas duas abordagens.

Por fim, após todo o trabalho de auditoria executado, é elaborado um relatório onde são apresentadas todas as conclusões, suportadas pelas provas recolhidas, o auditor forma a sua opinião e emite recomendações.



O processo para a realização é o mesmo, quer para a auditoria interna quer para a auditoria externa, o que muda é a matéria a ser auditada, num caso são auditados o controlo interno, os riscos, etc. no outro caso são auditados os balanços, as demonstrações financeiras, etc..

Uma vez apresentadas as fases de uma auditoria, apresentamos na figura seguinte as fases de um processo de uma auditoria.

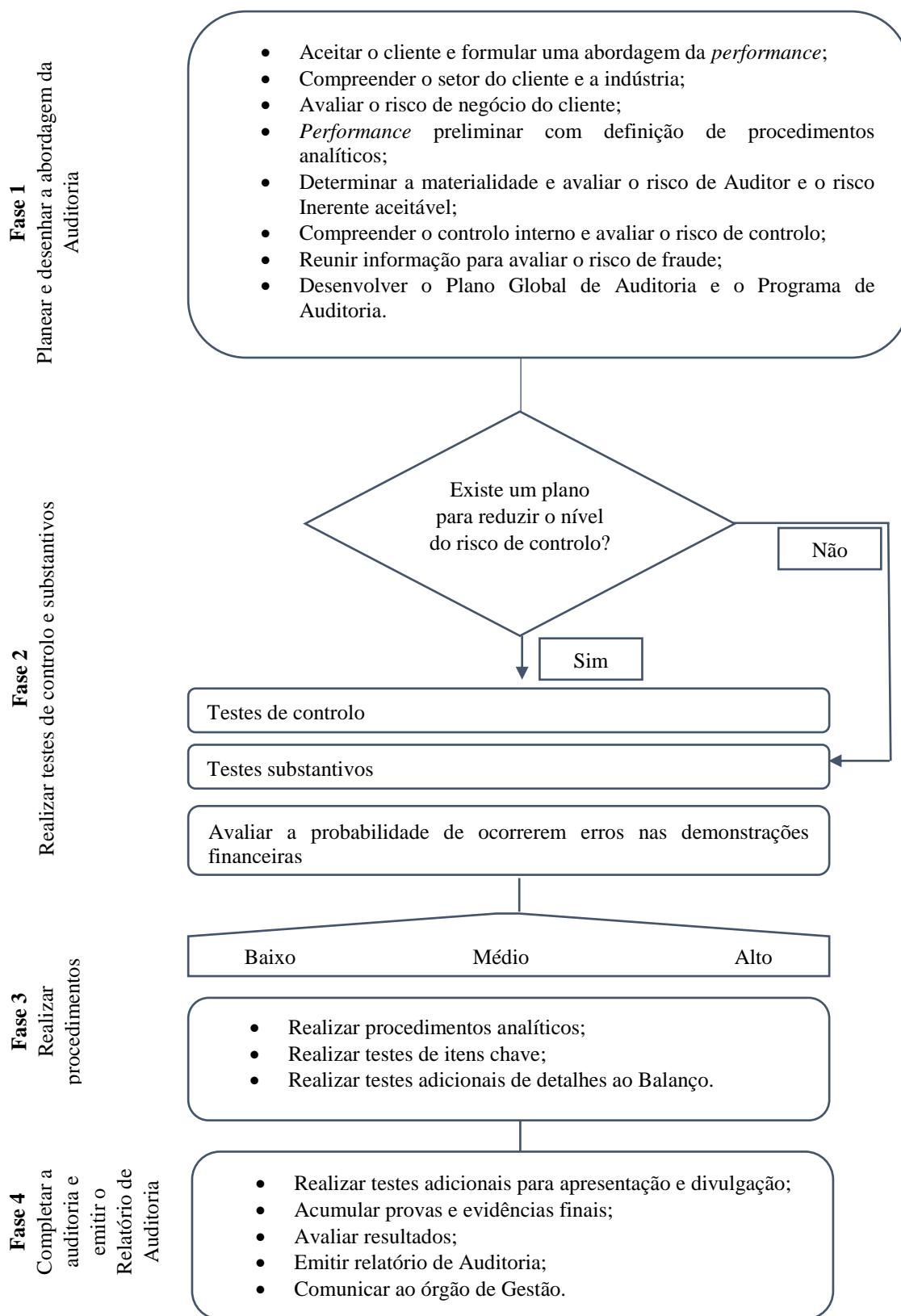


Figura 12 - Fases e Processo de Auditoria

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base em Arens, Elder, & Beasley, (2012, p. 425), 2017

#### **1.4. A Auditoria interna e externa e o Risco**

Segundo o descrito por Marques, (1997, p. 52), tanto a auditoria interna como a auditoria externa têm semelhanças. As metodologias e técnicas utilizadas pelas auditorias são comuns ou idênticas. Exemplos de tarefas que ambas utilizam para organizar da melhor forma os seus trabalhos são planear, programar, calendarizar, elaborar e utilizar *checklists* e questionários sobre temas a abordar e os “papeis de trabalho”. Tanto a auditoria interna como a auditoria externa identificam, analisam e avaliam procedimentos de controlo interno. Através da realização de testes identificam falhas ou erros conseguem avaliar os riscos associados. No final elaboram um relatório, onde emitem a sua opinião, elaboram sugestões e apresentam propostas de melhoria com a finalidade de minimizar o impacto das falhas detetadas.

Martins & Moraes, (2007, p. 29) afirmam que:

“As atividades da auditoria interna estão inseridas em avaliação de controlo interno e assistência na auditoria às demonstrações financeiras, ou seja, à assistência que os auditores internos prestam à Auditoria Externa das demonstrações financeiras. Enquanto, a auditoria externa só se interessa pelo sistema de controlo interno, como base de confiança no sistema contabilístico, para uma apresentação fiel das demonstrações financeiras.”

Uma vez diferenciados estes dois tipos de auditoria, torna-se importante distinguir as funções de um auditor externo e as funções de um auditor interno.

Auditor Interno	Auditor Externo
Normas profissionais	Normas definidas por lei, para além das normas éticas e técnicas definidas para a profissão
Quadro da entidade	Profissional independente da empresa ou entidade auditada, com contrato de prestação de serviços
O objetivo é atender às necessidades da Administração, contribuindo para o fortalecimento do sistema de Controlo Interno da entidade	O objetivo é atender às necessidades de terceiros no que diz respeito à credibilidade das informações financeiras. A avaliação do controlo interno é feita, principalmente, para determinar a extensão, profundidade e calendarização dos exames a efetuar às contas
O trabalho é subdividido tendo em conta as áreas operacionais e as linhas de responsabilidade administrativa	O trabalho é subdividido, tendo em conta os elementos das demonstrações financeiras
Deve ser independente em relação às pessoas cujo trabalho examina, sendo, contudo, subordinado da Administração	Deve ser independente em relação à Administração, havendo na lei incompatibilidades específicas, gerais, absolutas e relativas (Art.º 75/6/7/8/9 do Dec. Lei 487/99 e Art.º 414 CSC)
O controlo interno é avaliado a fim de poder expressar opinião acerca da eficácia ou eficiência da operacionalidade da entidade	A opinião acerca do controlo interno tem a ver com a segurança das operações e não com a eficácia eficiência dos recursos
O exame das atividades é contínuo	O exame das informações das demonstrações financeiras é descontínuo
A responsabilidade é de ordem geral, idêntica à dos restantes trabalhadores da entidade	São responsáveis para com a sociedade, sócios e credores sociais (Art.º 82 do CSC, nº 2 do Art.º 24º da Lei Geral Tributária). É uma responsabilidade única e indivisível
Os relatórios não são dotados de “fé pública”, embora devam ser elaborados com o máximo de objetividade	A “certificação legal de contas” é dotada de “fé pública”, só podendo ser impugnada judicialmente
Não pode fazer parte do conselho fiscal (e) (nº 3 do Art.º 414º do CSC), tem de conduzir a sua atividade com diplomacia, objetividade e independência. Tem de ser hábil nas relações humanas e na forma de comunicação. Tem de impor-se, sobretudo, pela sua competência e pelos seus conhecimentos	É nomeado pela Assembleia Geral e contratado pela Administração, faz parte do órgão de fiscalização e a sua atividade tem suporte legal. Emite um relatório que acompanha obrigatoriamente as contas
Acompanha permanentemente a atividade da entidade, o que lhe proporciona um melhor conhecimento do negócio, conferindo-lhe maior sensibilidade em relação a tudo o que se refere à entidade onde trabalha	O acompanhamento é intermitente, acompanhando, normalmente, várias organizações. Se por um lado, conhece pior cada empresa auditada, por outro poderá deter uma vasta experiência, fruto de auditar numerosas entidades

Tabela 2 - Diferenças entre o auditor interno e o auditor externo

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base em (Morais & Martins, (2003, p. 31), 2017

Tendo por base as definições que foram enumeradas ao longo desta dissertação, consegue perceber-se o relacionamento existente entre a auditoria e o risco e a sua gestão.

Como resultado de todas as transformações do mundo global, as organizações, estão mais expostas aos riscos sendo necessário criar vários tipos de estratégia para mitigar o seu impacto.

Um auditor, em particular, deve-se preocupar com a gestão do risco financeiro. Contudo, no geral, os auditores devem preocupar-se com todo o tipo de riscos que afetem ou possam afetar as organizações. É necessária a existência de mecanismos para minimizar o impacto que o risco eventualmente possa provocar.

No caso de um auditor externo, o papel principal é o de dar credibilidade às demonstrações financeiras, tendo especial atenção ao risco de informação, uma vez que esta pode ser insuficiente ou inapropriada. É necessário que o auditor reduza este tipo de risco para que as demonstrações financeiras não contenham distorções (erros, fraudes, desonestidade...).

Uma vez que é essencial que a informação contabilística apresentada pelas organizações seja verdadeira e apropriada, que qualquer indivíduo, em qualquer país, a consiga interpretar, é necessário que existam princípios, normas e procedimentos, para isso existem os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

É um aspeto importante uma vez que as organizações têm necessidade de informações atempadas e úteis que permitam à gestão atingir os seus objetivos e traçar um rumo para o futuro.

A gestão do risco deve ser entendida como um processo sistemático, contínuo e iterativo.

Os auditores internos têm um papel crucial na análise da eficiência e eficácia das operações, e a responsabilidade de verificar se tudo está de acordo com as leis e normas em vigor. Por outras palavras, os auditores internos têm um papel importante na gestão dos riscos e nas melhorias a considerar.

O objetivo principal dos auditores internos, será, juntamente com os Responsáveis de Auditoria Interna, focar o seu trabalho nas áreas que apresentam maior risco. Para que este trabalho seja conseguido, é elaborado um plano de auditoria com o intuito de facilitar o trabalho.

Para que o trabalho dos auditores internos seja facilitado, existem normas que orientam o seu trabalho, por exemplo a *International Organization for Standardization* (ISO) que, tem como

objetivo aprovar normas internacionais. Uma das ISO mais conhecidas, relativamente à gestão da qualidade é a ISO 9001, já abordada no capítulo anterior.

Para além de tudo isto, todas as organizações estão expostas a riscos sendo que é necessário dar-lhes algum tratamento. Para isso com a ajuda do ERM, as organizações conseguem gerir os riscos, aproveitando as oportunidades que daí advém.

Tendo por base a revisão de literatura efetuada, delineamos as questões desta investigação.

“A questão de investigação, inclui habitualmente, uma ou duas variáveis e a população a estudar”. (Fortin, 1996, p. 101).

Nesta decorrência apresentamos, de seguida, as questões delineadas nesta investigação, tendo como intuito de encontrar respostas para o problema em estudo, construindo, desta forma, novo conhecimento.

Questões de Investigação		Capítulo	Autor/Data
1	De que forma a Auditoria se relaciona com a Gestão de Risco?	II – Ponto 2.5	Marques, 1997
2	As empresas que possuem auditoria interna têm maior probabilidade de terem sistemas de controlo interno e de gestão de riscos implementados?	II – Ponto 2.3	Marques, 1997 Lajoso, 2015
3	O número de Auditores existentes na empresa influencia o contributo da auditoria interna para uma gestão de risco eficaz?	II – Ponto 2.5	Morais & Martins, 2003
4	O grau de liberdade e independência cedido à auditoria interna (para desempenhar o seu trabalho) influencia o contributo desta para uma gestão eficiente?	II – Ponto 2.3	Mendes, 1999
5	A que nível a gestão de risco está implementada nas organizações?	I – Ponto 1.3	Ferreira, 2010

Questões de Investigação		Capítulo	Autor/Data
6	Qual a importância dada à Auditoria Interna nas organizações?		
7	Existem avaliações periódicas aos trabalhos de auditoria para assegurar a sua qualidade?		
8	Qual a importância da Gestão de Risco nas organizações?	I – Ponto 1.4	FERMA, 2003
9	A gestão de risco é uma responsabilidade de quem?	I – Ponto 1.5	FERMA, 2003

Tabela 3 - Apresentação das questões de investigação

Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017





## **Capítulo III – Metodologias de Investigação**



## 1. Metodologia de investigação

O objetivo da investigação consiste em verificar a importância da auditoria interna e da gestão de risco como forma de acrescentar valor às organizações. Tentar compreender se o funcionamento da gestão de risco é um fator crucial para as empresas que se queiram afirmar perante a concorrência e ameaças.

De acordo com Fortin, (1996, p. 102) esta fase é de extrema importância, pois “assegura a fiabilidade e a qualidade dos resultados de investigação”.

A investigação não é mais do que alargar o campo dos conhecimentos, no tema que se está a tratar, facilitando e ajudando o desenvolvimento da ciência em causa.

“Kerlinger (1973) definiu a investigação como um método sistemático, controlado empírico e crítico que serve para confirmar hipóteses sobre as relações presumidas entre fenómenos naturais”. (Fortin, 1996, p. 17).

“A investigação é, portanto, um método de aquisição de novos conhecimentos”. (Fortin, 1996, p. 18).

“De todos os métodos de aquisição de conhecimentos, a investigação científica é o mais rigoroso e o mais aceitável, uma vez que assenta num processo racional”. (Fortin, 1996, p. 17).

De acordo com o exposto por Siqueira, Karlmeier-Mertens, Fumanga, & Benavento, (2008, p. 3:4):

“O método científico é entendido como o conjunto de processos orientados por uma habilidade crítica e criadora voltada para a descoberta da verdade e para a construção da ciência hoje, a pesquisa constitui seu principal instrumento ou meio de acesso (Cervo & Bervian, 2002). Para Lakatos e Marconi (1991), o método caracteriza-se como uma abordagem ampla, a um nível de abstração elevado dos fenómenos da natureza e da sociedade. Para tal, o método define-se como a forma de atuar, fazendo, conhecendo, para alcançar o objetivo previamente definido, ou seja, o método é a ordem dos elementos de um processo, para atingir um fim (Descartes, 1999)”.

“Segundo Dalarosa (1998), não seria correto falar em metodologia da ciência, pois não é a metodologia que contém em si uma ciência, é a ciência que ao ser construída, necessita de um método. Sendo que, no quadro geral da ciência, metodologia é uma “metaciência”, isto é, um estudo que tem por objeto a própria ciência e as técnicas específicas de cada ciência. Barros & Lehfeld (1986) afirmam que a metodologia não procura soluções, mas escolhe as maneiras de encontrá-las, integrando os conhecimentos a respeito dos métodos em vigor nas diferentes disciplinas científicas ou filosóficas”. (Siqueira, Karlmeier-Mertens, Fumanga, & Benavento, 2008, p. 4).

Confrontados com a necessidade de delinear a pesquisa para este caso, optou-se por selecionar a pesquisa exploratória.

Por outro lado, há a necessidade de definir a tipologia de pesquisa quanto aos procedimentos. Para a recolha de dados, o procedimento é uma peça fundamental neste processo.

De entre as várias tipologias, tais como, por exemplo: o estudo de caso, a pesquisa de levantamento, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa participante e a pesquisa experimental.

Por fim, quanto à abordagem do problema, evidenciam-se as pesquisas qualitativa e quantitativa.

Todos estes aspetos mencionados, vão ser analisados com maior detalhe nos próximos pontos.

## **2. Procedimentos de recolha de dados**

Com o objetivo de esclarecer o problema de investigação, é necessário definir os procedimentos inerentes à recolha de dados e ao tipo de informação que se deseja obter.

### **2.1. Quanto aos objetivos**

Como já mencionado, optou-se por realizar uma pesquisa exploratória que, com base no exposto por Gil, (2002, p. 41), podemos concluir que, a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar, sobre determinado facto, uma visão geral.

A pesquisa exploratória contribui assim para esclarecer dúvidas relativamente a questões abordadas superficialmente sobre o assunto.

## **2.2. Quanto aos procedimentos adotados**

Quanto ao procedimento adotados, foram utilizados diversos.

Desde logo, numa fase inicial, através da análise documental (diversas dissertações de mestrado), ajudou a definir o tema deste trabalho. Posteriormente, através da consulta de livros, dissertações, artigos, etc., foi realizada a revisão de literatura.

Para Fortin, (1996, p. 162), quanto ao tipo de estudo desta investigação o descritivo, “consiste em discriminar os fatores determinantes ou conceitos que, eventualmente, possam estar associados ao fenómeno de estudo”, neste caso em particular, a importância da auditoria e a gestão de risco.

De acordo com Fortin, (1996, p. 76) “a investigação documental tem por objetivo o avanço de uma disciplina pelo esboço de teorias e a elaboração de novas práticas. Para este propósito é fundamental que o investigador tenha/procure conhecimento de trabalhos anteriores que apresentem conclusões testadas. A investigação documental inscreve-se neste contexto e propõe um processo lógico para a consulta das referências gerais”.

Também foi utilizada a investigação documental para a elaboração de um estudo às empresas cotadas no PSI-20 da Euronext de Lisboa, recorrendo aos relatórios disponibilizados pelas organizações.

Optou-se também, pela elaboração de um questionário destinado a saber qual o conhecimento/opinião que o grupo de respondentes tem em relação aos temas de auditoria e gestão de risco.

Para Fortin, (1996, p. 15), a investigação “é um método particular de aquisição de conhecimentos, uma forma ordenada e sistemática de encontrar respostas para questões que necessitam duma investigação”.

Segundo a mesma autora, este processo é composto por determinadas características, sendo: sistemático e rigoroso na aquisição de novos conhecimentos.

### **2.3. Quanto aos procedimentos de análise**

Para os vários tipos de problemas de investigação exigem igualmente diferentes métodos de investigação, tais como, os métodos quantitativo e qualitativo.

Uma vez que para a recolha de dados o procedimento adotado foi a a pesquisa documental – relatórios, e a elaboração do questionário, tal como mencionado acima por Gil, (2002), para obter as respetivas conclusões relativamente aos dados recolhidos, opta-se pela análise quantitativa e qualitativa.

Por conseguinte, o método adotado neste estudo é o quantitativo uma vez que e, de acordo com Fortin, (1996, p. 22), “é um processo sistemático de recolha de dados (...) o método de investigação quantitativa tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento e validação do conhecimento” e o qualitativo “(...) compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo”.

Os métodos quantitativo e qualitativo não se excluem ou são opostos. Ambos têm potencialidades de debilidades complementando-se num processo de investigação.

De acordo com Fortin, (1996, p. 22), “o método de investigação quantitativo é um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis”.

Este método contribui para o desenvolvimento e validação de conhecimentos

Por outro lado, quem utiliza o método de investigação qualitativa, de acordo com Fortin, (1996, p. 22), “está preocupado com uma compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo”.

Apesar de serem dois métodos de investigação diferentes, a sua investigação tem que ser impreterivelmente rigorosa e sistemática.

Malhotra, (2010, p. 142) afirmou que “a pesquisa qualitativa e quantitativa deve ser vista como complementar. Os métodos de pesquisa qualitativa tendem a ser bem menos estruturados e são baseados em amostras pequenas e não representativas”.

	Pesquisa qualitativa	Pesquisa quantitativa
<b>Objetivo</b>	Obter uma compreensão qualitativa das razões e motivações básicas	Quantificar os dados e generalizar os resultados da amostra para a população de interesse
<b>Amostra</b>	Pequeno número de casos não representativos	Grande número de casos representativos
<b>Recolha de dados</b>	Não estruturada	Estruturada
<b>Análise de dados</b>	Não estatística	Estatística
<b>Resultado</b>	Desenvolver uma compreensão mais profunda	Recomendar um curso final de ações

Tabela 4 - Pesquisa qualitativa vs. Pesquisa quantitativa

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base em Malhotra, (2010, p. 122), 2017

### 3. Inferência estatística e hipóteses

Os principais objetivos da inferência estatística são a estimativa de parâmetros e a verificação de hipóteses.

“A hipótese é um enunciado formal (escrito no presente) das relações previstas entre duas ou várias variáveis”. (Fortin, 1996, p. 109).

Com base no que Fortin, (1996) escreveu, as hipóteses são compostas por vários elementos, tais como, as variáveis em estudo, a população e o tipo de investigação. As hipóteses podem decorrer de diversas fontes que, podem provir da observação profissional, da teoria ou de trabalhos empíricos.

Tendo por base o que escreveu Fortin, (1996, p. 285), “a inferência estatística permite confrontar as duas hipóteses: a hipótese nula  $H_0$  e a contra-hipótese (ou hipótese de investigação)  $H_1$ ”.

A hipótese nula é desenvolvida com base no valor conhecido do parâmetro da população.

Por outro lado, a contra-hipótese  $H_1$  é sempre a contrapartida da hipótese nula  $H_0$ , ou seja, a contradição.

Nesta investigação, pretendemos seguir o este mesmo exemplo:

- $H_0$  hipótese nula, o ponto de partida da nossa investigação;
- $H_1$  hipótese alternativa, normalmente a negação da hipótese nula.

### **3.1. Análise de conteúdo**

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Bardin, (1977, p. 42).



<b>Fases da Análise de Conteúdo</b>		Fase da organização propriamente dita
	<b>Fase 1: Pré-análise</b>	<div>Possui três missões</div> <ul style="list-style-type: none"> <li>A escolha dos documentos a serem submetidos à análise;</li> <li>A formulação das hipóteses e dos objetivos;</li> <li>A elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final.</li> </ul>
	<b>Fase 2: Exploração do Material</b>	Consiste na construção das operações de codificação, considerando os recortes dos textos em unidades de registos, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias.
		Bardin define codificação como a transformação, por meio de recorte, agregação e enumeração, com base em regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo.
	<b>Fase 3: Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação</b>	Consiste na compreensão dos conteúdos presentes em todo o material (entrevistas, documentos e observação), mas também na procura de outro significado ou outra mensagem contida nesses documentos.

Tabela 5 - Fases da Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base em Bardin, (1977, p. 95:102), 2017

### 3.2. Triangulação de Dados

De acordo com Fortin, (1996, p. 312), “Denzis (1989), descreve quatro tipos de triangulação:

- Triangulação de dados;
- Triangulação dos investigadores;
- Triangulação das teorias
- Triangulação dos métodos”.

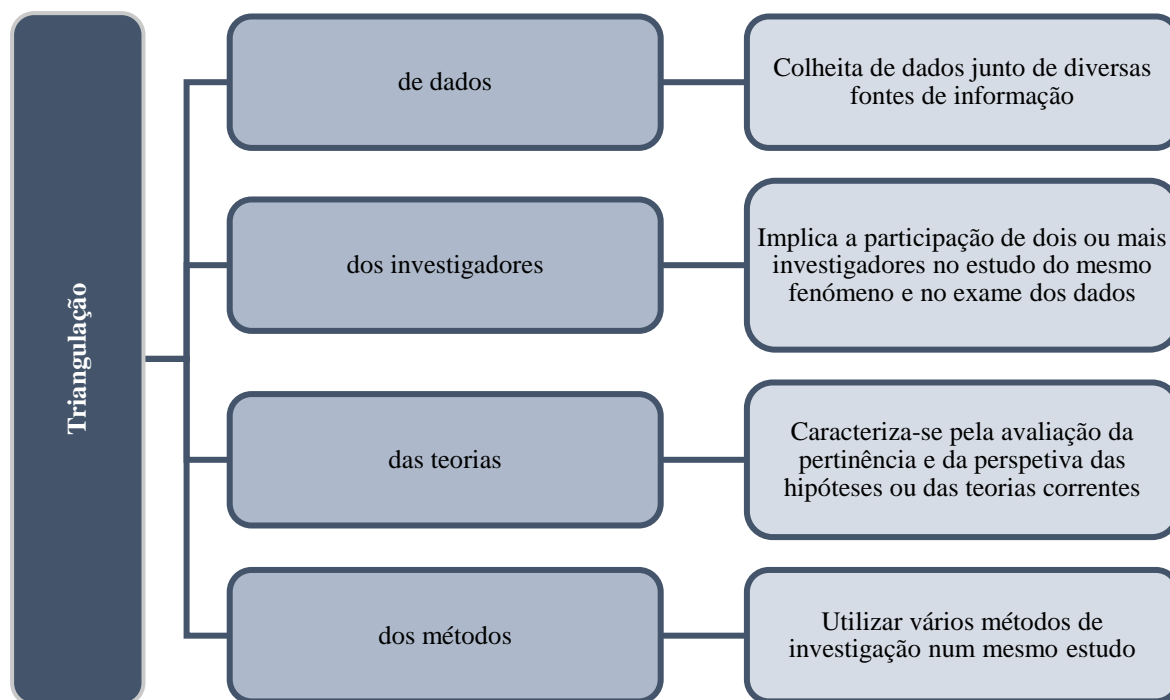


Figura 13 - Triangulação de dados

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base Fortin, (1996, p. 323:325)

“A triangulação dos dados implica a reunião de dados provenientes de fontes múltiplas num mesmo estudo, com vista a obter diversas perspetivas de um mesmo fenómeno com um objetivo de validação”. (Fortin, 1996, p. 326).

#### 4. Problema e Objetivos do Estudo

“Formular um problema de investigação consiste em elaborar uma questão de investigação através de uma progressão lógica de argumentos e factos relativos à situação problemática”. (Fortin, 1996, p. 70).

Com este estudo, pretende-se saber a opinião e conhecimento existente, em relação à população, sobre os temas de auditoria e gestão de risco por forma a dar resposta às questões de investigação formuladas.

Neste contexto, foi elaborado um questionário, para obter respostas que contemplam a opinião dos inquiridos e, um estudo, com base nos relatórios disponibilizados, às empresas do PSI-20 da Euronext de Lisboa.

## **5. Formulação das Hipóteses de Estudo e Questionário**

### **5.1. Hipóteses de estudo**

“Uma hipótese é um enunciado formal das relações previstas entre duas ou mais variáveis. A hipótese combina o problema e o objetivo numa explicação ou predição clara dos resultados esperados de um estudo”. (Fortin, 1996, p. 102).

“Como as questões de investigação, as hipóteses incluem os elementos seguintes: as variáveis em estudo, a população e o tipo de investigação”. (Fortin, 1996, p. 109).

A partir da revisão da literatura foram levantadas algumas questões pertinentes que deram origem às seguintes hipóteses de análise, onde H0 representa a hipótese nula e H1 representa a hipótese alternativa:

- **Hipótese 1**

H0<sub>1</sub> – A confiança dos *stakeholders* está relacionada com o grau de liberdade e independência dada aos auditores internos.

H1<sub>1</sub> - A confiança dos *stakeholders* não está relacionada com o grau de liberdade e independência dada aos auditores internos.

- **Hipótese 2**

H0<sub>2</sub> – A gestão de risco e a auditoria interna são desenvolvidas tendo como objetivo comum a criação de valor, através da gestão e controlo dos riscos e incertezas que podem afetar tanto os objetivos como a continuidade dos negócios.

H1<sub>2</sub> – A gestão de risco e a auditoria interna não são desenvolvidas tendo como objetivo comum a criação de valor, através da gestão e controlo dos riscos e incertezas que podem afetar tanto os objetivos como a continuidade dos negócios.

- **Hipótese 3**

H0<sub>3</sub> – Sendo que a gestão de risco está implementada na organização a sua responsabilidade é da administração e todos os colaboradores, nos diferentes níveis da organização.

H1<sub>3</sub> – Sendo que a gestão de risco está implementada na organização a sua responsabilidade não é da administração e todos os colaboradores, nos diferentes níveis da organização.

Apresentamos a relação que estabelecemos entre as hipóteses e as questões de investigação deste estudo.

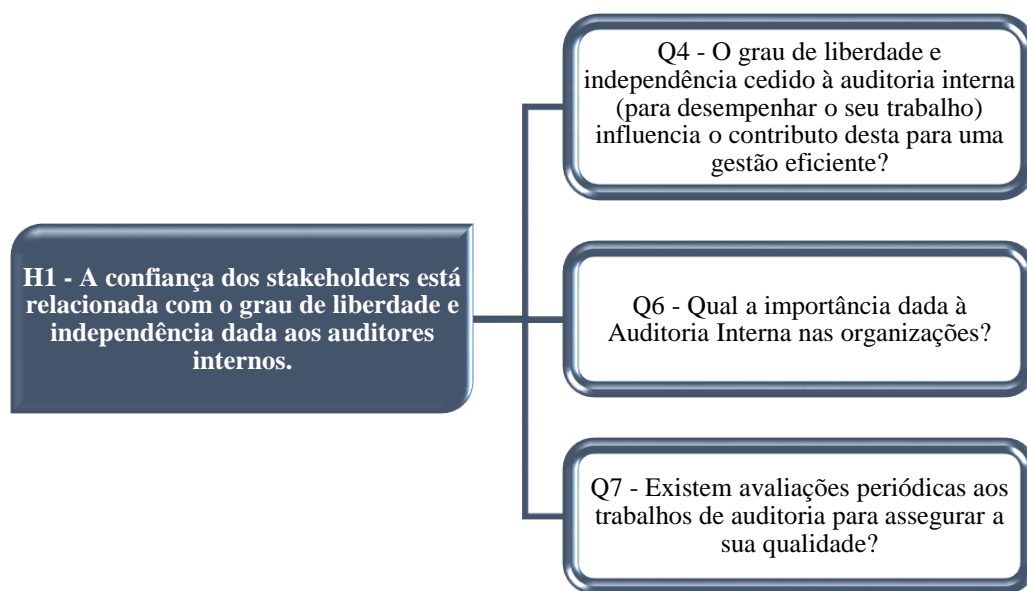


Figura 14 - Relação das hipóteses com as questões de investigação

Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017

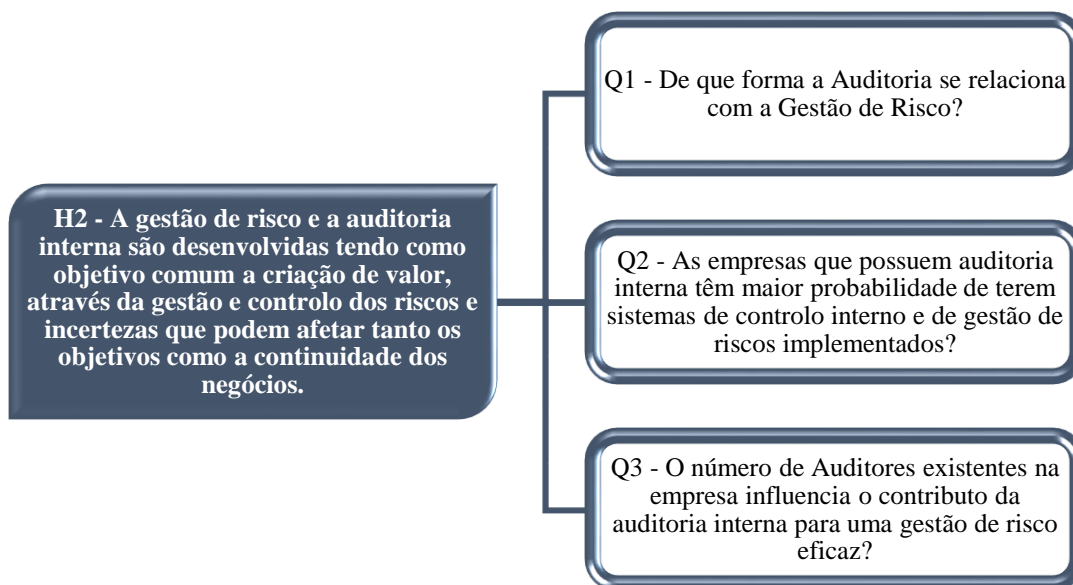


Figura 15 - Relação das hipóteses com as questões de investigação

Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017

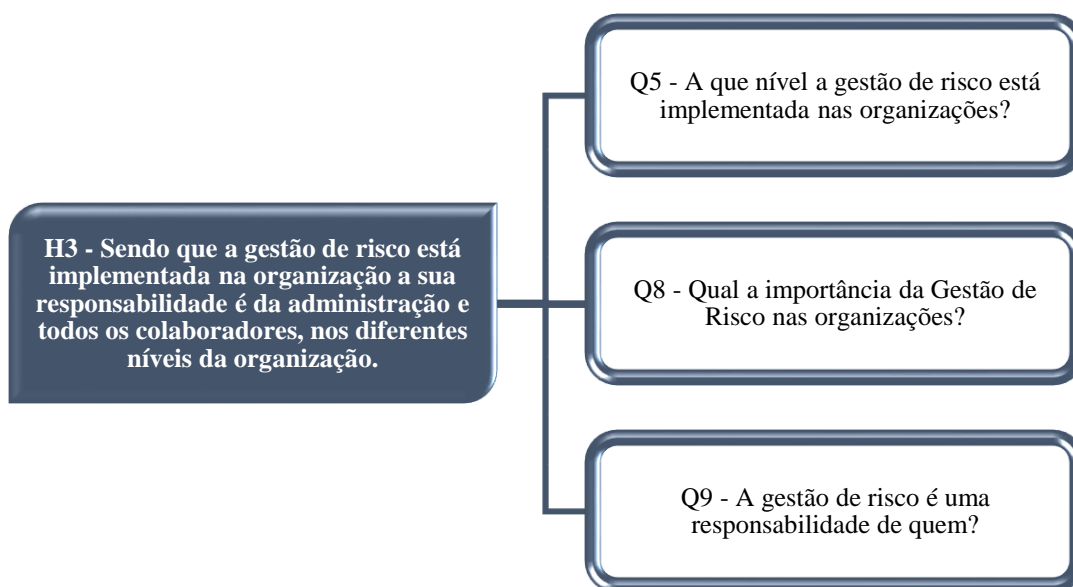


Figura 16 - Relação das hipóteses com as questões de investigação

Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017

## **5.2. Questionário**

O questionário (apêndice 1) encontra-se dividido em duas partes: uma destinada ao conhecimento de algumas características da pessoa que responde e outra destinada ao conhecimento / opinião que essa mesma pessoa tem em relação aos temas de auditoria e gestão de risco.

Este é constituído por 16 questões, sendo que optamos por diferentes escalas de resposta. Nove das questões têm como opção de resposta “o sim e o não” e, nas restantes sete questões, as respostas apresentam várias opções de escolha, utilizando para tal a escala de Likert, sendo esta uma escala psicométrica e a mais usada em pesquisas de opinião.

É de salientar que não foi solicitada a identificação pessoal do inquirido/respondente dado que este aspeto, em nosso entender, liberta o inquirido/respondente no modo como responde e, como forma de garante do anonimato.

Para a elaboração do questionário e para obter os dados das respostas de forma organizada, foi utilizada uma ferramenta do Google, designada por "Formulários do Google".

## **5.3. Relação entre as hipóteses e as questões de investigação vs questões do questionário utilizado**

Com o intuito de sistematizar o desenvolvimento deste estudo, de seguida apresentamos as hipóteses e questões de investigação vs questões do questionário

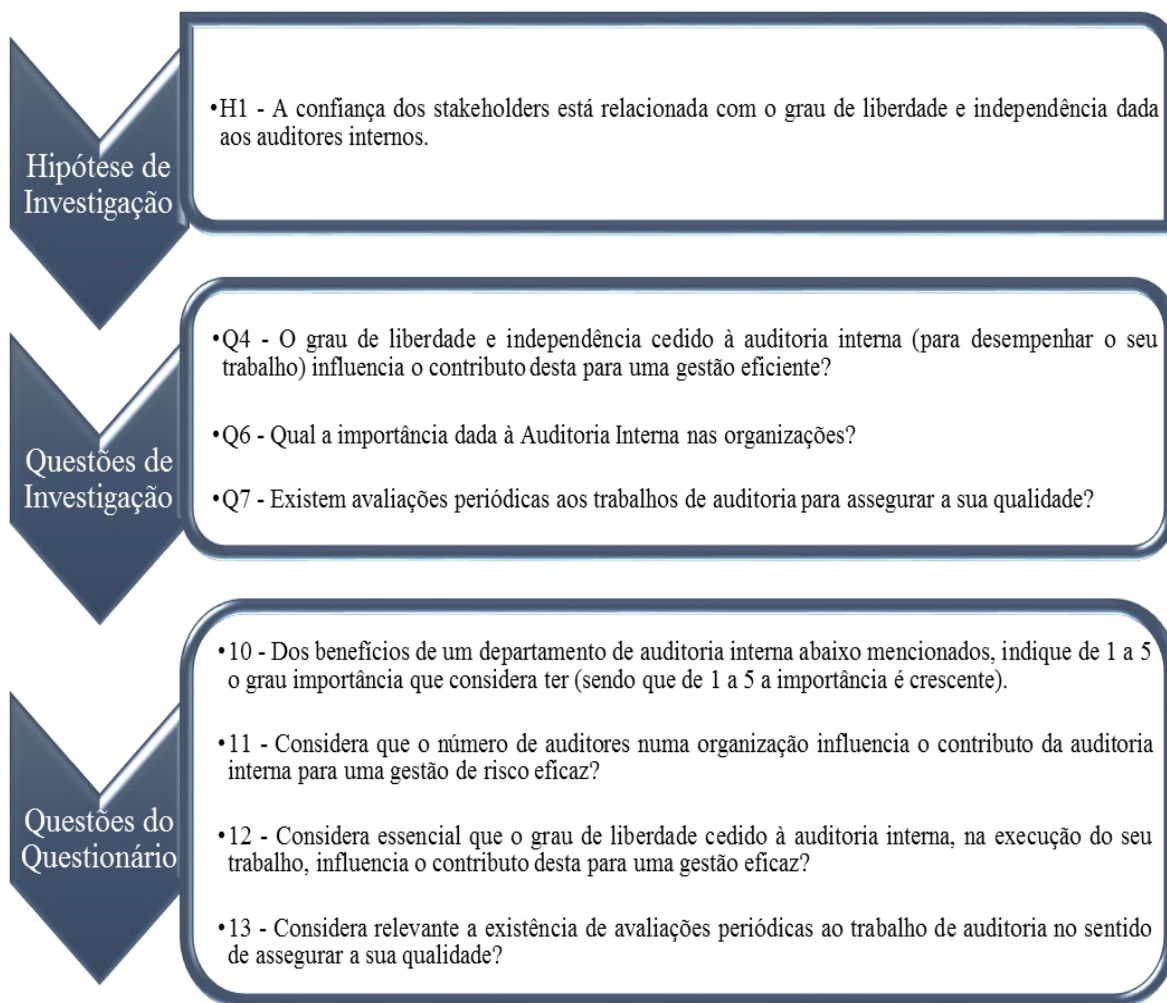


Figura 17 - Relação entre as hipóteses e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado

Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017

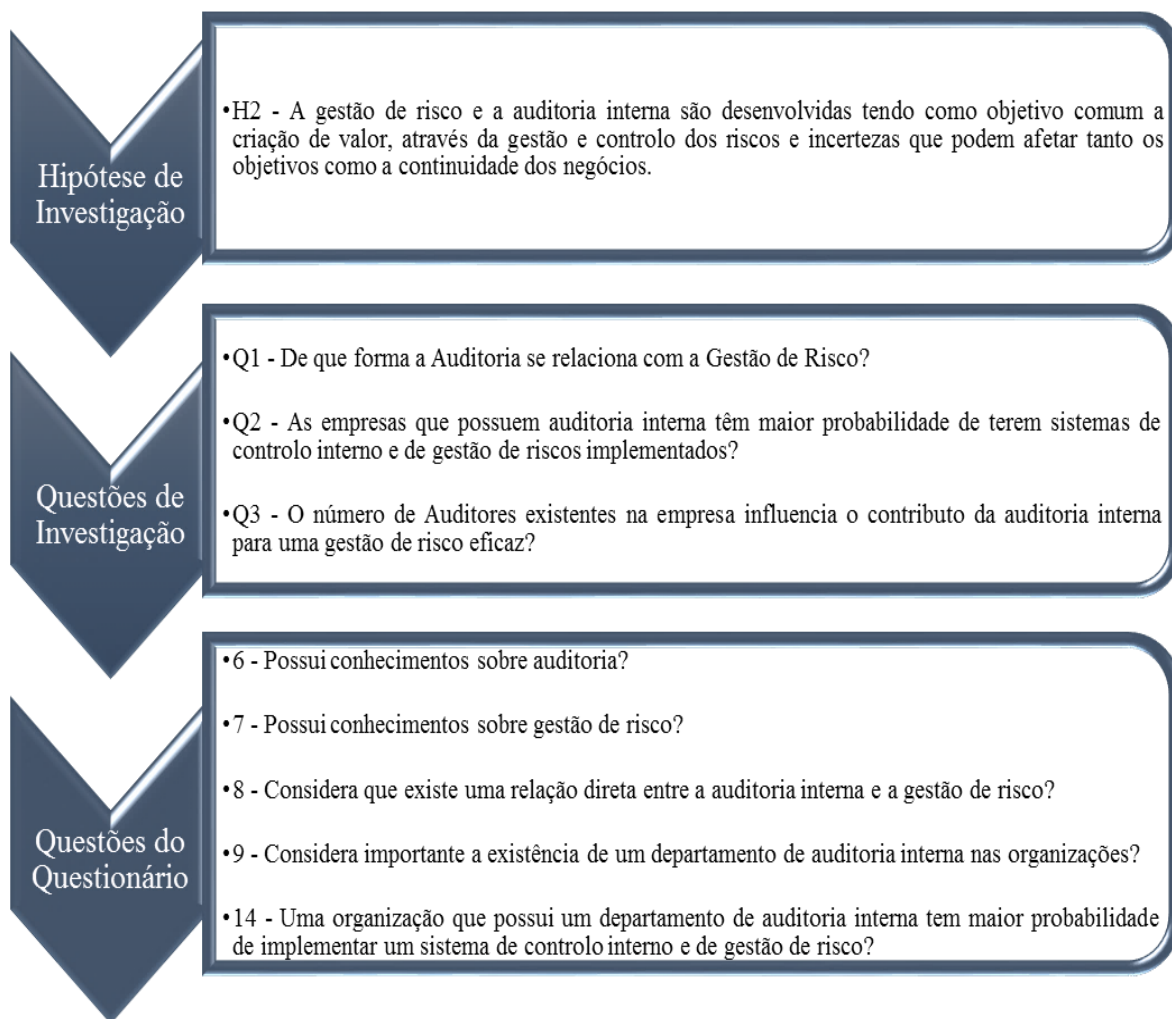


Figura 18 - Relação entre as hipóteses e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado

Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017



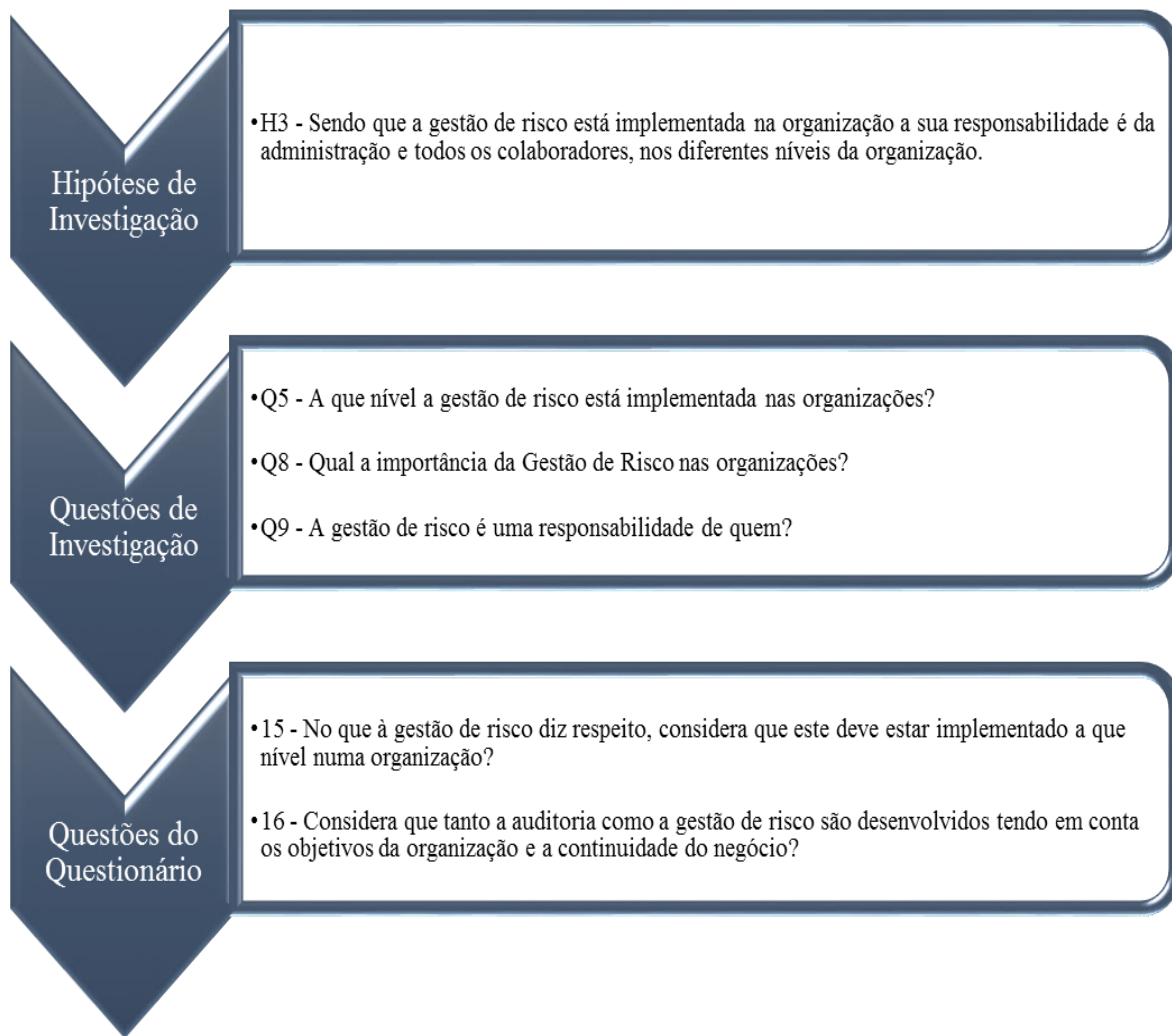


Figura 19 - Relação entre as hipóteses e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado

Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017

## 6. Variáveis dependentes e independentes do estudo em concreto

“As variáveis são qualidades, propriedades ou características de objetos, de pessoas ou de situações que são estudadas numa investigação”. (Fortin, 1996, p. 36).

“Uma variável pode tomar diferentes valores: é um parâmetro ao qual são atribuídos valores numéricos”. (Fortin, 1996, p. 43).

### **6.1.Variável dependente**

A variável dependente, de acordo com Fortin, (1996, p. 37), “é a que sofre o efeito esperado da variável independente: é o comportamento, a resposta ou o resultado observado que é devido à presença da variável independente”.

Tendo em conta estes pressupostos teóricos, a variável dependente deste estudo é “O contributo da auditoria para uma gestão de risco eficaz”.

### **6.2.Variável independente**

Segundo Fortin, (1996, p. 37), “a variável independente é a que o investigador manipula num estudo experimental para medir o seu efeito na variável dependente”.

Neste estudo, foram consideradas as seguintes variáveis independentes:

- O número de auditores existentes na empresa;
- O grau de liberdade e independência de ação concedido à atividade de auditoria de auditoria interna;
- O grau de importância da auditoria interna.

## **7. População e amostra**

Uma vez que este estudo tem por base verificar a importância da auditoria interna e da gestão de risco como forma de acrescentar valor às organizações, achamos importante saber qual a opinião da população relativamente a este assunto.

Sendo que os temas abordados, auditoria interna e gestão de risco, são temas que as áreas das ciências socioeconómicas dominam com mais destreza, tomamos como opção estreitar a população a pessoas das áreas correlacionadas com a auditoria, a contabilidade, a gestão e áreas afins.

Por outro lado, achamos importante conhecer a opinião da população acima referenciada, de diversos países, tendo sido selecionados para este estudo Portugal, Angola e Brasil.

Optamos por disponibilizar o questionário na internet para que fosse possível obter o maior número de respostas. Assim, o questionário, foi apresentado em grupos de redes sociais relacionados com auditoria, contabilidade, gestão e áreas afins.

No capítulo seguinte iremos apresentar, a análise efetuada às empresas do PSI-20 e aos dados obtidos pela aplicação dos questionários.

Para a análise dos dados utilizamos o SPSS versão 22, uma ferramenta aplicada na análise de dados nas ciências sociais, que nos permitiu efetuar uma análise detalhada das respostas obtidas ao questionário. No sentido de aferir a sua veracidade e consistência recorreremos ao cálculo dos coeficientes de Pearson, de Spearman e ao Alpha de Cronbach e efetuamos uma análise univariada dos dados recolhidos na nossa amostra.

No que à análise das empresas do PSI-20 diz respeito, utilizamos o método documental, analisando exaustivamente os seus relatórios (auditoria e risco).



## **Capítulo IV – Apresentação e Interpretação dos Resultados**



## I. Análise Estudo de Caso PSI – 20

O objetivo do presente estudo, numa fase inicial, era utilizar o questionário realizado e através dos relatórios que as empresas disponibilizam, obter as respetivas respostas.

Uma vez que não se encontravam as respostas pretendidas, o objetivo do estudo teve que tomar outro rumo. Então, levantou-se a possibilidade de compreender de quem é a responsabilidade da Gestão de Risco e atividades relacionadas, quais os principais riscos e se as empresas têm a ISO 9001 implementada, uma vez que existe uma crescente preocupação por parte das empresas sobre o tema.

Para este estudo, selecionaram-se empresas cotadas no PSI-20 da Euronext de Lisboa, listadas abaixo, excluindo os bancos, por apresentarem tipos de riscos diferentes.

Com base nos respetivos relatórios, que são disponibilizados pelas empresas, e após respetiva análise, obtiveram-se respostas para as questões abaixo formuladas, partindo da ideia principal: perceber de quem é a responsabilidade da gestão de risco.

Empresa	Ano do Relatório	Empresa	Ano do Relatório
Altri	2016	NOS	2016
Corticeira Amorim	2016	Nova Base	2016
EDP	2016	Pharol	2016
EDP Renováveis	2016	REN	2016
Galp Energia	2016	Semapa	2016
Ibersol	2016	Sonae Capital	2016
Jerónimo Martins	2016	Sonae SGPS	2016
Mota-Engil	2016	The Navigator Company	2015

Tabela 6 - Empresas de Estudo

Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017

Questões	
1	Existência de atividade de auditoria interna
2	Existência de atividade de gestão de risco
3	Existência de departamento de auditoria interna
4	Existência de departamento de gestão de risco
5	Responsável pela implementação do processo de gestão de risco
6	Responsável pelo funcionamento do processo de gestão de risco
7	Responsável pela monitorização do processo de gestão de risco
8	Responsável pela eficiência/eficácia do processo de gestão de risco
9	Responsável pela identificação e avaliação de riscos
10	Responsável pela definição do grau de exposição ao risco
11	Responsável pela emissão de recomendações acerca da gestão de risco
12	Responsável pela emissão de políticas de gestão de risco
13	Existência de formação na organização relativamente à gestão de risco
14	Responsável pela formação na organização relativamente à gestão de risco
15	Principais riscos a que a organização está exposta
16	Existência da ISO 9001 implementada numa área da organização

Tabela 7 - Questões de Estudo

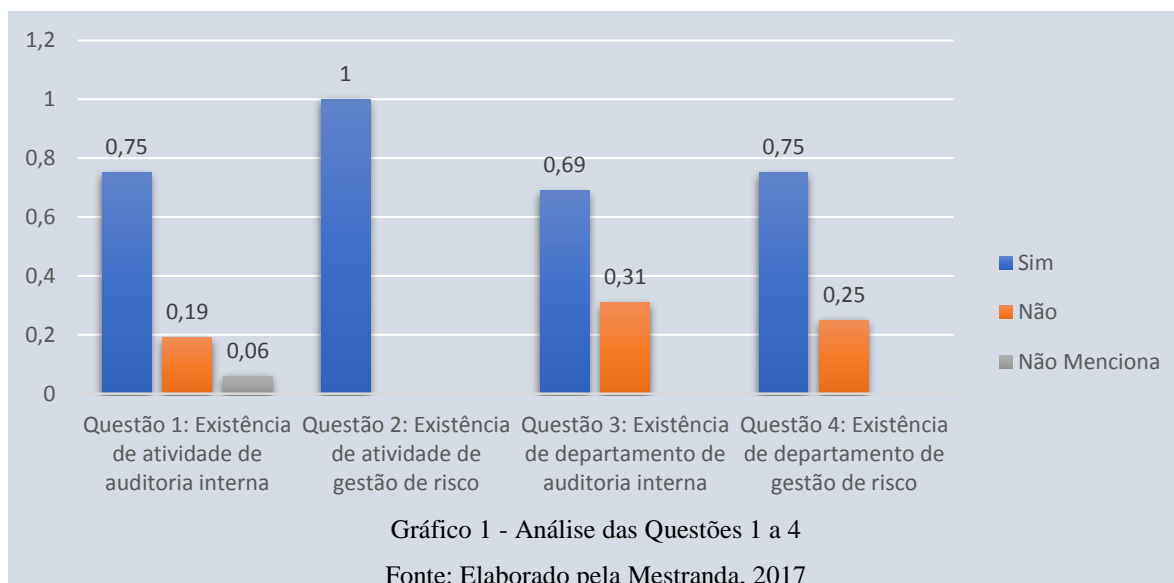
Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017

Seguindo a ordem das questões apresentadas acima, iremos analisar as respetivas respostas.

Sendo necessário conhecer um pouco a estrutura da organização, é fundamental entender se atividades como a auditoria e gestão de risco estão presentes e se existe algum departamento próprio.

Para isso, as respostas das questões de 1 a 4, mostram a realidade das empresas escolhidas para o estudo.





Pela análise global destas quatro questões, observa-se que todas as empresas possuem atividades relacionadas com a gestão de risco sendo que relativamente à auditoria interna apenas 19% indica que não possui esta atividade e 6% nada menciona nada acerca deste tema.

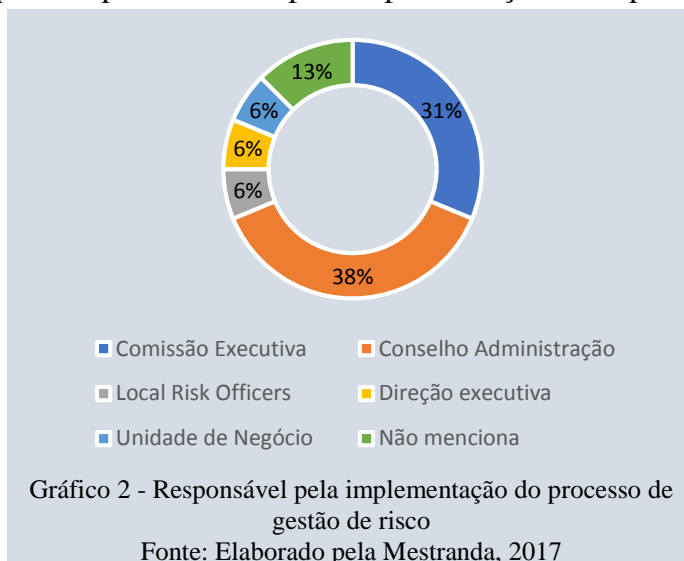
Quanto à existência de um departamento dedicado a estas atividades, verifica-se que relativamente à auditoria interna, 69% possuem um departamento para esta área e, para a gestão de risco, 75% possuem um departamento específico.

Da análise realizada aos relatórios, verificou-se que algumas empresas, apesar de terem estas atividades implementadas, não têm um departamento dedicado a essas atividades.

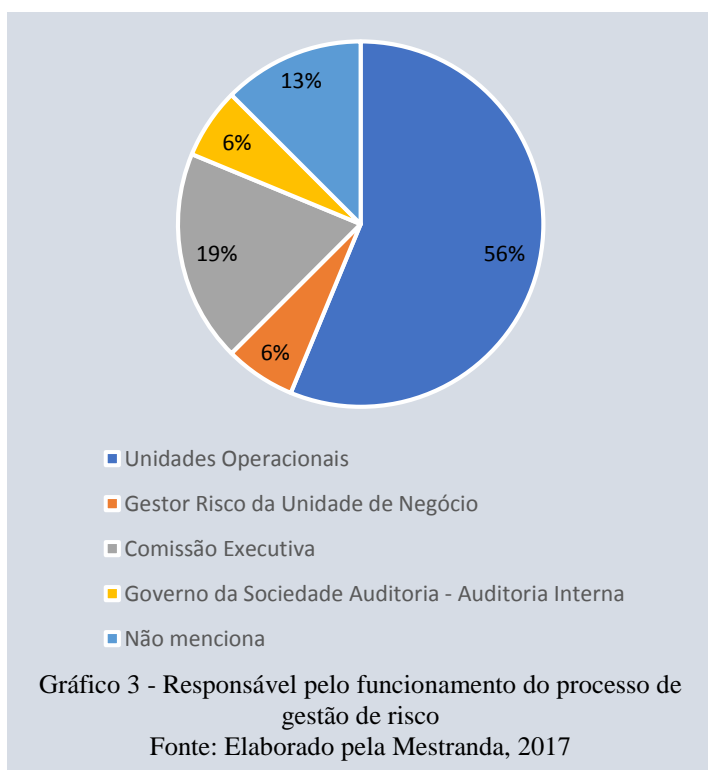
A gestão de risco é um processo e, como tal, é necessário que exista alguém responsável pela sua implementação.

A questão 5 “Responsável pela implementação do processo de gestão de risco”, dá-nos a conhecer quem tem tal responsabilidade.

Pela análise do gráfico, constata-se que a responsabilidade pela implementação deste processo está maioritariamente atribuída ao Conselho de Administração – 38%, e à Comissão Executiva – 31%. Em ambos os casos a responsabilidade está centrada no topo das organizações. Contudo, nos restantes casos, apesar de não ser a gestão de topo a responsável pela implementação do processo, está sempre envolvida no mesmo.



Uma vez implementado este processo, é essencial perceber se está em pleno funcionamento e caso exista alguma falha, quais as atividades de monitorização a aplicar. Para isso é necessário



existir também um responsável tanto para o funcionamento como para a monitorização.

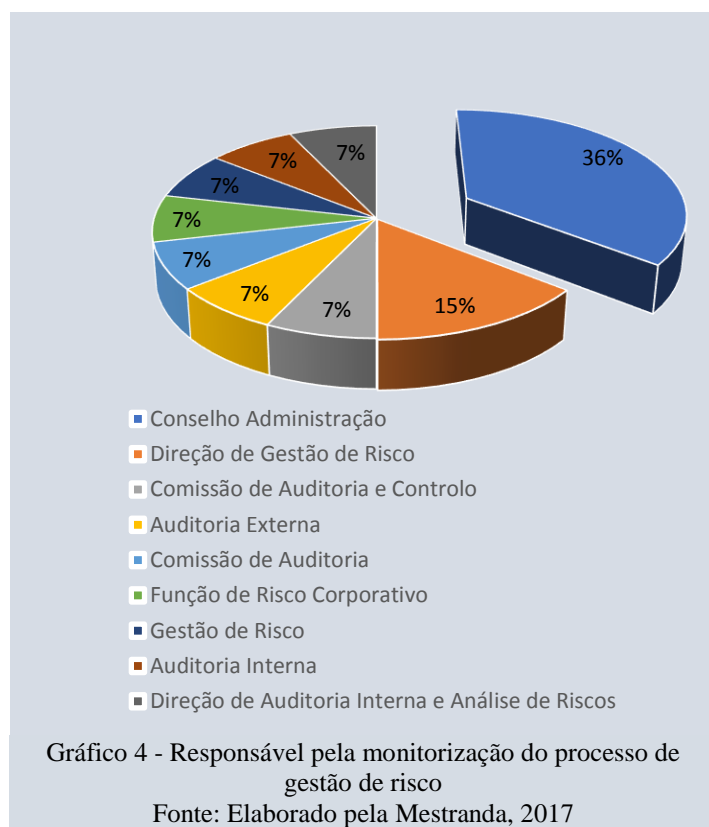
A questão 6 “Responsável pelo funcionamento do processo de gestão de risco”, mostra-nos isso mesmo.

Através do gráfico, verifica-se que em 56% das empresas, o responsável pelo funcionamento do processo de gestão de risco são as diversas unidades operacionais. Contudo, existe uma parte significativa, cerca de 19%, em que compete à Comissão Executiva garantir este funcionamento. Apenas

13% das empresas não menciona o responsável.

De salientar também que a gestão de topo, apesar de não ser responsável pelo funcionamento, tem sempre algum controlo.

Como em qualquer tipo de processo, para além da implementação e do funcionamento são



necessárias realizar atividades de monitorização, que pelo que a palavra indica não é nada mais do que o acompanhamento de todo o processo através de um coordenador. Para isso, a questão 7 “Responsável pela Monitorização do Processo de Gestão de Risco” dá-nos essa resposta.

O responsável pela monitorização do processo de gestão de risco é, na maioria dos casos, da responsabilidade do Conselho de Administração, 36% e também da Direção de Gestão de Risco, 15%.

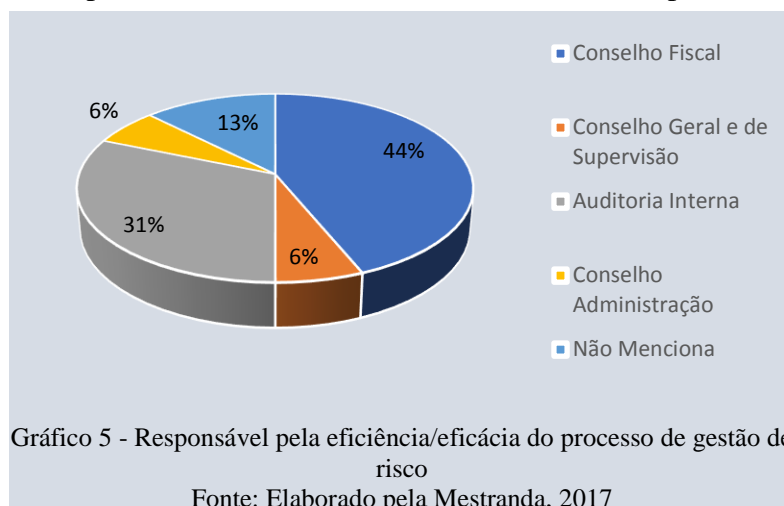
Só faz sentido que todo e qualquer processo implementado devolva aquilo que inicialmente foi planeado, ou seja, é necessário que seja eficaz (produza o resultado desejado) e eficiente (alcançar os resultados com o mínimo de desperdício).

Como em todas as questões já analisadas, também na questão 8 “Responsável pela eficiência/eficácia do processo de gestão de risco” é necessário um responsável.

Relativamente à eficiência e eficácia do processo de gestão de risco, através da análise do gráfico, observa-se que em 44% do universo em análise é da responsabilidade do conselho fiscal, seguindo-se a auditoria interna com 31%.

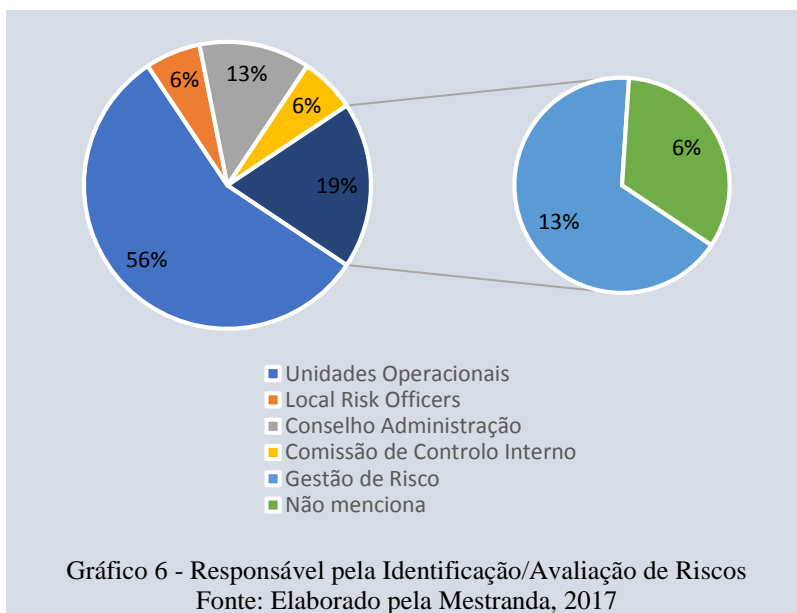
De salientar que apenas 13% das empresas, não menciona nos seus relatórios o responsável pela eficiência e eficácia do processo de gestão de risco, apesar do mesmo estar implementado na empresa.

Passando para um outro assunto que certamente é da preocupação de toda e qualquer empresa, o risco propriamente dito.



Qualquer empresa está exposta a diversos tipos de riscos que, tanto podem ser a nível interno da organização como a nível externo da organização. Para que se consiga decidir perante uma situação de risco, é necessário que, numa fase inicial, sejam identificados os tipos de risco a que a organização está exposta e é fundamental definir o nível de exposição ao risco.

Cerca de 94% das empresas analisadas, admitem ter um responsável pela identificação e

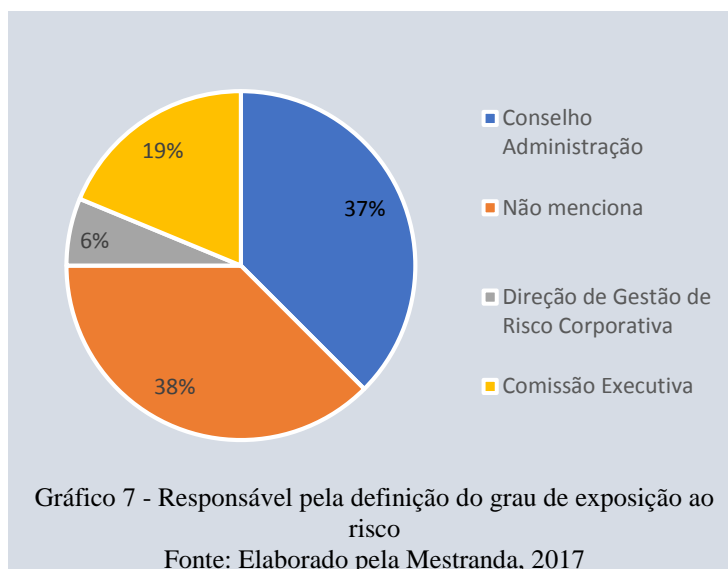


avaliação de riscos. Em 56% dos casos, as unidades operacionais são as responsáveis pela identificação dos riscos uma vez que com eles lidam diretamente, e nesse sentido têm maior facilidade em identificar os mesmos. Os 19% que constam no gráfico dizem respeito a empresas que não mencionam o responsável,

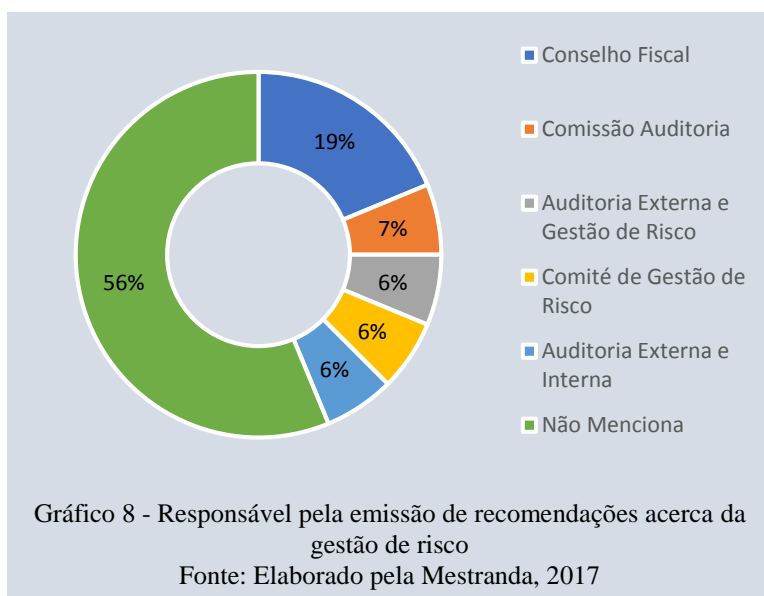
6% e a empresas em que o responsável é a própria gestão de risco, 13%. Não esquecendo que, a administração tem sempre uma intervenção em todos os assuntos das empresas.

Já no que concerne à definição do grau de exposição ao risco, 38% das empresas não menciona o responsável.

Sendo a definição do grau de exposição ao risco um tema delicado, cabe ao Conselho de Administração, em 37% dos casos analisados, a definição do mesmo, seguindo-se a Comissão Executiva com 19% dos casos e a Direção de Gestão de Risco Corporativa com 6%.



É também necessário existir alguém responsável por aconselhar a administração de topo, com recomendações acerca da gestão do risco. Pela análise do gráfico correspondente à questão 11,

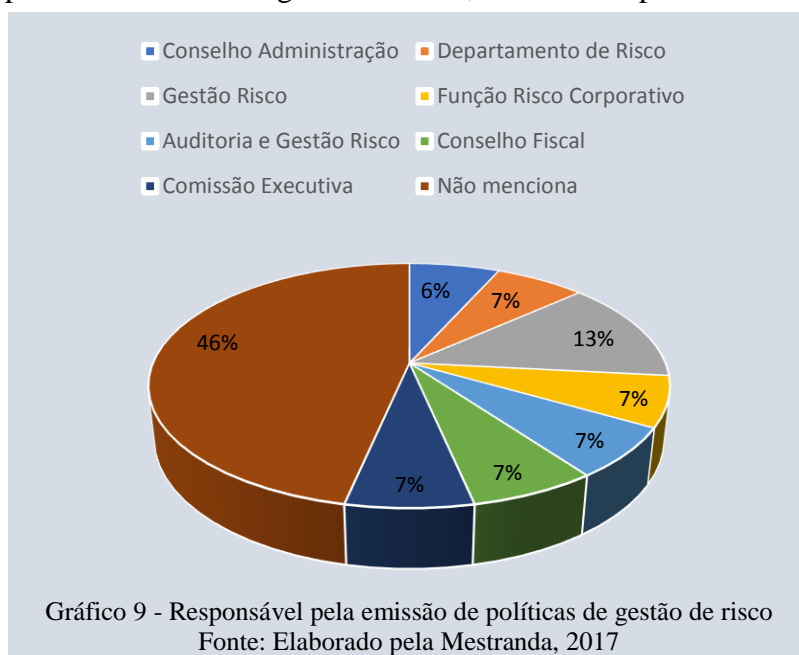


verifica-se que em 56% do universo estudado, não menciona qual o responsável, sendo que o órgão que se destaca, apenas com 19%, é o Conselho Fiscal que assume este papel.

Para que tudo funcione em pleno, torna-se fundamental a existência de políticas cujo escopo seja o de assegurar os objetivos e estratégias da gestão de risco,

identificando e comunicando de forma tempestiva a necessidade de adequação dos procedimentos operacionais, a fim de alinhar o nível de exposição aos riscos, já abordado na questão 10, com as diretrizes das empresas.

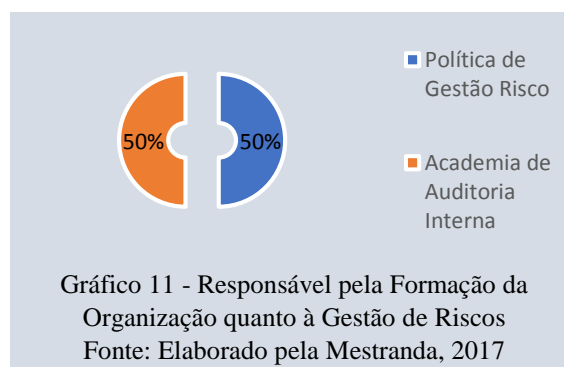
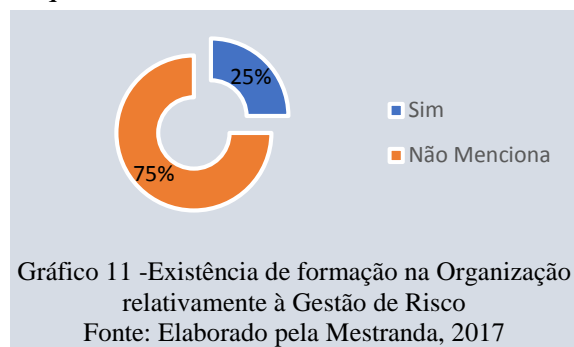
Relativamente à emissão de políticas referentes à gestão de risco, 46% das empresas analisadas não a mencionam. Nas restantes não se verifica nenhum departamento em específico que se evidencie. Contudo, em 13% das empresas, a função da gestão de risco tem esta responsabilidade.



Por outro lado, não são só os processos e as políticas que fazem com que tudo funcione em pleno. É

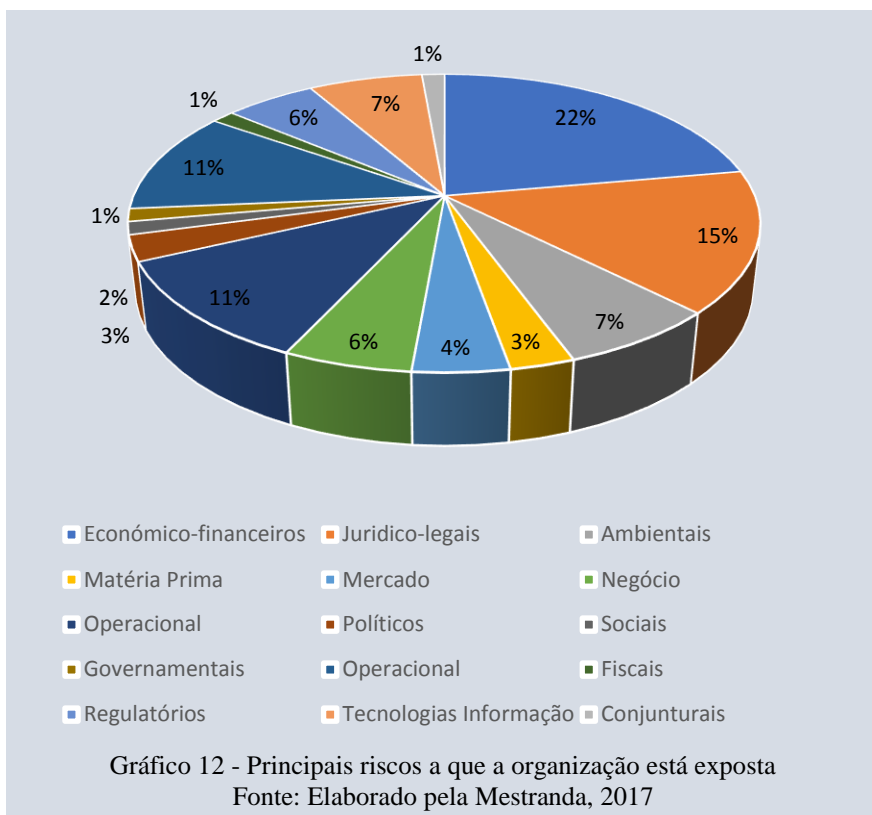
necessário que toda a organização esteja sensibilizada para este assunto, para isso a existência de formação é essencial.

Nesse sentido, a questão 13, mostra-nos que apenas 25% das empresas fazem formação enquanto os restantes 75% nada mencionam a este respeito.



Das empresas que admitem existir formação, não há uma área que se destaque, sendo a percentagem igual, tanto para a Política de Gestão de Risco, como para a Academia de Auditoria Interna.

Uma vez que ao longo deste estudo se falou sobre o risco, é importante focar os principais riscos



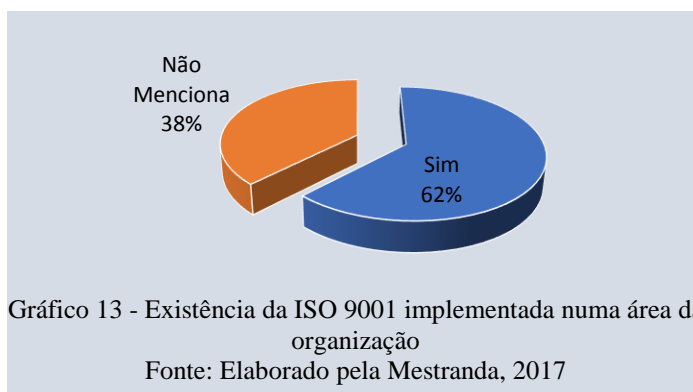
com que as empresas se deparam.

Analisando de forma global todas as organizações estão expostas a diversos tipos de riscos. Entre eles destacam-se os económico-financeiros e os relacionados com temas jurídicos e legais. Contudo, qualquer organização está exposta a riscos relacionados com o negócio e

respetivo meio envolvente.

Por fim, foi estudada a existência da ISO 9001 uma vez que ao longo de todo o trabalho foi mencionada, seria importante incluí-la também neste estudo.

Sendo a ISO 9001 sobre o Sistema de Gestão da Qualidade e a crescente preocupação das empresas sobre este assunto, cerca de 60% das empresas analisadas



têm esta ISO implementada, não sendo encontrada qualquer informação nas restantes empresas.

## **II. Análise do Questionário**

### **1. Tratamento de não respostas**

Obtivemos 110 respostas ao questionário disponibilizado, nos locais anteriormente referidos, durante o período de um mês, que consideramos ser exequível para o alcance do desiderato desta investigação.

Destas 110 "respostas", foram todas consideradas uma vez que, os inquiridos responderam a todas as questões, daí aferirmos pela anuência da totalidade das respostas.

Não havendo, por isso, tratamento das não respostas, dado que não se verificará qualquer enviesamento na análise a efetuar.

Uma vez que nos encontramos a trabalhar com variáveis nominais iremos utilizar determinadas medidas de estatística descritiva, nomeadamente, moda, média, mediana e desvio padrão. Nesta sequência, para verificar se estamos perante uma distribuição normal iremos aplicar o teste *Kolmogorov-Smirnov* (K-S).

### **2. Apresentação e discussão dos resultados**

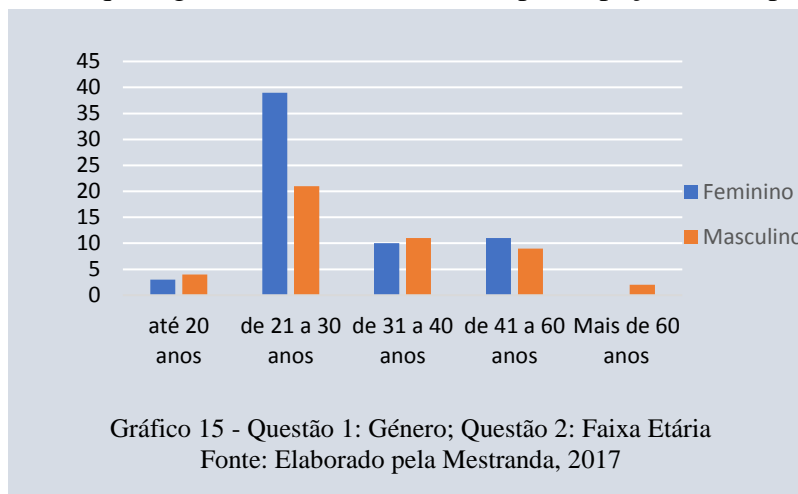
Este ponto do estudo compreende a apresentação dos resultados obtidos e sua análise, dividindo-se na caracterização dos respondentes – I parte do questionário e na análise das variações das respostas obtidas na II parte do questionário.



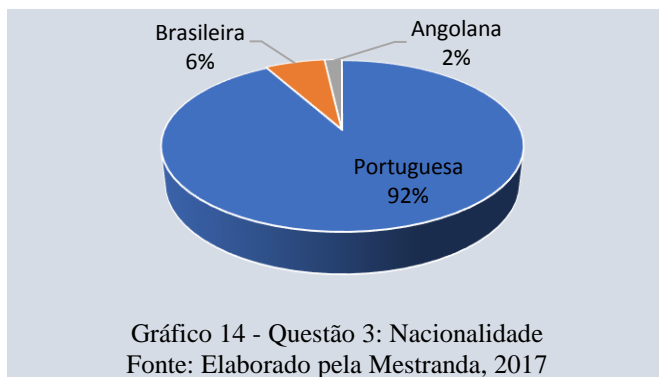
## 2.1. Análise da Parte I do questionário

A primeira parte do questionário é composta por um conjunto de 5 questões, que se consideram importantes para conhecer a composição da nossa amostra quanto ao género, idade, experiência profissional, entre outros aspetos, que apresentamos a seguir.

Pela análise dos gráficos verifica-se que o género feminino teve mais participação nas respostas e que a faixa etária predominante é dos 21 aos 30 anos, seguindo-se a faixa etária dos 31 aos 40 anos e dos 41 aos 60 anos, apresentando ambos muito próximos, 19% e 18% das respostas, respetivamente. Outro aspeto relevante para



o estudo em questão é a nacionalidade dos respondentes. Apesar do questionário ter sido disponibilizado em páginas de outros países, através do gráfico verifica-se que 92% dos

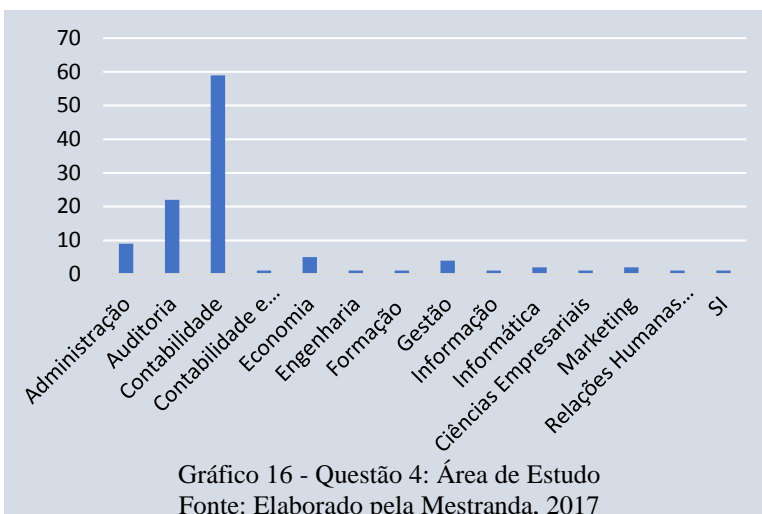


respondentes é população portuguesa, 6% a nacionalidade é brasileira e 2% angolana.

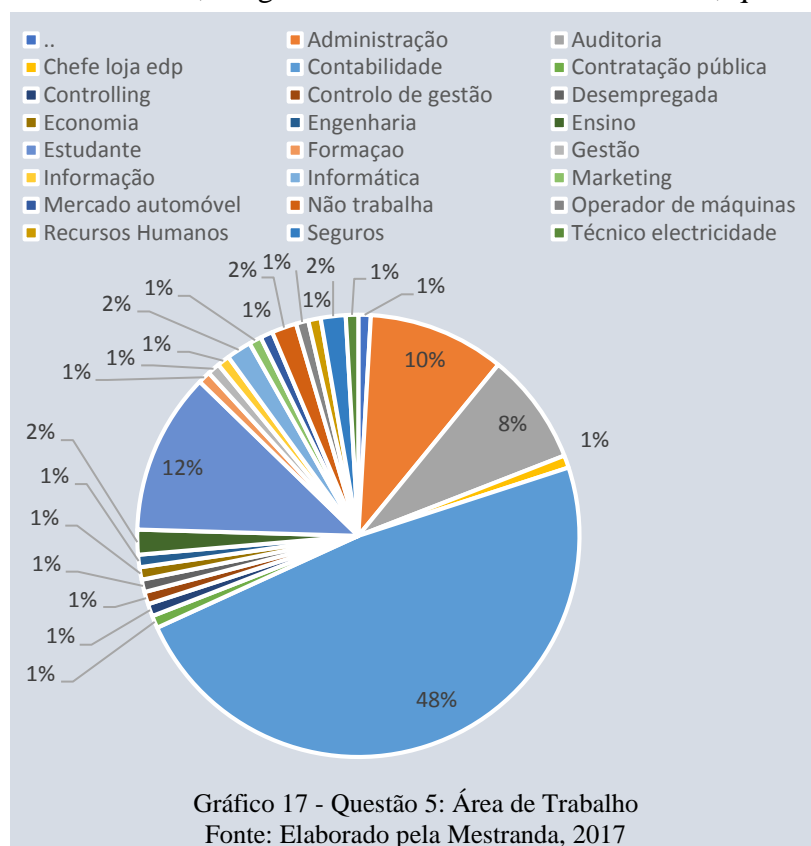
Desta Parte I do questionário, as questões mais relevantes são a questão 4 e a questão 5, pelo facto de que nos indicam qual a área de estudo e de trabalho de cada

indivíduo que participou no questionário.

Através do gráfico área de estudo, verifica-se que a grande maioria da amostra estudou contabilidade 53%, seguindo-se auditoria com 20% e, por fim administração com 8% das respostas. Todas as outras respostas obtidas, apesar de apresentarem percentagens mais reduzidas, não deixam de ser relevantes para o estudo em causa, uma vez que, oferece uma opinião de inquiridos de diversas áreas que não contabilidade auditoria acerca do assunto, permitindo desta forma realizar uma comparação.



Por outro lado, no gráfico referente à área de trabalho, que nos indica que 48% das respostas



obtidas, trabalham na área de contabilidade, 12% são estudantes, 10% trabalham na área de administração e 8% trabalham em auditoria sendo que os restantes se dividem por outras áreas não menos importantes, mas com uma percentagem bastante reduzida.

Para facilitar a análise dos gráficos referentes à área de estudo e de trabalho, elaboramos um gráfico que relaciona a área de trabalho

com a área de estudo. Das 59 respostas que dizem ter estudado contabilidade, 38 estão a

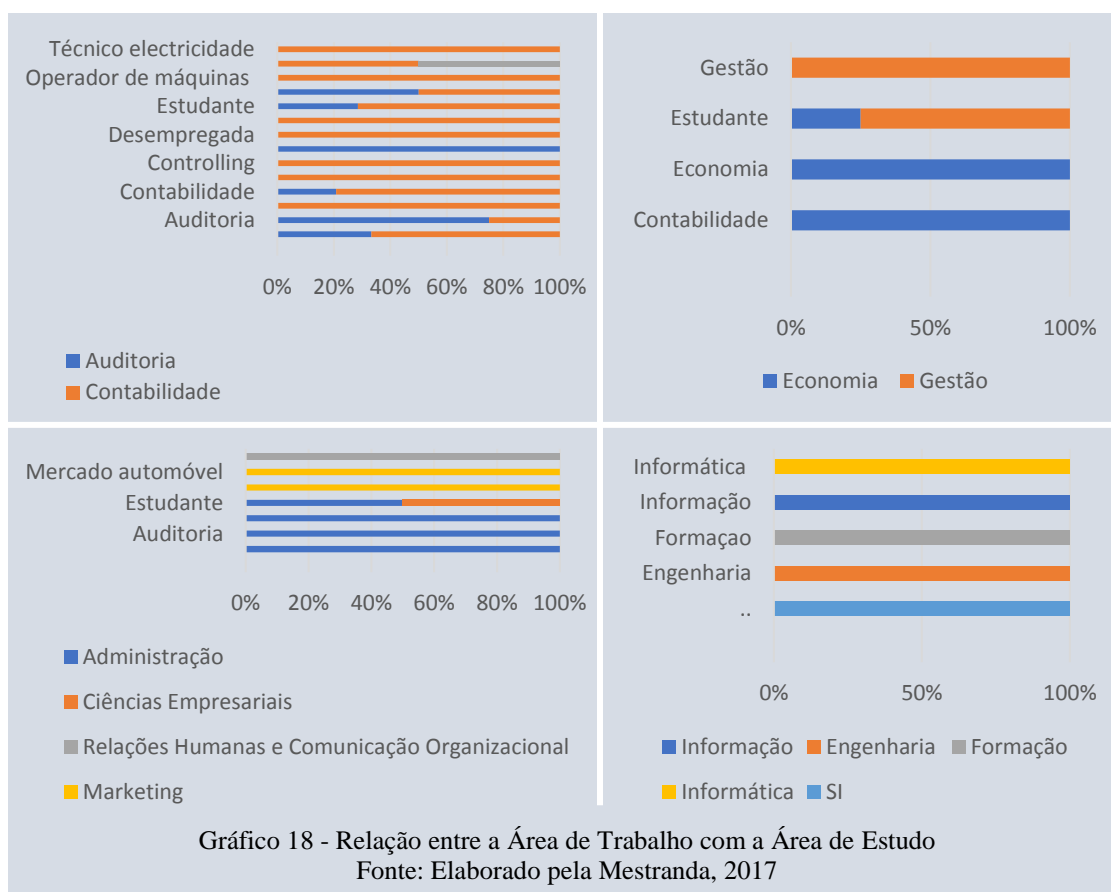
trabalhar na área, 4 em administração, 2 em auditoria, 5 ainda estudam, 2 estão na área do ensino e 1 trabalha na área de *controlling*, os restantes 7 não trabalham em áreas relacionadas.

Outra área de estudo que mostra alguma relevância é a auditoria. Das 22 respostas obtidas, 6 trabalham na área, 10 trabalham em contabilidade, 2 trabalham em administração e 1 em controlo de gestão os restantes 3 elementos ou são estudantes ou não trabalham.

Por fim, a outra área de estudo com maior visibilidade é a administração, que com 9 respostas, 5 trabalham na área.

As restantes áreas de estudo, apesar de importantes, apresentam valores inferiores que as três anteriormente mencionadas.

Podemos, assim, concluir que, da amostra em estudo, 70 dos inquiridos trabalham e estudaram nas áreas de Administração, Auditoria e Contabilidade



## 2.2. Análise da Parte II do questionário

O Alpha de Cronbach é uma das medidas mais usadas para a verificação da consistência interna de um grupo de variáveis, podendo definir-se como a correlação que se espera obter entre a escala usada e outras escalas hipotéticas do mesmo universo, com igual número de itens, que meçam a mesma característica e varia entre 0 e 1. (Pestana & Gageiro, 2008, p. 527:528).

Alpha de Cronbach	N de itens
,732	19

Tabela 8 - Alpha de Cronbach

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base no layout do SPSS versão 22, 2017

Analisando o valor obtido para este indicador, e dado que este apresenta 0,0732 para os 19 itens do questionário, a confiabilidade é superior ao considerado razoável, que se situa entre os 0,7 e 0,8, assim aferimos pela boa fiabilidade do questionário aplicado.

Com este valor de Alpha de Cronbach, é possível realizar a análise dos dados recolhidos, a fim de dar resposta aos objetivos deste estudo.

Iniciaremos, de seguida, com a apresentação e análise dos valores estatísticos de tendência central, desvio padrão e intervalo de dispersão. Pretendemos, com esta análise verificar a tendência das respostas às questões colocadas aos inquiridos. ser apresentada a análise descritiva dos dados recolhidos.

O quadro apresentado abaixo contém as medidas anteriormente indicadas, para as questões com escala de resposta “sim” e “não”. Por questão de simplificação de explanação dos resultados apenas iremos referenciar as questões pelo seu número (consultar o Questionário - apêndice 1) exceto nas que consideramos que apresentam valores de análise mais significativos para o propósito deste estudo.

Questão	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
6 – Conhecimentos Auditoria	1,17	1,00	1	0,380	32,479%
7 – Conhecimentos Gestão de Risco	1,34	1,00	1	0,475	35,448%
8 – Relação entre AI e GR	1,35	1,00	1	0,761	56,370%
9 – Existência departamento AI	1,20	1,00	1	0,603	50,25%
12 – Liberdade concedida à AI	1,47	1,00	1	0,809	55,034%
13 – Avaliações ao trabalho de Auditoria	1,14	1,00	1	0,497	43,597%
14 – Departamento AI vs Implementação SCI e GR	1,30	1,00	1	0,698	53,692%
16 – GR implementada a que nível numa organização	1,17	1,00	1	0,539	46,068%

Tabela 9 - Estatísticas Descritivas

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base no layout do SPSS versão 22, 2017

No que diz respeito à média, esta situa-se entre 1,14 (Q13 – “Considera relevante a existência de avaliações periódicas ao trabalho de auditoria no sentido de assegurar a sua qualidade?”) e 1,47 (Q12 – “Considera essencial que o grau de liberdade cedido à auditoria interna, na execução do seu trabalho, influência o contributo desta para uma gestão eficaz?”).

Na questão 13, “Considera relevante a existência de avaliações periódicas ao trabalho de auditoria no sentido de assegurar a sua qualidade?”, o valor da média é de 1,14, o que demonstra a concordância dos inquiridos quanto à necessidade de avaliações periódicas ao trabalho de auditoria. O desvio padrão e o coeficiente de variação é de 0,497 e 43,597%, respetivamente, o que revela uma elevada dispersão dos dados.

Relativamente à moda, os valores que ocorrem com maior frequência são o 1 e o 2, o que revela a anuência dos inquiridos quanto às questões em análise.

No que concerne à mediana, esta apresenta valores situados em 1 - Sim, o que indica que existe concordância nas respostas dos respondentes.

A questão nº. 11 apresenta a seguinte escala: 1 – Sim, 2 – Não, 3 – Talvez, daí a sua análise se encontrar separadamente.

Questão	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
11 – Número de auditores vs AI/GR	2,05	2,00	3	0,822	40,098%

Tabela 10 - Estatísticas Descritivas

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base no layout do SPSS versão 22, 2017

A média situa-se em 2,05, significando que os inquiridos acreditam na relação entre o número de auditores e a auditoria e gestão de risco.

Relativamente à questão 15, valores presentes no quadro abaixo: “No que à gestão de risco diz respeito, considera que este deve estar implementado a que nível numa organização?”, a escala de respostas é a seguinte:

- 1 – Conselho de Administração
- 2 – Unidade de Negócios
- 3 – Colaboradores
- 4 – Toda a organização

Questão	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
15 – Importância GR na organização	3,02	3,00	3	0,635	21,026%

Tabela 11 - Estatísticas Descritivas

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base no layout do SPSS versão 22, 2017

A média situa-se em 3,02, significando que os inquiridos atribuem a necessidade de existir uma gestão de risco efetiva ao nível dos “Colaboradores”, a mesma tendência é apresentada na mediana e na moda. No entanto, o desvio padrão de 0,635, indica que existe uma dispersão dos dados, face à média. Para completar esta análise verificamos pelo coeficiente de variação de 21,026%, que a dispersão é média.

A questão nº. 10 é analisada separadamente uma vez que a escala de respostas é distinta das anteriores (escala de Likert) e se encontra subdividida em dez subquestões.

Questão	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
10.1 – Garantir maior eficiência nos processos internos	4,38	5,00	5	0,801
10.2 – Minimizar a ocorrência de fraude	4,17	4,00	5	0,937
10.3 – Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócios	3,78	4,00	4	0,913
10.4 – Favorecer a aderência às normas internas e às regulamentações do mercado	3,86	4,00	4	0,903
10.5 – Dar suporte à estrutura de <i>corporate governance</i> da empresa	3,89	4,00	4	0,902
10.6 – Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da GR e CI	3,81	4,00	4	0,991
10.7 – Otimizar receitas	3,49	3,00	3	1,038
10.8 – Reduzir custos	3,59	4,00	3	1,052
10.9 – Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão	4,15	4,00	5	0,930
10.10 – Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização	3,89	4,00	4	0,980

Tabela 12 - Estatísticas Descritivas

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base no layout do SPSS versão 22, 2017

Relativamente à questão 10 pela análise dos valores acima, estão todos muito próximos, o que mostra coerência em todas as respostas obtidas.

Analisando as subquestões 10.7 – “Otimizar receitas” e 10.8 – “Reduzir custos”, verificamos que a moda se situa nos 3, um pouco abaixo da média que é de 3,49 e 3,59, respetivamente.

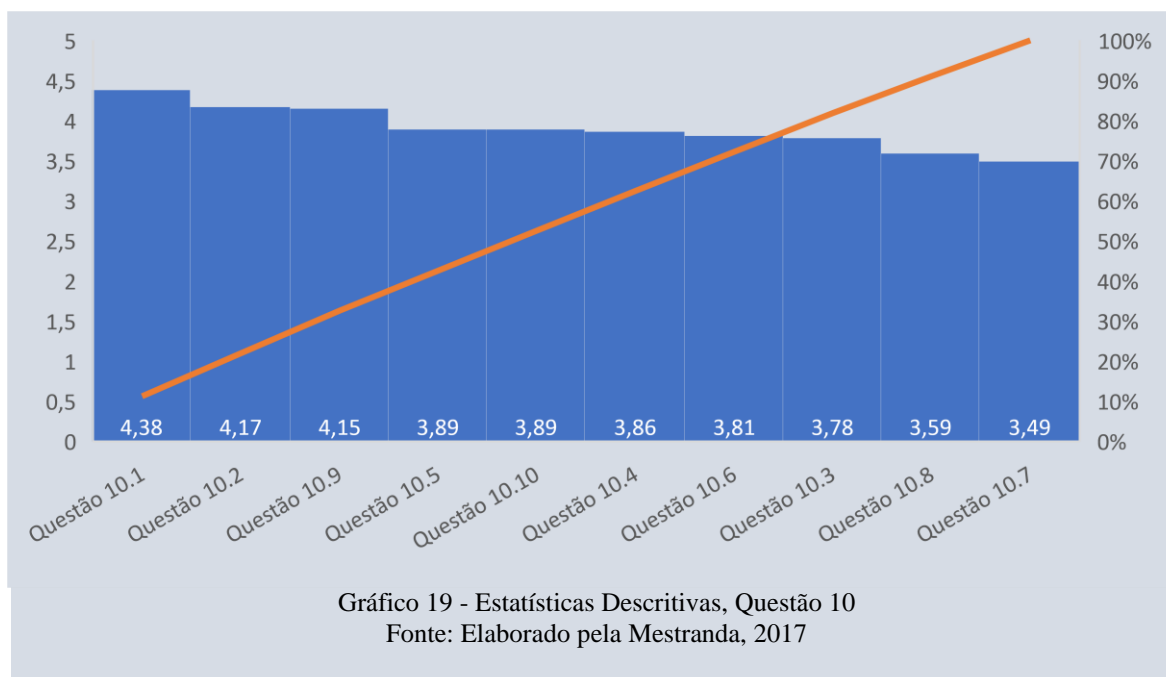
Para as questões em que a moda se fixa nos 4, temos as subquestões 10.3 – “Auxiliar a organização na execução das estratégias do mercado”, 10.5 – “Dar suporte à estrutura de *corporate governance* da empresa”, 10.6 – “Promover uma maior conscientização dos executivos

sobre a importância da Gestão de Risco de Controlo Interno” e, por fim a questão 10.10 – “Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização”, verificamos que as suas médias são um pouco inferiores, o que significa que os inquiridos não atribuem tanta importância a este benefício da existência de um departamento de auditoria interna

Relativamente a todas as outras questões, verifica-se que a moda de todas elas está acima da média, ou seja, os inquiridos consideram que estes benefícios são extremamente importante

Pela análise do gráfico acima, verificamos que a sub-questão 10.1 – “Garantir maior eficiência nos processos internos” está acima da média, o que significa que os inquiridos consideram que este benefício da existência de um departamento de auditoria interna é extremamente importante. Por sua vez, a sub-questão 10.7 – “Otimizar receitas” apresenta a média mais baixa, o que significa que os inquiridos não atribuem tanta importância a este benefício da existência de um departamento de auditoria interna.

Iremos agora analisar o tipo de correlação existente entre os dados em estudo. Para esta análise vão ser apresentados e explicados os valores de  $R$  de Spearman medida que expressa a intensidade da relação entre as variáveis, variando entre -1 e 1, e os valores de  $R$  de Pearson (medida de associação linear), sendo que este é um coeficiente de correlação parcial que varia igualmente entre os valores de -1 e 1.





O valor mais elevado da relação entre as variáveis, apresentado na tabela 12, para todas as questões excluindo a 10, 11 e 15, é de 0,419, para a questão 7 “Possui conhecimentos sobre gestão de risco?” e 8 “Considera que existe uma relação direta entre a auditoria interna e a gestão de risco?” e de 0,323 para as questões 8 “Considera que existe uma relação direta entre a auditoria interna e a gestão de risco?” e 13 “Considera relevante a existência de avaliações periódicas ao trabalho de auditoria no sentido de assegurar a sua qualidade?”. Nas restantes os valores encontram-se próximos de zero.

rô de Spearman		11 – Número de auditores vs AI/GR	15 – Importância GR na organização
11 – Número de auditores vs AI/GR	Coefficiente de Correlação	1,000	,050
	Sig. (2 extremidades)		,602
	N	110	110
15 – Importância GR na organização	Coefficiente de Correlação	,050	1,000
	Sig. (2 extremidades)	,602	
	N	110	110
**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).			
*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).			

Tabela 13 - Tabela rô de spearman

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base no layout do SPSS versão 22, 2017

Para as questões 11 “Considera que o número de auditores numa organização influência a auditoria interna para uma gestão de risco eficaz?” e 15 “No que à gestão de risco diz respeito, considera que este deve estar implementado a que nível numa organização?”, o coeficiente de correlação é de 0,05. O valor está muito próximo de zero, não existe uma correlação muito significativa entre estas duas questões.

Relativamente à questão 10, apesar de todos os valores estarem relativamente todos muito próximos de 1, as questões 10.7 e 10.8, com 0,839 e as questões 10.5 e 10.6, com 0,653 – ver apêndice 2.

O número de correlações é calculado através da multiplicação de 20 por 20. Isto resulta no número de elementos da matriz da correlação, a que se reduzem os 20 elementos da diagonal,

dividindo o total por 2 pois a matriz é simétrica. O valor obtido é de 190 que corresponde ao número de correlações existentes. Desta forma, para a análise da hipótese nula “Não existe correlação entre as variáveis”, com um tipo de erro I de 0,05, as correlações devem apresentar uma significância inferior a  $0,05/190 = 0,000263$ .

Dos dados apresentados no apêndice 3, verifica-se que existe uma correlação negativa entre diversas variáveis, e uma vez que são inúmeras, irão ser apresentados os resultados de uma forma diferente.

Dos valores negativos mais elevados, verifica-se que são predominantes entre as alíneas da questão 10 com todas as outras questões. Relativamente à relação entre todas as outras questões, excluindo todas as alíneas da questão 10, os valores apesar de negativos, encontram-se muito próximos de zero.

Por outro lado, a correlação que podemos considerar quase perfeita, por ser a que se aproxima mais de 1, encontram-se as variáveis 10.7 – “Otimizar receitas” e 10.8 – “Reduzir custos”, com 0,816. Pode concluir-se que existe uma correlação positiva entre estas variáveis. Contudo, tratando-se a questão 10, bastante particular, uma vez que apresenta várias sub-questões, analisando o restante universo, verifica-se que as variáveis 7 e 8, com 0,429, com um valor bastante inferior ao apresentado anteriormente, mas, o mais elevado sem considerar a questão 10 – apêndice 3.

Relativamente à análise da distribuição desta variável, recorreremos ao teste de Kolmogorov-Smirnov para verificar se a amostra sujeita a estudo, pode ser considerada uma distribuição normal.

	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>			Shapiro-Wilk		
	Estatística	Df	Sig.	Estatística	df	Sig.
6 - C.Auditoria	,503	110	,000	,457	110	,000
7 - C.Gest.Risco	,424	110	,000	,596	110	,000
8 - Relação AI e GR	,497	110	,000	,470	110	,000
9 - Departamento AI	,530	110	,000	,342	110	,000
11 - N° Aud vs AI/GR	,239	110	,000	,790	110	,000
12 - Lib AI vs eficácia	,448	110	,000	,577	110	,000

	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>			Shapiro-Wilk		
	Estatística	Df	Sig.	Estatística	df	Sig.
13 - Avaliações AI	,535	110	,000	,283	110	,000
14 - Dep AI vs SCI/GR	,503	110	,000	,449	110	,000
15 - Imp. GR na organização	,334	110	,000	,771	110	,000
16 - AI/GR vs continuidade negócio	,526	110	,000	,342	110	,000
a. Correlação de Significância de Lilliefors						

Tabela 14 - Teste Kolmogorov-Smirnov

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base no layout do SPSS versão 22, 2017

	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Q10.1 - Garantir maior eficiência dos processos internos	,316	110	,000	,734	110	,000
Q10.2 - Minimizar a ocorrência de fraudes	,248	110	,000	,788	110	,000
Q10.3 - Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócios	,240	110	,000	,876	110	,000
Q10.4 - Favorecer a aderência às normas internas e às regulamentações do mercado	,215	110	,000	,865	110	,000
Q10.5 - Dar suporte à estrutura de corporate governance da empresa	,212	110	,000	,859	110	,000
Q10.6 - Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da gestão de riscos e controles internos	,240	110	,000	,867	110	,000
Q10.7 - Otimizar receitas	,209	110	,000	,897	110	,000
Q10.8 - Reduzir custos	,186	110	,000	,892	110	,000
Q10.9 - Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão	,245	110	,000	,799	110	,000
Q10.10 - Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização	,235	110	,000	,861	110	,000
a. Correlação de Significância de Lilliefors						

Tabela 15 - Teste Kolmogorov-Smirnov

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base no layout do SPSS versão 22, 2017

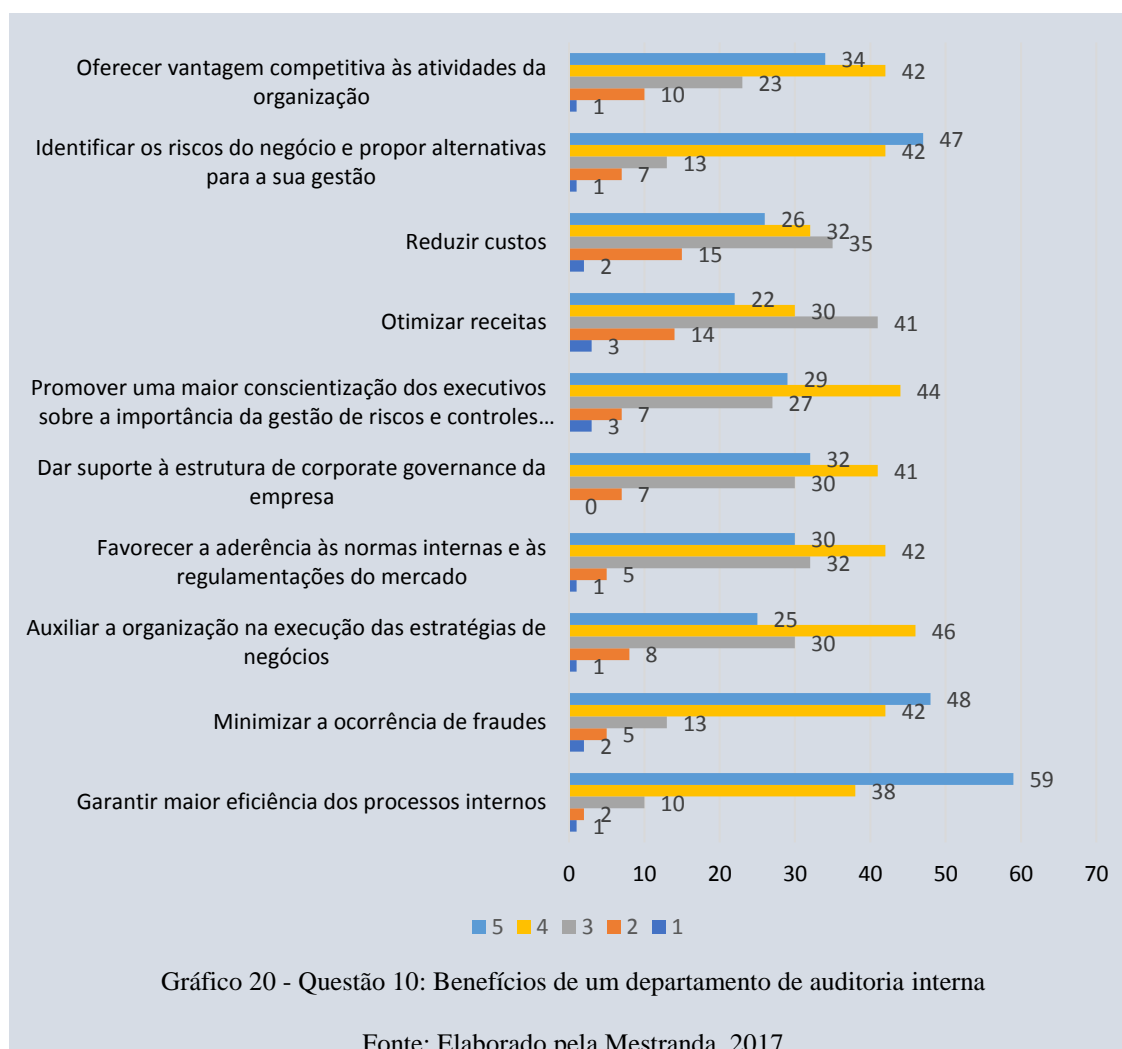
Procedendo à análise do teste K-S acima apresentado, verificamos que para os valores presentes na tabela 14 e 15, a distribuição é normal atendendo que a amostra tem uma dimensão de 110 respondentes, salientando que o valor p do teste de normalidade é igual a 0, o que permite aceitar a hipótese da normalidade da população.

Questão	Hipótese nula
Q6	A distribuição de Grau de Importância é normal com média 1,17 e desvio padrão 0,380.
Q7	A distribuição de Grau de Importância é normal com média 1,34 e desvio padrão 0,475.
Q8	A distribuição de Grau de Importância é normal com média 1,35 e desvio padrão 0,761.
Q9	A distribuição de Grau de Importância é normal com média 1,20 e desvio padrão 0,603.
Q11	A distribuição de Grau de Importância é normal com média 2,05 e desvio padrão 0,822.
Q12	A distribuição de Grau de Importância é normal com média 1,47 e desvio padrão 0,809.
Q13	A distribuição de Grau de Importância é normal com média 1,14 e desvio padrão 0,497.
Q14	A distribuição de Grau de Importância é normal com média 1,30 e desvio padrão 0,698.
Q15	A distribuição de Grau de Importância é normal com média 3,02 e desvio padrão 0,635.
Q16	A distribuição de Grau de Importância é normal com média 1,17 e desvio padrão 0,539.

Tabela 16 - Teste Kolmogorov-Smirnov distribuição

Fonte: Elaborado pela Mestranda, com base no layout do SPSS versão 22, 2017

Uma vez que a questão 10 é para indicar o grau de importância dos benefícios de um departamento de auditoria interna, iremos apresentar os resultados desta questão.



Da análise do gráfico, verifica-se que, dos benefícios apresentados, das respostas obtidas, os que consideram de maior importância é “Garantir maior eficiência dos processos internos” com 59 respostas seguindo-se “Minimizar a ocorrência de fraudes” e “Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão” com 48 e 47 respostas respetivamente, referentes ao nível 5.

Por outro lado, temos os benefícios que os inquiridos consideram menos importantes, entre eles, “Otimizar receitas”, “Reduzir custos” e “Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócio”, com 22, 26 e 25 respostas respetivamente, relativamente ao nível 5.



## **Capítulo V - Considerações finais**





## 1. Conclusões

Sendo o objetivo saber qual a opinião e o conhecimento existente de um leque variado de profissionais sobre a temática do papel da auditoria na gestão de risco, elencamos um conjunto de hipóteses a testar, através de várias fontes, nomeadamente dos profissionais da área.

Pelo recurso à técnica de triangulação dos dados, onde vamos conjugar a informação obtida das diferentes fontes, nomeadamente da revisão da literatura, pela análise dos relatórios das empresas e dos dados recolhidos pela aplicação dos questionários, apresentamos a discussão de resultados com o objetivo de avaliar as hipóteses presentes neste estudo.

A tabela a seguir apresentada, pretende sistematizar toda a informação, desde as hipóteses às questões do questionário, para que, desta forma, a perceção das conclusões sejam mais simples.

Hipóteses	Questões apresentadas no questionário	Questões da análise dos relatórios
<b>H1</b> - A confiança dos <i>stakeholders</i> está relacionada com o grau de liberdade e independência dada aos auditores internos.	<b>Q.10.</b> Dos benefícios de um departamento de auditoria interna abaixo mencionados, indique de 1 a 5 o grau importância que considera ter (sendo que de 1 a 5 a importância é crescente). <b>Q.11.</b> Considera que o número de auditores numa organização influencia o contributo da auditoria interna para uma gestão de risco eficaz? <b>Q.12.</b> Considera essencial que o grau de liberdade cedido à auditoria interna, na execução do seu trabalho, influencia o contributo desta para uma gestão eficaz? <b>Q.13.</b> Considera relevante a existência de avaliações periódicas ao trabalho de auditoria no sentido de assegurar a sua qualidade?	<b>3</b> - Existência de departamento de auditoria interna. <b>4</b> - Existência de departamento de gestão de risco.

Hipóteses	Questões apresentadas no questionário	Questões da análise dos relatórios
<p><b>H2</b> - A gestão de risco e a auditoria interna são desenvolvidas tendo como objetivo comum a criação de valor, através da gestão e controlo dos riscos e incertezas que podem afetar tanto os objetivos como a continuidade dos negócios.</p>	<p><b>Q.6.</b> Possui conhecimentos sobre auditoria?</p> <p><b>Q.7.</b> Possui conhecimentos sobre gestão de risco?</p> <p><b>Q.9.</b> Considera que existe uma relação direta entre a auditoria interna e a gestão de risco?</p> <p><b>Q.10.</b> Considera importante a existência de um departamento de auditoria interna nas organizações?</p> <p><b>Q.14.</b> Uma organização que possui um departamento de auditoria interna tem maior probabilidade de implementar um sistema de controlo interno e de gestão de risco?</p>	<p><b>1</b> – Existência de atividade de auditoria interna.</p> <p><b>2</b> - Existência de atividade de gestão de risco.</p> <p><b>10</b> - Responsável pela definição do grau de exposição ao risco</p> <p><b>11</b> - Responsável pela emissão de recomendações acerca da gestão de risco.</p> <p><b>12</b> - Responsável pela emissão de políticas de gestão de risco.</p>
<p><b>H3</b> - Sendo que a gestão de risco está implementada na organização a sua responsabilidade é da administração e todos os colaboradores, nos diferentes níveis da organização.</p>	<p><b>Q.15.</b> No que à gestão de risco diz respeito, considera que este deve estar implementado a que nível numa organização?</p> <p><b>Q.16.</b> Considera que tanto a auditoria como a gestão de risco são desenvolvidos tendo em conta os objetivos da organização e a continuidade do negócio?</p>	<p><b>5</b> - Responsável pela implementação do processo de gestão de risco.</p> <p><b>6</b> - Responsável pelo funcionamento do processo de gestão de risco.</p> <p><b>7</b> - Responsável pela monitorização do processo de gestão de risco.</p> <p><b>8</b> - Responsável pela eficiência/eficácia do processo de gestão de risco.</p> <p><b>9</b> - Responsável pela identificação e avaliação de riscos.</p> <p><b>13</b> - Existência de formação na organização relativamente à gestão de risco.</p> <p><b>14</b> - Responsável pela formação na organização relativamente à gestão de risco.</p> <p><b>15</b> - Principais riscos a que a organização está exposta.</p> <p><b>16</b> - Existência da ISO 9001 implementada numa área da organização.</p>

Tabela 17 - Hipóteses vs. questões do questionário

Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017

Apresentação das conclusões referentes à primeira hipótese em estudo:

**Hipótese 1** - A confiança dos *stakeholders* está relacionada com o grau de liberdade e independência dada aos auditores internos.

**Questões Investigação:**

**Q4** - O grau de liberdade e independência cedido à auditoria interna (para desempenhar o seu trabalho) influencia o contributo desta para uma gestão eficiente?

**Q6** - Qual a importância dada à Auditoria Interna nas organizações?

**Q7** - Existem avaliações periódicas aos trabalhos de auditoria para assegurar a sua qualidade?

**Questões Questionário:**

**Q.10.** Dos benefícios de um departamento de auditoria interna abaixo mencionados, indique de 1 a 5 o grau importância que considera ter (sendo que de 1 a 5 a importância é crescente).

**Q.11.** Considera que o número de auditores numa organização influencia o contributo da auditoria interna para uma gestão de risco eficaz?

**Q.12.** Considera essencial que o grau de liberdade cedido à auditoria interna, na execução do seu trabalho, influencia o contributo desta para uma gestão eficaz?

**Q.13.** Considera relevante a existência de avaliações periódicas ao trabalho de auditoria no sentido de assegurar a sua qualidade?

**Questões Relatórios:**

**3** - Existência de departamento de auditoria interna.

**4** - Existência de departamento de gestão de risco.

Para validação desta hipótese, iremos apresentar os dados recolhidos do questionário efetuado – questão n.º 10, 11, 12 e 13.

Como foi referido ao longo do trabalho, a auditoria interna tem um papel importante na identificação de áreas com mais problemas, contribuindo, desta forma a que exista uma gestão eficiente.

Nesta decorrência, Pinheiro, (2010, p. 31), refere que:

“O objetivo primordial da Auditoria Interna é o de auxiliar a empresa e todos os níveis de gestão no cumprimento das suas responsabilidades em promover sistemas de controle adequados, visando a melhoria da performance e do desenvolvimento sustentável da empresa.”

Desta forma, para que a auditoria consiga executar o seu trabalho da melhor forma, é necessário que tenha alguma liberdade para o fazer.

Contudo, é necessário, para que o trabalho de auditoria seja fiável, existiram avaliações periódicas aos mesmos.

Conforme Mendes, (1999, p.13):

A auditoria interna é: “uma actividade independente, de garantia objectiva e consultadoria, estabelecida para acrescentar valor e melhorar as operações de uma organização. Apoia uma organização a atingir os seus objetivos através de uma abordagem sistemática e disciplinada da avaliação e melhoria da eficácia na gestão do risco, controlo e processos de governance.”

Desta forma, podemos concluir que, sendo uma atividade com vista a melhorar toda a performance de uma organização, se esta não lhe der o mínimo de liberdade para executar o seu trabalho, os resultados podem não ser os desejados. Com liberdade pode-se entender não fornecer a informação necessária para o trabalho, por exemplo.

Das respostas às questões, efetuadas no questionário, a seguir mencionadas, após análise dos dados obtidos, concluímos que:

**Q.10. “Dos benefícios de um departamento de auditoria interna abaixo mencionados, indique de 1 a 5 o grau importância que considera ter (sendo que de 1 a 5 a importância é crescente).**

- Garantir maior eficiência dos processos internos
- Minimizar a ocorrência de fraudes
- Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócios
- Favorecer a aderência às normas internas e às regulamentações do mercado
- Dar suporte à estrutura de *corporate governance* da empresa

- Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da gestão de riscos e controles internos
- Otimizar receitas
- Reduzir custos
- Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão
- Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização

Perante esta questão, os respondentes, consideram que todos estes objetivos têm grande importância, encontrando-se os maiores valores entre o 3º e 5º grau. No grau mais elevado, temos 3 objetivos como sendo essenciais e são eles: Garantir maior eficiência dos processos internos; Minimizar a ocorrência de fraudes; Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão. Não menos importante, no 4º grau temos os seguintes objetivos mais importantes: Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócios; Favorecer a aderência às normas internas e às regulamentações do mercado; Dar suporte à estrutura de *corporate governance* da empresa; Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da gestão de riscos e controles internos. Por fim, no 3º grau temos o objetivo de Otimizar receitas. Não menos importante, o objetivo de reduzir custos, tem opiniões muito equilibradas entre o 3º e 4º grau.

**Q.11. “Considera que o número de auditores numa organização influencia o contributo da auditoria interna para uma gestão de risco eficaz?”**

Para esta questão, os resultados obtidos estão muito divididos.

Observamos que 36% das respostas obtidas consideram que talvez exista relação, 33% consideram que não existe relação e 31% considera existir relação.

Perante os resultados apresentados, com valores muito próximos, as opiniões estão muito divididas. Contudo, uma parte significativa considera que existe ou possa existir uma relação entre o número de auditores e as temáticas abordadas.

**Q.12. “Considera essencial que o grau de liberdade cedido à auditoria interna, na execução do seu trabalho, influencia o contributo desta para uma gestão eficaz?”**

A grande maioria dos respondentes, 73%, considera que efetivamente o grau de liberdade concedido à auditoria interna na execução do seu trabalho, tem influência numa gestão eficaz.

**Q.13. “Considera relevante a existência de avaliações periódicas ao trabalho de auditoria no sentido de assegurar a sua qualidade?”**

Perante a análise efetuada, pode-se afirmar que praticamente todos os respondentes, 93%, consideram pertinente existirem avaliações periódicas ao trabalho de auditoria.

Da análise efetuada aos relatórios disponibilizados pelas empresas, concluímos que:

**3 - Existência de departamento de auditoria interna.**

**4 - Existência de departamento de gestão de risco.**

Perante as organizações, a existência dos departamentos de auditoria interna e de gestão de risco, é importante, sendo que, 68% e 75% respetivamente, das organizações possuem estes departamentos específicos.

Pelo exposto anteriormente, concluímos que as questões desta hipótese se encontram respondidas, considerando, assim, a hipótese validada.

No que diz respeito à segunda hipótese, referimos que a metodologia utilizada, como forma de análise dos resultados será semelhante à da anterior.

**Hipótese 2** - A gestão de risco e a auditoria interna são desenvolvidas tendo como objetivo comum a criação de valor, através da gestão e controlo dos riscos e incertezas que podem afetar tanto os objetivos como a continuidade dos negócios.

**Questões Investigação:**

**Q1** – De que forma a auditoria se relaciona com a gestão do risco?

**Q2** – As empresas que possuem auditoria interna têm maior probabilidade de terem sistemas de controlo interno e de gestão de riscos implementados?

**Q3** – O número de auditores existente na empresa influencia o contributo da auditoria interna para uma gestão de risco eficaz?

### **Questões Questionário:**

**Q1** - De que forma a Auditoria se relaciona com a Gestão de Risco?

**Q2** - As empresas que possuem auditoria interna têm maior probabilidade de terem sistemas de controlo interno e de gestão de riscos implementados?

**Q3** - O número de Auditores existentes na empresa influencia o contributo da auditoria interna para uma gestão de risco eficaz?

Para validação desta hipótese, iremos apresentar os dados recolhidos do questionário efetuado – questão n.º 6, 7, 8, 9 e 14.

### **Questões Relatórios:**

**1** – Existência de atividade de auditoria interna.

**2** - Existência de atividade de gestão de risco.

**10** - Responsável pela definição do grau de exposição ao risco.

**11** - Responsável pela emissão de recomendações acerca da gestão de risco.

**12** - Responsável pela emissão de políticas de gestão de risco.

Ao longo do tempo, as organizações têm vindo a dar mais importância à auditoria interna, uma vez que de acordo com Marques, (1999, p.14),

“... auditoria interna, no âmbito das suas atribuições compete:

- Avaliar de forma independente a organização e o funcionamento dos serviços, identificar áreas que requeiram atenção especial e identificar e analisar problemas ou insuficiências que careçam de solução;
- propor medidas correctivas e apresentar sugestões para melhorar o funcionamento dos serviços e eliminar ou atenuar as principais deficiências detectadas e os riscos que lhe estão associados.”

Queremos com isto dizer que a auditoria interna, trabalha no sentido de avaliar todos os problemas internos à organização, no sentido de os melhorar, identificar riscos associados, etc. Por outras palavras, a auditoria interna ajuda na gestão de riscos.

Uma organização que, possua auditoria interna, uma vez que alguns dos objetivos é melhorar processos internos, detetar riscos, entre outros, vai facilitar a criação de sistemas de controlo interno e de gestão de riscos.

Podemos concluir isto após o que Lajoso, (2005, p.10) escreveu:

“...tradicionalmente, as actividades de auditoria interna incluem um ou mais dos seguintes pontos: revisão dos sistemas de contabilidade e de controlo interno; exame da informação financeira e de suporte; análise da economia, eficiência e eficácia das operações, incluindo os controlos não financeiros de uma entidade; revisão do cumprimento das leis, regulamentos e outros normativos externos com as políticas e directivas da administração e outros requisitos internos.”

É fácil de concluir que, o número de auditores necessários para a execução de um trabalho de auditoria, varia conforme a dimensão da organização, a complexidade dos trabalhos a desempenhar. Tudo isto influencia a decisão de ter mais ou menos auditores a trabalhar.

Das respostas às questões, efetuadas no questionário, a seguir mencionadas, após análise dos dados obtidos, concluímos que:

**Q.6. “Possui conhecimentos sobre auditoria?” e Q.7. “Possui conhecimentos sobre gestão de risco?”**

Estas questões são importantes para aferirmos até que ponto os respondentes estão por dentro dos assuntos abordados.

A grande maioria possui conhecimentos acerca dos assuntos tratados. Contudo, após análise, observamos que o conhecimento sobre auditoria é ligeiramente superior ao tema da gestão de risco, 83% e 66%, respetivamente.

**Q.8. “Considera que existe uma relação direta entre a auditoria interna e a gestão de risco?”**

Perante esta questão, os respondentes consideram que efetivamente existe uma relação direta entre a auditoria interna e a gestão de risco, 82%.



**Q.9. “Considera importante a existência de um departamento de auditoria interna nas organizações?”**

Relativamente à existência de um departamento de auditoria interna, 90%, considera importante a existência do mesmo. Contudo, é importante salientar que não houve nenhuma resposta que indique que esta existência não seja importante.

**Q.14. “Uma organização que possui um departamento de auditoria interna tem maior probabilidade de implementar um sistema de controlo interno e de gestão de risco?”**

Como não poderia deixar de ser expectável, 84% dos respondentes reconhece que a existência de um departamento de auditoria interna numa organização, tem influência na implementação de um sistema de controlo interno e de gestão de risco.

Da análise efetuada aos relatórios disponibilizados pelas empresas, concluímos que:

**1 – Existência de atividade de auditoria interna.**

**2 - Existência de atividade de gestão de risco.**

No que concerne à existência de atividades de auditoria interna e de gestão de risco, podemos concluir que, das empresas estudadas, todas possuem departamento de gestão de risco, 75% possuem departamento de auditoria interna, sendo que, 19% não possui e 9% não mencionam. Perante este cenário, as empresas consideram a existência destas atividades é fundamental.

**10 - Responsável pela definição do grau de exposição ao risco.**

Uma vez que toda e qualquer organização está exposta ao risco, é essencial definir qual o nível de risco que estão expostas. Pela análise dos relatórios, apenas 38% dos casos não mencionam o responsável, sendo que para os restantes 62% os responsáveis são o Conselho de Administração (37%), a Comissão Executiva (19%) e Direção de Gestão de Risco Corporativa (6%).

**11 - Responsável pela emissão de recomendações acerca da gestão de risco.**

Sendo que existe atividade de gestão de risco em todas as empresas estudadas, é importante identificar se existe emissão de recomendações e quem é responsável por dar tratamento a este tema. Da análise efetuada, verificou-se que 56% do universo estudado, não menciona o

responsável e, para os restantes 44% os responsáveis dividem-se entre o Conselho Fiscal (19%), Comissão de Auditoria (7%) e por fim com 6% cada encontra-se a Auditoria Externa e Gestão de Risco, o Comité de Gestão de Risco, e a Auditoria Externa.

## **12 - Responsável pela emissão de políticas de gestão de risco.**

Para que todo o processo de gestão de risco funcione em pleno, é necessário que existam políticas para o mesmo e, para isso é fundamental existir um responsável. Do que observou, 46% nada refere sobre o tema. Contudo, os restantes 54% consideram existir um responsável, sendo eles a Gestão de Risco (13%) e com 7% cada temos o Departamento de Risco, a Função Risco Corporativo, a Auditoria e Gestão de Risco, o Conselho Fiscal e a Comissão Executiva e por fim com 6% o Conselho de Administração.

Para a conclusão da análise realizada à “Hipótese 2 - A gestão de risco e a auditoria interna são desenvolvidas tendo como objetivo comum a criação de valor, através da gestão e controlo dos riscos e incertezas que podem afetar tanto os objetivos como a continuidade dos negócios” e no seguimento do que foi referido anteriormente, considera-se a hipótese validada.

**Hipótese 3** - Sendo que a gestão de risco está implementada na organização a sua responsabilidade é da administração e todos os colaboradores, nos diferentes níveis da organização.

### **Questões Investigação:**

**Q5** – A que nível a gestão de risco está implementada nas organizações?

**Q8** – Qual a importância da gestão do risco nas organizações?

**Q9** – A gestão do risco é uma responsabilidade de quem?

### **Questões Questionário:**

**Q5** - “A que nível a gestão de risco está implementada nas organizações?”

**Q8** - “Qual a importância da Gestão de Risco nas organizações?”

**Q9** - “A gestão de risco é uma responsabilidade de quem?”

Ao longo do trabalho referimos a *framework* COSO. Este cubo tem como objetivo criar linhas orientadoras, através do desenvolvimento de modelos sobre as seguintes temáticas:

- Gestão de Risco;
- Controlo Interno;
- Prevenção e deteção da fraude.

### **Questões Relatórios:**

- 5 - Responsável pela implementação do processo de gestão de risco.
- 6 - Responsável pelo funcionamento do processo de gestão de risco.
- 7 - Responsável pela monitorização do processo de gestão de risco.
- 8 - Responsável pela eficiência/eficácia do processo de gestão de risco.
- 9 - Responsável pela identificação e avaliação de riscos.
- 13 - Existência de formação na organização relativamente à gestão de risco.
- 14 - Responsável pela formação na organização relativamente à gestão de risco.
- 15 - Principais riscos a que a organização está exposta.
- 16 - Existência da ISO 9001 implementada numa área da organização.

Desta forma, para que o modelo seja implementado, tem que existir uma relação recíproca entre os objetivos, as componentes e a organização.

Conforme o exposto por Ferreira, (2010, p.21), “o modelo deverá ser avaliado e implementado de uma forma abrangente a toda a organização, partindo de um nível mais elevado (Entidade) até chegar ao nível mais básico (Atividades)”.

Queremos com isto dizer que a gestão de risco deverá ser implementada a todos os níveis da organização, em toda a organização.

A gestão de risco, desempenha um papel importante nas organizações uma vez que, de acordo com FERMA, (2003, p. 5):

“A gestão de riscos protege e acrescenta valor à organização e aos diversos intervenientes, apoiando da seguinte forma os objetivos da organização:

- Criação de uma estrutura na organização que permita que a atividade futura se desenvolva de forma consistente e controlada;
- Melhoria da tomada de decisões, do planeamento e da definição de prioridades, através da interpretação abrangente e estruturada da atividade do negócio, da volatilidade dos resultados e das oportunidades/ameaças do projeto;
- Contribuição para uma utilização/atribuição mais eficiente do capital e dos recursos dentro da organização;
- Redução da volatilidade em áreas de negócio não essenciais;
- Proteção e melhoria dos ativos e da imagem da empresa;
- Desenvolvimento e apoio à base de conhecimentos das pessoas e da organização;
- Otimização da eficiência operacional.”

Para todos os modelos e processos implementados numa organização, no sentido de ter um sistema de controlo interno e de gestão de riscos implementado de uma forma consistente, é necessário haver responsáveis por tudo isto. Sendo que, todos os colaboradores da organização têm um papel fundamental relativamente a este assunto tão delicado.

E, para suportar esta afirmação, com base em FERMA, (2003, p. 12:13), todos os departamentos de uma organização têm um papel e responsabilidades importantes na gestão de risco.

Das respostas às questões, efetuadas no questionário, a seguir mencionadas, após análise dos dados obtidos, concluímos que:

**Q.15. “No que à gestão de risco diz respeito, considera que este deve estar implementado a que nível numa organização?”**

Relativamente a esta questão, 65% dos respondentes, consideram que a gestão de risco deve ser implementada a toda a organização.

**Q.16 “Considera que tanto a auditoria como a gestão de risco são desenvolvidos tendo em conta os objetivos da organização e a continuidade do negócio?”**

Com 90%, os respondentes consideram que a auditoria e a gestão de risco são desenvolvidas com vista os objetivos da organização e a continuidade do negócio.

Da análise efetuada aos relatórios disponibilizados pelas empresas, concluímos que:

## **5 - Responsável pela implementação do processo de gestão de risco.**

Sendo que, ao longo de todo o estudo se mencionou sempre a gestão de risco, é importante identificar o responsável pela implementação, funcionamento e monitorização do mesmo.

Perante o universo estudado, verificamos que para a implementação do processo de gestão de risco, apenas 13% não menciona, 38% destaca a responsabilidade para o Conselho de Administração, 31% para a Comissão Executiva e por fim com 6% respetivamente, as Unidades de Negócio, a Direção Executiva e os *Local Risk Officers*.

## **6 - Responsável pelo funcionamento do processo de gestão de risco.**

Como todo e qualquer processo tem que estar em pleno funcionamento, é essencial existir alguém responsável pelo mesmo verificamos que em 56% do universo estudado, destaca esta responsabilidade para as diversas Unidades Operacionais, 19% para a Comissão Executiva, 6% para o Gestor de Risco da Unidade de Negócio, 6% para a Auditoria Interna sendo que, 13% nada referem sobre o tema.

## **7 - Responsável pela monitorização do processo de gestão de risco.**

Relativamente à monitorização do processo falado, com maior percentagem temos como responsável, com 36% o Conselho de Administração e 15% a Direção de Gestão de Risco.

## **8 - Responsável pela eficiência/eficácia do processo de gestão de risco.**

Para avaliar a eficiência e a eficácia do processo de gestão de risco, temos como responsável, com 44% o Conselho Fiscal, 31% a Auditoria Interna, 6% respetivamente, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão e apenas 13% dos casos estudados não mencionam qual o responsável.

## **9 - Responsável pela identificação e avaliação de riscos.**

Para que todo este processo funcione de forma plena, é também necessário identificar os riscos e avaliar os mesmos. Desta forma, em 56% dos casos o responsável pela identificação dos riscos, uma vez que lidam de forma direta com ele, são as Unidades Operacionais.

## **13 - Existência de formação na organização relativamente à gestão de risco.**

Uma vez que a gestão de risco é um tema delicado, é necessário que toda a organização esteja envolvida e esteja sensibilizada para o tema. Para isso, foi estudada a existência de formação e quem é o responsável pela mesma.

#### **14 - Responsável pela formação na organização relativamente à gestão de risco.**

Apenas 25% mencionam a existência de formações relativamente à gestão de risco sendo que, os responsáveis são tanto a Academia de Auditoria como a Política de Gestão de Risco, com 50% respetivamente.

#### **15 - Principais riscos a que a organização está exposta.**

Como foi referido ao longo de todo o estudo, toda e qualquer organização está exposta a diversos tipos de riscos. Da análise efetuada às empresas, os riscos que mais se destacam são os económico-financeiros e os relacionados com temas jurídicos e legais, não podendo esquecer os riscos relacionados com o negócio e o meio envolvente.

#### **16 - Existência da ISO 9001 implementada numa área da organização.**

Uma vez que a ISO 9001 é sobre Sistema de Gestão da Qualidade, achamos importante compreender se as empresas estudadas a têm implementada. Do que se observou, 62% das empresas tem esta norma implementada. Os restantes 38% nada referem sobre este tema.

Pelo exposto anteriormente, podemos comprovar que as respostas inerentes a esta hipótese são positivas considerando, desta forma validada a hipótese 3 “Sendo que a gestão de risco está implementada na organização a sua responsabilidade é da administração e todos os colaboradores, nos diferentes níveis da organização.

Como conclusão, resta-nos dizer que todas as hipóteses foram positivas.

## **2. Limitações encontradas**

A principal limitação deste trabalho prendeu-se ao facto de não termos conseguido obter um maior número de respostas por parte dos países selecionados para o estudo, Brasil e Angola.

Esta limitação resultou do facto de serem países emergentes e com economias em desenvolvimento e apesar do questionário ter sido partilhado em várias páginas, a falta de adesão ao mesmo.

### **3. Propostas para investigações futuras**

Como investigações futuras, seria interessante tentar desenvolver esta comparação com outros países para efetivamente observar de uma forma especial a que nível este tema está desenvolvido, a que nível é considerado importante e sobretudo qual a opinião e importância que a população atribui a este tema.





## Bibliografia

### Livros

- Arens, A. A., Elder, R. J., & Beasley, M. S. (2012). *Auditing and Assurance Services: an integrated approach* (14<sup>o</sup> ed.). Pearson.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Edições 70, Lda.
- Costa, C. B. (2010). *Auditoria Financeira - Teoria & Prática* (10<sup>a</sup> ed.). Rei dos Livros.
- Ferreira, P. L. (2005). *Estatística descritiva e inferencial*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Fortin, M.-F. (1996). *O Processo de Investigação - Da concepção à realização*. Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (4<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Knechel, W. R., Salterio, S., & Ballou, B. (2007). *Auditing: Assurance & Risk*. South-Western.
- Malhotra, N. (2010). *Pesquisa de Marketing - Foco na Decisão* (3<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Pearson.
- Marques, M. (1997). *Auditoria e Gestão*. Editorial Presença.
- Martins, I., & Morais, G. (2007). *Auditoria Interna - Função e Processo*. Áreas Editora.
- Moeller, R. R. (2007). *COSO Enterprise Risk Management: Understanding the new integrated ERM framework*. Wiley.
- Morais, G., & Martins, I. (2003). *Auditoria Interna: função e processo*. Lisboa: Áreas Editora.
- Parmenter, D. (2007). *Key Performance Indicators: Developing, Implementing, and Using Winning KPIs*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Pestana, M., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais - A Complementaridade do SPSS* (5<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lds.

- Pinheiro, J. L. (2010). *Auditoria Interna - Auditoria Operacional - Manual prático para Auditoria Interna* (2ª ed.). Letras e Conceitos Lda.
- Sawyer, L. B. (1988). *Sawyer Internal Auditing*. Altamonte Springs: The Institut of Internal Auditors.
- Siqueira, F., Karlmeier-Mertens, R., Fumanga, M., & Benavento, C. (2008). *Como elaborar projeto de pesquisa: linguagem e método*. Brasil: FGV Editora

### **Artigos de Revistas Científicas / Periódicos**

- Contas, O. d. (1999). *DRA 320 - Materialidade de Revisão/Auditoria*.
- FERMA. (2003). *Federation of European Risk Mangement Associations. "Norma de Gestão de Risco"*.
- Ferreira, A. (2010). *"A Gestão de Risco Aplicada à Auditoria Interna"*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria, Universidade de Aveiro.
- Ferreira, A. d. (2010). *A Gestao de Risco Aplicada à Auditoria Interna. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria*. Universidade de Aveiro.
- Gonçalves, A. (2008). A Evolução das Metodologias de Auditoria. *Revisores Auditores*, 25-26.
- Lajoso, P. G. (Janeiro-Março de 2005). A importância da Auditoria Interna para a Gestão de Topo. *Revista de Auditoria Interna*, 19, 10-12.
- Marques, M. (Julho-Setembro de 1999). Uma visão da Auditoria Interna. *Revista de Auditoria Interna*, 1, 13-14.
- Mendes, C. (Agosto 1999). A Redefinição da Profissão. *Internal Auditor*, 13.
- OROC, R. (Outubro/Dezembro de 2011). Os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (POC vs. SNC). p. 29.
- Vale, C. A. (Setembro de 2011). *Gestão de Risco - Caso da Sonae Indústria*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

## **Legislação**

Decreto de Lei nº 487/99. (s.d.). *OROC*.

DRA 300 . (Junho de 1999). *DRA 300 - Planeamento*.

ISA 200. (s.d.). *Objetivos Gerais do Auditor Independente e Condução de uma Auditoria de acordo com as ISA*.

ISA 240. (s.d.). *A Responsabilidade do Auditor ao Considerar a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras*.

ISA 250. (s.d.). *Consideração de Leis e Regulamentos numa Auditoria de Demonstrações Financeiras*.

## **Sites consultados**

COSO 2004 . (s.d.). *Enterprise Risk Management - Integrated Framework*.

*COSO 2007* . (s.d.).

Obtido de

[http://www.coso.org/documents/COSO\\_ERM\\_ExecutiveSummary\\_Portuguese.pdf](http://www.coso.org/documents/COSO_ERM_ExecutiveSummary_Portuguese.pdf)

*COSO 2013*. (s.d.).

Obtido de

[https://na.theiia.org/standards-guidance/topics/Documents/Executive\\_Summary.pdf](https://na.theiia.org/standards-guidance/topics/Documents/Executive_Summary.pdf)

*COSO 2017*. (s.d.).

Obtido de

<https://www.coso.org/Documents/2017-COSO-ERM-Integrating-with-Strategy-and-Performance-Executive-Summary.pdf>

*Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna*. (2009).

Obtido de

[http://www.ipai.pt/fotos/gca/ippf\\_2009\\_port\\_normas\\_0809\\_1252171596.pdf](http://www.ipai.pt/fotos/gca/ippf_2009_port_normas_0809_1252171596.pdf)

Pardini, E. P. (19 de Setembro de 2017). Estrutura do COSO gestão de riscos - Conhecendo os principais pontos da atualização.

Obtido de

<https://pt.linkedin.com/pulse/estrutura-do-coso-gest%C3%A3o-de-riscos-conhecendo-os-da-person-pardini>

Peralta, P. (20 de Novembro de 2014). *Nova Framework COSO 2013*.

Obtido de

[http://www.ipai.pt/fotos/gca/201411\\_ipai\\_coso\\_icf\\_2013\\_vfinal\\_1416586714.pdf](http://www.ipai.pt/fotos/gca/201411_ipai_coso_icf_2013_vfinal_1416586714.pdf)

Tribunal de Contas. (1999). *Manual de Auditoria e de Procedimentos, Volume I*.

Obtido de Tribunal de Contas:

<http://www.tcontas.pt/pt/publicacoes/manuais/map/Manual.pdf>

Tribunal de Contas. (s.d.). *Manual de Auditoria e de Procedimentos, Anexo I*.

Obtido de Tribunal de Contas: <http://www.tcontas.pt>

## Apêndices



## **Apêndice 1 - Questionário**

### **Auditoria e Gestão de Risco**

Este questionário enquadra-se no âmbito da Dissertação de Mestrado de Auditoria no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, com orientação da Professora Doutora Susana Bastos.

O presente questionário destina-se a recolher informação sobre o conhecimento e opinião existente sobre as temáticas de auditoria e gestão de risco.

O tratamento da informação aqui recolhida será confidencial e reservada ao estudo em questão e tratamento estatístico.

Desde já agradeço a participação e disponibilidade.

Mariana Fernandes Bouça

---

### **I. Perfil dos respondentes**

#### **1. Género**

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

#### **2. Faixa Etária**

- ☐ até 20 anos
- ☐ de 21 a 30 anos
- ☐ de 31 a 40 anos
- ☐ de 41 a 60 anos
- ☐ mais de 60 anos

**3. Nacionalidade**

- ☐ Portuguesa
- ☐ Brasileira
- ☐ Angolana
- ☐ Outra:

**4. Área de estudo**

- ☐ Administração
- ☐ Auditoria
- ☐ Contabilidade
- ☐ Economia
- ☐ Outra:

**5. Área de trabalho**

- ☐ Administração
- ☐ Auditoria
- ☐ Contabilidade
- ☐ Economia
- ☐ Outra:



## **II. Questões sobre Auditoria e Gestão de Risco**

**6. Possui conhecimentos sobre auditoria?**

☐ Sim

☐ Não

**7. Possui conhecimentos sobre gestão de risco?**

☐ Sim

☐ Não

**8. Considera que existe uma relação direta entre a auditoria interna e a gestão de risco?**

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

**9. Considera importante a existência de um departamento de auditoria interna nas organizações?**

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

**10. Dos benefícios de um departamento de auditoria interna abaixo mencionados, indique de 1 a 5 o grau importância que considera ter (sendo que de 1 a 5 a importância é crescente):**

	1	2	3	4	5
Garantir maior eficiência dos processos internos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Minimizar a ocorrência de fraudes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Favorecer a aderência às normas internas e às regulamentações do mercado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dar suporte à estrutura de corporate governance da empresa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da gestão de riscos e controles internos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Otimizar receitas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reduzir custos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**11. Considera que o número de auditores numa organização influencia o contributo da auditoria interna para uma gestão de risco eficaz?**

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

- 12. Considera essencial que o grau de liberdade cedido à auditoria interna, na execução do seu trabalho, influencia o contributo desta para uma gestão eficaz?**
- ☐ Sim
  - ☐ Não
  - ☐ Talvez
- 13. Considera relevante a existência de avaliações periódicas ao trabalho de auditoria no sentido de assegurar a sua qualidade?**
- ☐ Sim
  - ☐ Não
  - ☐ Talvez
- 14. Uma organização que possui um departamento de auditoria interna tem maior probabilidade de implementar um sistema de controlo interno e de gestão de risco?**
- ☐ Sim
  - ☐ Não
  - ☐ Talvez
- 15. No que à gestão de risco diz respeito, considera que este deve estar implementado a que nível numa organização?**
- ☐ Conselho de Administração
  - ☐ Unidades de negócio
  - ☐ Colaboradores
  - ☐ Toda a organização
  - ☐ Outra:

**16. Considera que tanto a auditoria como a gestão de risco são desenvolvidos tendo em conta os objetivos da organização e a continuidade do negócio?**

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

Obrigada pela sua colaboração!

## Apêndice 2 – Tabela Ró de Spearman

Ró de Spearman		Q6 - Conhecimentos Auditoria	Q7 - Conhecimentos Gestão de Risco	Q8 - Relação entre AI e GR	Q9 - Existência departamento AI	Q11 - Número de auditores vs AI/GR	Q12 - Liberdade concedida à AI	Q13 - Avaliações ao trabalho de Auditoria	Q14 - Departamento AI vs Implementação SCI e GR	Q15 - Importância GR na organização	Q16 - GR implementada a que nível numa organização
Q6 - Conhecimentos Auditoria	Coef de Correl.	1,000	,286**	,151	,088	-,057	,038	,146	,321**	-,073	,012
	Sig. (2 extr)		,002	,116	,360	,554	,694	,129	,001	,450	,898
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q7 - Conhecimentos Gestão de Risco	Coef de Correl.	,286**	1,000	,419**	,148	-,069	-,030	,169	,317**	,090	,151
	Sig. (2 extr)	,002		,000	,124	,475	,753	,078	,001	,352	,114
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q8 - Relação entre AI e GR	Coef de Correl.	,151	,419**	1,000	,160	,085	,097	,323**	,277**	,130	,250**
	Sig. (2 extr)	,116	,000		,095	,375	,315	,001	,003	,174	,009
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110

Ró de Spearman		Q6 - Conhecimentos Auditoria	Q7 - Conhecimentos Gestão de Risco	Q8 - Relação entre AI e GR	Q9 - Existência departamento AI	Q11 - Número de auditores vs AI/GR	Q12 - Liberdade concedida à AI	Q13 - Avaliações ao trabalho de Auditoria	Q14 - Departamento AI vs Implementação SCI e GR	Q15 - Importância GR na organização	Q16 - GR implementada a que nível numa organização
Q9 - Existência departamento AI	Coef de Correl.	,088	,148	,160	1,000	-,021	,015	,142	,259**	,136	,200*
	Sig. (2 extr)	,360	,124	,095		,825	,879	,139	,006	,155	,036
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q11 - Número de auditores vs AI/GR	Coef de Correl.	-,057	-,069	,085	-,021	1,000	,293**	,241*	,012	,050	,163
	Sig. (2 extr)	,554	,475	,375	,825		,002	,011	,899	,602	,090
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q12 - Liberdade concedida à AI	Coef de Correl.	,038	-,030	,097	,015	,293**	1,000	,209*	,062	-,053	,236*
	Sig. (2 extr)	,694	,753	,315	,879	,002		,029	,518	,583	,013
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q13 - Avaliações ao trabalho de Auditoria	Coef de Correl.	,146	,169	,323**	,142	,241*	,209*	1,000	,170	,161	,148
	Sig. (2 extr)	,129	,078	,001	,139	,011	,029		,076	,093	,122

Ró de Spearman		Q6 - Conhecimentos Auditoria	Q7 - Conhecimentos Gestão de Risco	Q8 - Relação entre AI e GR	Q9 - Existência departamento AI	Q11 - Número de auditores vs AI/GR	Q12 - Liberdade concedida à AI	Q13 - Avaliações ao trabalho de Auditoria	Q14 - Departamento AI vs Implementação SCI e GR	Q15 - Importância GR na organização	Q16 - GR implementada a que nível numa organização
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q14 - Departamento AI vs Implementação SCI e GR	Coef de Correl.	,321**	,317**	,277**	,259**	,012	,062	,170	1,000	,262**	,184
	Sig. (2 extr)	,001	,001	,003	,006	,899	,518	,076		,006	,054
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q15 - Importância GR na organização	Coef de Correl.	-,073	,090	,130	,136	,050	-,053	,161	,262**	1,000	,141
	Sig. (2 extr)	,450	,352	,174	,155	,602	,583	,093	,006		,143
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q16 - GR implementada a que nível numa organização	Coef de Correl.	,012	,151	,250**	,200*	,163	,236*	,148	,184	,141	1,000
	Sig. (2 extr)	,898	,114	,009	,036	,090	,013	,122	,054	,143	
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

\* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Ró de Spearman		Q10.1 - Garantir maior eficiência dos processos internos	Q10.2 - Minimizar a ocorrência de fraudes	Q10.3 - Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócios	Q10.4 - Favorecer a aderência às normas internas e às regulamentações do mercado	Q10.5 - Dar suporte à estrutura de <i>corporate governance</i> da empresa	Q10.6 - Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da gestão de riscos e controles internos	Q10.7 - Otimizar receitas	Q10.8 - Reduzir custos	Q10.9 - Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão	Q10.10 - Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização
Q10.1 - Garantir maior eficiência dos processos internos	Coef. de Corr.	1,000	,307**	,339**	,384**	,444**	,337**	,154	,154	,411**	,328**
	Sig. (2 extr)		,001	,000	,000	,000	,000	,109	,108	,000	,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q10.2 - Minimizar a ocorrência de fraudes	Coef. de Corr.	,307**	1,000	,213*	,361**	,295**	,313**	,226*	,210*	,366**	,374**
	Sig. (2 extr)	,001		,025	,000	,002	,001	,018	,028	,000	,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q10.3 - Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócios	Coef. de Corr.	,339**	,213*	1,000	,517**	,566**	,524**	,492**	,400**	,397**	,506**
	Sig. (2 extr)	,000	,025		,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110



Ró de Spearman		Q10.1 - Garantir maior eficiência dos processos internos	Q10.2 - Minimizar a ocorrência de fraudes	Q10.3 - Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócios	Q10.4 - Favorecer a aderência às normas internas e às regulamentações do mercado	Q10.5 - Dar suporte à estrutura de <i>corporate governance</i> da empresa	Q10.6 - Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da gestão de riscos e controles internos	Q10.7 - Otimizar receitas	Q10.8 - Reduz ir custos	Q10.9 - Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão	Q10.10 - Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização
Q10.4 - Favorecer a aderência às normas internas e às regulamentações do mercado	Coef. de Corr.	,384**	,361**	,517**	1,000	,636**	,532**	,302**	,223*	,247**	,423**
	Sig. (2 extr)	,000	,000	,000		,000	,000	,001	,019	,009	,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q10.5 - Dar suporte à estrutura de <i>corporate governance</i> da empresa	Coef. de Corr.	,444**	,295**	,566**	,636**	1,000	,653**	,340**	,345**	,397**	,543**
	Sig. (2 extr)	,000	,002	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q10.6 - Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da gestão de riscos e controles internos	Coef. de Corr.	,337**	,313**	,524**	,532**	,653**	1,000	,436**	,378**	,426**	,421**
	Sig. (2 extr))	,000	,001	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110

Ró de Spearman		Q10.1 - Garantir maior eficiência dos processos internos	Q10.2 - Minimizar a ocorrência de fraudes	Q10.3 - Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócios	Q10.4 - Favorecer a aderência às normas internas e às regulamentações do mercado	Q10.5 - Dar suporte à estrutura de <i>corporate governance</i> da empresa	Q10.6 - Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da gestão de riscos e controles internos	Q10.7 - Otimizar receitas	Q10.8 - Reduz ir custos	Q10.9 - Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão	Q10.10 - Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização
Q10.7 - Otimizar receitas	Coef. de Corr.	,154	,226*	,492**	,302**	,340**	,436**	1,000	,839**	,469**	,526**
	Sig. (2 extr)	,109	,018	,000	,001	,000	,000		,000	,000	,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q10.8 - Reduzir custos	Coef. de Corr.	,154	,210*	,400**	,223*	,345**	,378**	,839**	1,000	,515**	,525**
	Sig. (2 extr)	,108	,028	,000	,019	,000	,000	,000		,000	,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q10.9 - Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão	Coef. de Corr.	,411**	,366**	,397**	,247**	,397**	,426**	,469**	,515**	1,000	,689**
	Sig. (2 extr)	,000	,000	,000	,009	,000	,000	,000	,000		,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110

Ró de Spearman		Q10.1 - Garantir maior eficiência dos processos internos	Q10.2 - Minimizar a ocorrência de fraudes	Q10.3 - Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócios	Q10.4 - Favorecer a aderência às normas internas e às regulamentações do mercado	Q10.5 - Dar suporte à estrutura de <i>corporate governance</i> da empresa	Q10.6 - Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da gestão de riscos e controles internos	Q10.7 - Otimizar receitas	Q10.8 - Reduz ir custos	Q10.9 - Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão	Q10.10 - Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização
Q10.10 - Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização	Coef. de Corr.	,328**	,374**	,506**	,423**	,543**	,421**	,526**	,525**	,689**	1,000
	Sig. (2 extr)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).											
*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).											

### Apêndice 3 – Tabela de Pearson

		Q6 – Conhecimentos de Auditoria	Q7 – Conhecimentos de Gestão de Risco	Q8 - Relação AI e GR	Q9 - Departamento AI	Q11 - Nº Aud vs AI/GR	Q12 - Lib AI vs eficácia	Q13 - Avaliações AI	Q14 - Dep AI vs SCI/GR	Q15 - Imp. GR na organização	Q16 - AI/GR vs continuidade neg.
Q6 – Conhecimentos de Auditoria	Corr. de Pearson	1	,286**	,135	,088	-,060	,030	,117	,322**	-,089	,032
	Sig. (2 extre.)		,002	,159	,360	,535	,753	,223	,001	,354	,739
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q7 – Conhecimentos de Gestão de Risco	Corr. de Pearson	,286**	1	,429**	,148	-,071	-,012	,154	,330**	,071	,165
	Sig. (2 extre.)	,002		,000	,124	,461	,903	,109	,000	,462	,085
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q8 - Relação AI e GR	Corr. de Pearson	,135	,429**	1	,164	,086	,113	,307**	,230*	,100	,296**
	Sig. (2 extre.)	,159	,000		,087	,371	,241	,001	,016	,297	,002
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q9 - Departamento AI	Corr. de Pearson	,088	,148	,164	1	-,022	,030	,153	,249**	,134	,231*
	Sig. (2 extre.)	,360	,124	,087		,818	,755	,110	,009	,162	,015

		Q6 – Conhecimentos de Auditoria	Q7 – Conhecimentos de Gestão de Risco	Q8 - Relação AI e GR	Q9 - Departamento AI	Q11 - Nº Aud vs AI/GR	Q12 - Lib AI vs eficácia	Q13 - Avaliações AI	Q14 - Dep AI vs SCI/GR	Q15 - Imp. GR na organização	Q16 - AI/GR vs continuidade neg.
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q11 - Nº Aud vs AI/GR	Corr. de Pearson	-,060	-,071	,086	-,022	1	,292**	,228*	,035	,051	,144
	Sig. (2 extre.)	,535	,461	,371	,818		,002	,016	,715	,598	,133
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q12 - Lib AI vs eficácia	Corr. de Pearson	,030	-,012	,113	,030	,292**	1	,203*	,071	-,017	,274**
	Sig. (2 extre.)	,753	,903	,241	,755	,002		,033	,458	,861	,004
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q13 - Avaliações AI	Corr. de Pearson	,117	,154	,307**	,153	,228*	,203*	1	,198*	,166	,185
	Sig. (2 extre.)	,223	,109	,001	,110	,016	,033		,038	,082	,053
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q14 - Dep AI vs SCI/GR	Corr. de Pearson	,322**	,330**	,230*	,249**	,035	,071	,198*	1	,236*	,202*
	Sig. (2 extre.)	,001	,000	,016	,009	,715	,458	,038		,013	,034
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q15 - Imp. GR na organização	Corr. de Pearson	-,089	,071	,100	,134	,051	-,017	,166	,236*	1	,151

		Q6 – Conhecimentos de Auditoria	Q7 – Conhecimentos de Gestão de Risco	Q8 - Relação AI e GR	Q9 - Departamento AI	Q11 - Nº Aud vs AI/GR	Q12 - Lib AI vs eficácia	Q13 - Avaliações AI	Q14 - Dep AI vs SCI/GR	Q15 - Imp. GR na organização	Q16 - AI/GR vs continuidade neg.
	Sig. (2 extre.)	,354	,462	,297	,162	,598	,861	,082	,013		,114
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q16 - AI/GR vs continuidade neg.	Corr. de Pearson	,032	,165	,296**	,231*	,144	,274**	,185	,202*	,151	1
	Sig. (2 extre.)	,739	,085	,002	,015	,133	,004	,053	,034	,114	
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
<p>** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).</p> <p>* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).</p>											

		Q10.1 - Garantir maior eficiência dos processos internos	Q10.2 - Minimizar a ocorrência de fraudes	Q10.3 - Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócios	Q 10.4 - Favorecer a aderência às normas internas e às regulamentações do mercado	Q10.5 - Dar suporte à estrutura de corporate governance da empresa	Q10.6 - Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da gestão de riscos e controles internos	Q10.7 - Otimizar receitas	Q10.8 - Reduzir custos	Q10.9 - Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão	Q10.10 - Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização
Q10.1 - Garantir maior eficiência dos processos internos	Corr. de Pearson	1	,363**	,404**	,377**	,464**	,254**	,225*	,187	,548**	,392**
	Sig. (2 extre.)		,000	,000	,000	,000	,007	,018	,050	,000	,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q10.2 - Minimizar a ocorrência de fraudes	Corr. de Pearson	,363**	1	,248**	,277**	,272**	,224*	,261**	,231*	,432**	,370**
	Sig. (2 extre.)	,000		,009	,003	,004	,019	,006	,015	,000	,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q10.3 - Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócios	Corr. de Pearson	,404**	,248**	1	,531**	,562**	,461**	,501**	,403**	,418**	,496**
	Sig. (2 extre.)	,000	,009		,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q 10.4 - Favorecer a	Corr. de Pearson	,377**	,277**	,531**	1	,623**	,504**	,326**	,259**	,233*	,377**

		Q10.1 - Garantir maior eficiência dos processos internos	Q10.2 - Minimizar a ocorrência de fraudes	Q10.3 - Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócios	Q 10.4 - Favorecer a aderência às normas internas e às regulamentações do mercado	Q10.5 - Dar suporte à estrutura de corporate governance da empresa	Q10.6 - Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da gestão de riscos e controles internos	Q10.7 - Otimizar receitas	Q10.8 - Reduzir custos	Q10.9 - Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão	Q10.10 - Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização
aderência às normas internas e às regulamentações do mercado	Sig. (2 extre.)	,000	,003	,000		,000	,000	,001	,006	,014	,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q10.5 - Dar suporte à estrutura de corporate governance da empresa	Corr. de Pearson	,464**	,272**	,562**	,623**	1	,603**	,410**	,397**	,457**	,578**
	Sig. (2 extre.)	,000	,004	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q10.6 - Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da gestão de riscos e controles internos	Corr. de Pearson	,254**	,224*	,461**	,504**	,603**	1	,404**	,365**	,371**	,385**
	Sig. (2 extre.)	,007	,019	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q10.7 - Otimizar receitas	Corr. de Pearson	,225*	,261**	,501**	,326**	,410**	,404**	1	,816**	,500**	,540**



		Q10.1 - Garantir maior eficiência dos processos internos	Q10.2 - Minimizar a ocorrência de fraudes	Q10.3 - Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócios	Q 10.4 - Favorecer a aderência às normas internas e às regulamentações do mercado	Q10.5 - Dar suporte à estrutura de corporate governance da empresa	Q10.6 - Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da gestão de riscos e controles internos	Q10.7 - Otimizar receitas	Q10.8 - Reduzir custos	Q10.9 - Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão	Q10.10 - Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização
	Sig. (2 extre.)	,018	,006	,000	,001	,000	,000		,000	,000	,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q10.8 - Reduzir custos	Corr. de Pearson	,187	,231*	,403**	,259**	,397**	,365**	,816**	1	,515**	,544**
	Sig. (2 extre.)	,050	,015	,000	,006	,000	,000	,000		,000	,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q10.9 - Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão	Corr. de Pearson	,548**	,432**	,418**	,233*	,457**	,371**	,500**	,515**	1	,703**
	Sig. (2 extre.)	,000	,000	,000	,014	,000	,000	,000	,000		,000
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110
Q10.10 - Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização	Corr. de Pearson	,392**	,370**	,496**	,377**	,578**	,385**	,540**	,544**	,703**	1
	Sig. (2 extre.)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110	110

	<b>Q10.1 - Garantir maior eficiência dos processos internos</b>	<b>Q10.2 - Minimizar a ocorrência de fraudes</b>	<b>Q10.3 - Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócios</b>	<b>Q 10.4 - Favorecer a aderência às normas internas e às regulamentações do mercado</b>	<b>Q10.5 - Dar suporte à estrutura de corporate governance da empresa</b>	<b>Q10.6 - Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da gestão de riscos e controles internos</b>	<b>Q10.7 - Otimizar receitas</b>	<b>Q10.8 - Reduzir custos</b>	<b>Q10.9 - Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão</b>	<b>Q10.10 - Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização</b>
**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).										
*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).										